



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Eduarda de Lima Andrade

TRADIÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
A CHEGADA DA CIDADE À VILA

Campina Grande

2014

Eduarda de Lima Andrade

TRADIÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
A chegada da cidade à Vila

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, sob a orientação do Prof. Dr. José Luciano Albino BARBOSA.

Campina Grande

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A553t Andrade, Eduarda de Lima.
Tradição e desenvolvimento [manuscrito] : a chegada da cidade à vila / Eduarda de Lima Andrade. - 2014.
99 p. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2014.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Albino Barbosa, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação".

1. Desenvolvimento urbano. 2. Periferia. 3. Urbanização. I.
Título.

21. ed. CDD 910

Eduarda de Lima Andrade

**TRADIÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
A chegada da cidade à Vila**

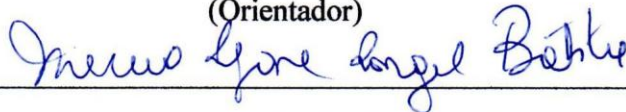
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Data da defesa: 07/05/2014




Prof. Dr. José Luciano Albino BARBOSA / UEPB

(Orientador)



Prof. Dr. Mércia BATISTA / UFCG

(Examinadora externa)



Prof. Dr. Júlio CABREIRA / UEPB

(Examinador interno)

A Di,
pela superação da classe doméstica através da amizade.

A Dom Quixote,
pela introdução do sujeito moderno

AGRADECIMENTOS

Agradeço Ao PPDR pelo incentivo a minha participação no PROCAD que possibilitou a inclusão da interdisciplinaridade para dentro do meu objeto de pesquisa.

Aos professores Luciano Albino, Mércia Batista e Júlio Cabrera pelas observações precisas na qualificação que levaram o texto a caminhos menos tortuosos.

Ao professor Abrahão Costa Andrade pela importante contribuição filosófica.

O povo é agora o próprio princípio de ‘reorganização dialética’ e constrói a partir do texto nacional produzido para as formas ocidentais modernas de tecnologia da informação, linguagem, vestimenta. O novo lugar de enunciação político e histórico transforma os significados da herança colonial nos signos libertários de um povo livre e do futuro. (BHABHA, 2013, p.75)

RESUMO

Nosso objetivo é dissertar sobre os limites do desenvolvimento em uma área fragmentada para vários usos, mas rotulada como *tradicional*. Essa área, nosso objeto de estudo, é a Vila de Ponta Negra localizada no Bairro de Ponta Negra, Natal RN. A Vila, a parte mais pobre do bairro, é também a maior em contrastes sócio-espaciais. A partir da década de 1970 o local deixou de ser o entorno urbano de Natal, passa a ser parte do projeto de expansão da cidade para o sul. Com o projeto para o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte, implantado pelo PRODETUR (1993), a Vila passa a ter sua urbanização direcionada pela “turistificação”. Um dos principais usos da expansão imobiliária foi mediante a despossessão das terras que antes eram comunais. O “novo” uso da terra modifica a estrutura do sistema produtivo local e, conseqüentemente, a organização social da Vila. Essa organização social, considerada como *tradicional*, passa a compor um cenário turístico “ideal”. O problema começa quando a *tradição* se apresenta como *souvenir* turístico, e não como sistema produtivo. A *tradição* tornada objeto, e não como modo de vida, modela o espaço da Vila, e essa modelação deixa evidente as conseqüências socioespaciais promovidas pelo tipo de urbanização “turística” no local. Grande parte do discurso local, da sociedade civil e da academia corroboram para fomentar a ideia de *tradição* como objeto de “preservação”, construindo um discurso que não se coaduna com a realidade do local. Pensam e descrevem a *tradição* como categoria temporal (*antes e depois*), deixando de lado a análise de que a própria ideia da *tradição* é usada como estratégia (moderna) de criação artificial do “espaço tradicional”. Para essa finalidade, os objetivos específicos seguem a relação entre desenvolvimento, *tradição* e subdesenvolvimento para compor uma crítica a ideia de *tradição* como modo de vida oposto ao moderno. Assim, iremos associar modo de vida *tradicional* como modernidade periférica; identificar por traz do discurso da *tradição* da Vila a formação da sua periferia; e descrever nosso objeto de pesquisa como um caso histórico do desenvolvimento do sistema capitalista moderno. Assim, nosso problema central é pensar os limites do desenvolvimento em áreas ideologicamente conceituadas de uma maneira, mas que em seu cotidiano aparece sobre outra realidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento; *Tradição*; Periferia; Modernidade; Urbanização.

ABSTRACT

Our goal is to speak about the limits of development in a fragmented area for various uses, but it is labeled as traditional. This area, our object of study, is the village of Ponta Negra located in the neighborhood of Ponta Negra, Natal RN. The Village, the poorest part of the district is also the largest in socio-spatial contrasts. From the 1970s the site was no longer the city around Natal, becomes part of the expansion project of the city to the south. With the project for the development of tourism in Rio Grande do Norte, deployed by PRODETUR (1993), the Village shall be directed by its urbanization for "touristification". One of the main uses of the housing boom was through the dispossession of communal lands that were previously. The "new" land use modifies the structure of the local productive system and consequently the social organization of the village. This social organization, considered as traditional, becomes part of an "ideal" tourism scene. The problem starts when the tradition is presented as a tourist souvenir, and not as productive system. The tradition made object, and not as a way of life, shaping the space of the Village, and that modeling makes clear socio-spatial consequences promoted by the type of "tourist" urbanization on site. Much of the local discourse, civil society and academia to foster corroborate the idea of tradition as an object of "preservation", constructing a discourse that does not fit with the reality of the place. Think and describe the tradition as a temporal category (before and after), leaving aside the analysis that the very idea of tradition is used as a (modern) strategy artificial creation of "traditional space". For this purpose, specific objectives follow the relationship between development and underdevelopment tradition to compose a critique of the idea of tradition as opposed to the modern way of life. Thus, we associate the traditional way of life as peripheral modernity; identify behind the discourse of tradition Vila training its periphery; and describe our object of research as a case history of the development of the modern capitalist system. Thus, our central problem is to think the limits of development areas in ideologically conceptualized in a way, but in their daily lives appear on another reality.

Keywords: Development; *Tradition*; Periphery; Modernity; Urbanization.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	02
1. A CHEGADA DA CIDADE À VILA DE PONTA NEGRA	08
1.2 O ENTORNO URBANO	13
1.2 VILA DE PONTA NEGRA	20
2. PROBLEMA IDEOLÓGICO: O TEMPO	23
2.1. OUTROS TEMPO E ESPAÇO E O ESPAÇO-TEMPO MODERNO	25
2.2. O QUE NÃO É UMA <i>TRADIÇÃO</i>	30
2.3. O TEMPO DA LUZ, A VILA DO MEDO	37
3. O <i>ANTES-DEPOIS</i> : O MODELO COMPARATIVO	43
3.1. A VIDA DO <i>ANTES</i> E DO <i>DEPOIS</i> : HISTÓRIA DO DISCURSO <i>PADRÃO</i>	45
3.2. A VIDA ANTES E DEPOIS: A SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO	50
3.3. <i>ANTES-DEPOIS</i> : O <i>MODELO</i> NO PRESENTE DA VILA	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
<i>TRADIÇÃO</i> COMO SUBDESENVOLVIEMTO	70
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL	73
MODERNIDADE PERIFÉRICA	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDECE	86

ANEXO	89
--------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

As páginas que se seguem têm uma problemática específica: descrever como o termo *tradição* pode ter seu uso como finalidade monetária para a sociedade moderna contemporânea, e não como modo de vida de “comunidades tradicionais”. A nossa intenção não é esvaziar o termo *tradição*, mas observar como ele pode, por ser amplo e de si já vazio, encobrir certa visão de mundo nociva justamente para quem deveria receber o título de “tradicional”.

Para isso, portanto, o presente trabalho será dividido em três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo usa a história do Natal/RN para descrever como a cidade chegou à Vila de Ponta Negra. Natal, e sua urbanização tardia a partir de 1946 com a chegada do contingente norte-americano na Segunda Guerra Mundial, vai paulatinamente incluindo em sua área terras que antes eram terras comunais. A Vila de Ponta Negra foi um desses locais. O capítulo descreve como a cidade foi incluindo as terras dentro do sistema produtivo moderno. O marco dessa passagem foi PRODETUR¹ (1993). A partir dele, a Vila perde por completo a autonomia produtiva.

O segundo capítulo busca apresentar o problema da Vila como ideológico, a *tradição* como ideologia. Compara o uso do tempo e do espaço moderno e não modernos a fim de situar o objeto no espaço-tempo moderno; descreve o que não é uma *tradição* para incluir o problema da Vila como ideológico.

O terceiro apresenta a Vila (pelas incursões etnográficas e análise do discurso) por trás do problema da *tradição*, apontando-a como periferia produzida pelo processo de urbanização da cidade. O capítulo analisa as categorias temporais de *antes* e *depois* contidas nos discursos sobre a Vila de Ponta Negra mostrando como se padroniza uma narrativa (ideologicamente) sobre a *tradição*.

As considerações finais, desfeita a ideia de *tradição*, inseri a Vila dentro da perspectiva de desenvolvimento modelado pelo *modo de ser* moderno e apresenta a Vila como exemplo da modernidade periférica.

Para realizar a pesquisa, e sob influência do mestrado temático, situei o objeto de pesquisa não como um mosaico de referências de distintos discursos, mas como uma narrativa que segue uma mesma sequência lógica sobre diferentes prismas. Antropologia, geografia, urbanismo, sociologia, arte e história da economia, essas disciplinas (como meu campo

¹ http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/rn_2_avaliacao_prodetur_ne_i_100708.pdf

interdisciplinar) conduziram-me a pensar a Vila para além do padrão da perspectiva unilateral. Todavia, a nossa formação acadêmica direciona com bastante veemência modo de perceber o objeto estudado, não fujo à regra, meu referencial teórico maior vem da antropologia, as outras disciplinas contribuíram sobremaneira para o meu problema antropológico. Isso é dito pelo peso da metodologia aqui empregada. A etnografia foi composta ao longo dos dez anos que passei, de uma forma ou de outra, estudando a Vila. Usei dados de entrevistas entre 2004-2006; inclui os sites *vozes da Vila* e *SOS Ponta Negra* como material pela possibilidade de ver o que a sociedade civil descreve como tradição; inclui também como dados etnográficos textos acadêmicos de diferentes campos de conhecimento sobre a Vila, como essas área intelectuais descrevem o problema da Vila de Ponta Negra. Entre 2013-2014 visitei a Vila com “turista”. A coleta de dados dessa etapa foi para obter informações de como o sistema turístico absorve a Vila dentro da sua dinâmica. Também caminhei, observei e, eventualmente, perguntei principalmente porque meu maior foco foi o espaço: a Vila.

INTRODUÇÃO

Em matéria de realidade, o cotidiano supera qualquer teoria. A teoria, por si só, não consegue abarcar a diversidade de ações do dia-a-dia, é um processo argumentativo que pode explicar um determinado dado ou fenômeno. Ela é tão comprometida, e empenhada na intenção de explicar o objeto que, muitas vezes, limita-o a um campo do discurso padronizado que faz com que, mesmo a realidade empírica à frente, descreve-o de outra forma. O caminho da teoria é também o caminho de uma narrativa científica, embasada na realidade empírica, que constrói um *modelo*, um protótipo de uso social². Para além das modas dos *modelos*, essa narrativa acadêmica determina a forma de falar e pensar sobre esse mundo: “comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você terá uma história totalmente diferente”, Chimanda Adiche fala para uma plateia de cientistas brancos, “comece a história do fracasso do estado africano, e não com a criação colonial do estado africano, e você tem uma história totalmente diferente.” Este é o poder de uma teoria, pode-se criar uma *história única*. Ela segue, “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.”³

Isso importa aqui porque quando iniciei a pesquisa sobre A Vila em 2004, meu foco teórico era basicamente os estudos sobre identidade local e a memória coletiva. Os dados analisados sobre essas perspectivas me levaram a pensar sobre um determinado ângulo do problema: a Vila como um local *tradicional*. O foco da pesquisa foi a memória coletiva, o processo de perda da identidade cultural pela modificação socioespacial. O meu olhar era voltado para buscar os significados da *tradição*; entrevistar sobre o tempo; fotografar pessoas e lugares; descrever os impactos da modernização. A pesquisa seguia a linha padrão dos estudos sobre o local: uma *tradição* que sofria (e ganhava) com a nova configuração espacial: sobre o que ocorreu antes e depois das modificações no local.

² As ideias de pós-moderno usadas indiscriminadamente, mesmo como elogio, são um exemplo disso. Chegaram na Antropologia no auge da crise dos conceitos acusando-a de exotificar “o outro”. Tiveram peso nos discursos pós-colonialismo. Os antropólogos George Marcus e James Clifford são os principais expoentes desses discursos. Conf.: ERIKSEN; NIELSEN, 2007. Sobre outra perspectiva, autores como Giddens (1999), delimitando, pela comparação, as formações sociais tradicionais e moderna por meio de um campo semântico da tradição como fixa, cíclica, coesa; e a modernidade como fragmentação, como tempo e espaço dilacerados. Essas duas visões acadêmicas encaixam a ideia de tradição em um campo de significados pré-determinados, dentro do modelo da *história única*.

³ Conf.: ADICHE, Chimanda. Os perigos de uma *história única*. Vídeo conferencia: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtlR1ZWtEY>

Em 2013, ao voltar lá para pesquisar sobre desenvolvimento cultural em áreas tradicionais, com outras teorias, descubro uma nova realidade. Não achei a *tradição*. Não pareceu óbvio (como agora) ver a Vila como um produto tipicamente moderno. Com o eixo teórico mudado, muda o modo de ver o problema. Hoje é bastante observável o fato de que a Vila comporta problemas não *tradicionais*, e a própria Vila também é moderna.

Particpei de uma pesquisa intitulada *Bairros na Memória* promovida pelo NAVES/UFRN (Núcleo de Antropologia Visual) entre 2004-2006. O bairro escolhido foi Ponta Negra, o recorte foi a fim de coletar material para estudar a identidade cultural, e como a Vila de Ponta Negra era a representante maior da memória coletiva devido ao fato de ser o local *tradicional*, foi lá que começou a pesquisa.

Frequentava a Vila juntamente com os outros pesquisadores do núcleo. O material coletado foi por meio das entrevistas gravadas, questionários semi-abertos, fotografias, entrevistas informais, participação nos eventos, principalmente os referentes à *tradição*. Tudo isso nos permitiu compreender a dinâmica interna do local e como os moradores antigos descreviam seu cotidiano em meio ao processo de modernização do local. Verifiquei a forte presença do tempo como elemento fundamental do discurso dos moradores quando se tratavam de descrever as mudanças no local. Usei a memória coletiva e a identidade comunitária como recursos para traduzir para termos teóricos os problemas cotidianos que enfrentavam na época. Não só o tempo, mas o tempo valorativo, era o traço do discurso. O passado, quando só eles moravam lá, sempre referido como um tempo bom e um presente visto como caótico. Os moradores se muniam de uma memória coletiva para pensar num *antes* melhor que um *depois*.

Hoje, (2013-2014), a Vila, suas vias principais, apresenta sua estrutura espacial quase consolidada como zona turística. A Erivan França e a orla, salvo alguns barcos dos pescadores da Vila, estão completamente ocupadas com alguma finalidade comercial. A mudança maior permanece nas fachadas e letreiros dos estabelecimentos e no fluxo cada vez mais intenso de visitantes. A rua de cima, Manoel Coringa, é a rua mais significativa da Vila ao conservar diferentes tipos de formas arquitetônicas de suas épocas. Ela enfatiza a ambiguidade do “progresso” como símbolo da modernização. Inicia-se no fim da av. Roberto Freire. A edificação mais importante do seu começo é o cemitério, para muitos moradores antigos é um dos marcos do local. Estava aberto quando passei. Sábado, 10/08/2013, aproximadamente 14h quando entrei lá. Na sua frente uma placa grande com a propaganda da reforma que diz: *reforma do cemitério de Ponta Negra*. A obra foi financiada com recursos da prefeitura do Natal e é avaliada em mais de duzentos mil reais. Um cemitério simples e, com um golpe de

vista sobre ele, não se acha nada que possa supor uma reforma tão cara. Vi um homem trabalhando, fui me aproximando quando ele parou o que fazia (organizava umas ferramentas dentro do carro de mão) para me atender. Perguntei se ele sabia o ano de fundação de lá. Disse que não, não tinha ideia, “*tem uns cinquenta*”, falou sem certeza depois. Esse homem tinha em média uns quarenta, quarenta e cinco anos. Nesse meio tempo apareceram dois senhores, o homem a quem dirigi a pergunta olhou para os dois como se perguntasse a eles. “*Mais, tem bem mais*” concordaram enfaticamente os dois senhores visivelmente bem mais velhos que o primeiro. E este continuou: “*antes era terra comunal, a prefeitura cercou e virou da prefeitura*”. Os dois senhores ficaram calados, pude supor, com isso, que o primeiro dizia a verdade. Agradei e fui embora. As terras comunais cercadas pelo estado é uma prática conhecida dos moradores.

Voltando à Manoel Coringa, subindo a rua, ora você se dá conta de que está num espaço – turístico – dentro de algum café pode-se ouvir três amigos italianos falando; ora em uma comunidade pobre de cidade de interior; ora, se você vem subindo a estreita rua de mão dupla dirigindo e a sua frente vem um ônibus, você pode se sentir no caos de uma cidade grande qualquer. Para dentro da Vila, a Rua da Floresta é uma das principais. Praticamente todos os serviços e estabelecimentos comerciais de lá são voltados para a comunidade, com exceção de alguns imóveis para alugueis de temporadas. Andando pela rua da Floresta até seu fim e chegamos nos limites edificáveis do local, lá encontramos a ZPA-6 (Zona de Proteção Ambiental). Podemos seguir à esquerda e sairemos, de uma forma ou de outra, entre seus becos, até a praia. Encontrei alguns lugares com placas de aluguel: casas adaptadas pelos moradores para temporadas. Do outro lado, um descampado servido de lugar de jogar lixo, uma outra parte da Vila bem menos turística. Quanto mais se adentra na Vila, principalmente nas suas partes mais distantes das divisas da praia e do conjunto de Ponta Negra, mais o local deixa de ser *tradicional* e logo se percebe uma aparência mais cotidiana: a periferização carrega consigo não só a pobreza e a marginalização, mas também o discurso da criminalização dos pobres e marginalizados. Provavelmente, é lá onde está o perigo referido pela copeira do hotel que me hospedei. Ela apontou para lá, aonde eu, como turista, não pude ir.

Uma “vila”, quem não imagina apenas uma isolada fileira de casas quando escuta esta palavra? A Rua Manoel Coringa desfaz nosso imaginário. Na parte esquerda da rua, do ponto de vista de quem olha da igreja para a rua, vemos uma forte presença de árvores, casas baixas, sendo grande parte delas pontos comerciais populares, de pessoas acostumadas ao local. Por trás da igreja, no boteco, um homem só de short se aproxima de outro que se encontra

escorado no balcão. A ausência de blusa dá a impressão de familiaridade com que o indivíduo frequenta o lugar; ao mesmo tempo em que o encontro prestes a acontecer denota o espírito de camaradagem próprio da vida comunitária, tal como vivida nas cidadezinhas do interior. E, por outro, a emergência de elementos de implementação modernizadora, como os postes de luz elétrica, carros e ônibus passam a toda hora, asfalto e a presença de edificação verticalizada. À direita da rua uma drástica escassez de árvores derivado do contínuo desmatamento em vista da especulação imobiliária. Ainda em contraste com a primeira parte, as casas aqui visíveis não são casinhas de pescadores ou “becos” comerciais, mas belas casas de altas paredes, uma enorme caixa d’água e um espigão imponente, além das cercas. A presença da cerca elétrica, por sua vez, já nos anuncia um novo elemento, também ele oposto à sensação de vida interiorana: a proteção, a proteção contra a violência possível, roubos, assaltos.

Desde que iniciei meu trabalho em 2004, escuto dizer que a Vila é um ponto de tráfico de drogas:

muita droga, criança todo dia vendendo droga, drogado, armado de revólver. Tem criança de treze que já mata as pessoas, né?, aí tudo isso é muito, sei lá, com medo. Eu tenho um bocado de neto aqui, seis neto, eu tenho maior medo deles sair, porque eu tenho medo entendeu? Eu não deixo eles saírem de casa assim a noite porque eu fico com medo da violência porque ninguém nunca sabe, né? De repente da um tiro por aí, pega uma bala perdida, né? (Dona Zeneide, 2005).

Contudo, havia os locais determinados. A Rua Manoel Coringa estava livre do circuito, como nos descreveu outra moradora quando perguntei de onde vinham as drogas comercializadas na Vila:

daqui, de fora, eles vêm de fora comprar, e... daqui da Vila mesmo, é... é assim. Dou graças a deus aqui não tem violência não, eu moro aqui e é muito tranquilo, aqui onde eu moro, entendeu? Nunca vi nada, violência, por aqui não, aqui é muito tranquilo, onde eu moro. Esse pedaço é muito valorizado também, né? Só tem vendido prédio, né? Esse prédio aqui que fizeram valorizou muito, esse hotel aí, já tão fazendo outro prédio aqui, só que tão tirando a privacidade, né? Porque agente vivia bem tranquilo aí faz um prédio bem grande em cima da casa da gente aí fica ruim, né? (Dona Diana, 2005).

Agora, andando por uma das escadarias de acesso à praia, encontramos vestígios de ocupação do espaço para o consumo de droga, mais especificamente o *crack*. E muito da atribuição da violência, que antes não tinha nomes específicos, usava-se a rubrica da droga do modo geral, e muitos dos consumidores eram os gringos, hoje tem nome específico, o *crack*, e uma

população usuária específica que não se mistura mais com o turismo. O consumo pode até continuar a atender a alguns segmentos de turistas, mas as atribuições da violência provocada pelas drogas e seus tráfegos são transferidas para os usuários que passam de dependentes a potenciais criminosos, quer dizer, de marginalizados, como pessoas à margem dos direitos sociais, a marginais, criminosos.

Entendi, com isso, os olhos abertos de medo e cautela da copeira que me atendeu no hotel quando perguntei pela Vila. Seus olhos me diziam: *não vai lá porque só têm marginais*. O horário que cheguei, sexta-feira às 14h30min da tarde do dia 09/08/2013, parecia um dia qualquer em um local praieiro em baixa estação que recebe muitos turistas de várias partes do mundo, principalmente os europeus (os italianos são bastante frequentes em Natal vindo por meio de voos *charter*).

Frequentei a Vila na época da minha graduação, depois disso, deixei a cidade. Dessa vez tentei, como procedimento metodológico, ser uma turista, um visitante de primeira vez, que *não tem noções do local*, principalmente espaciais. Precisei adequar minha pesquisa ao tempo disponível a fazê-la e às condições, à logística da pesquisa. Tentei esse ano fazer uma ponte entre alguns conhecidos da cultura popular e os moradores do local. A minha intenção era ficar hospedada na casa de alguma família antiga da Vila a fim de captar os *imponderáveis da vida nativa*, ou seja, o que eles *dizem* quando dizem *tradição*. Não conseguiria, sobre essas circunstâncias, me respondeu meu contato da cultura popular, alugar um local na Vila. O que eu poderia conseguir, assim rápido, seria dividir com alguém (uma jovem universitária que morava lá) ou alugar por temporada alguma das muitas vagas de quartos com ou sem móveis. Isso me fez repensar como seria minha inserção no local. E *se a Vila se modificou por decorrência do turismo*, pensei, para resolver o problema de logística, precisaria então ir até lá e tentar entender o que é a Vila de Ponta Negra na concepção da organização do turismo no local. Mudei o foco dos atores e me dei conta de que eles não sabem onde fica a Vila.

Distante do setor turístico, contudo, também é possível encontrar lugares para alugar por temporadas. Fui a um desses. “Estão todos alugados”, disse-me o rapaz da oficina mecânica em baixo dos kitnetes. Apontou para a casa da dona. Perguntei se ali já era a Vila. respondeu que sim. Perguntei onde ficava a parte tradicional da Vila, ele me perguntou se era um ponto de referência específico. Refiz perguntando onde era o núcleo originário (expressão de algumas pessoas que entrevistei entre 2004-2006 para se referirem a área da igreja). O rapaz não sabia como me ajudar. Pediu para esperar, entrou e voltou com um senhor limpando as mãos sujas da graxa dos carros. O senhor, cabelos brancos, aparência de ocupado, pergunta o que eu quero. Perguntei onde ficava a parte tradicional. “O que exatamente você quer

saber?” Ele insistiu em tentar entender e me ajudar. Fiquei um pouco constrangida por tomá-lo o tempo para fazer uma pergunta que exatamente ninguém sabia responder, nem eu mesma. Precise me render ao padrão para sair da situação. Perguntei onde era a parte de artesanato. “Renda, essas coisas?” Sim, respondi aliviada com a resposta. “Tem no Artesanato Potiguar” (localizado ao lado do praia shopping, no bairro de Capim Macio). E aqui na Vila? insisti. “Lá perto da igreja tem renda, essas coisas”. Mostrou-me o caminho e entrou apressado. Segui em direção à igreja. O local indicado pelo senhor é o espaço das rendeiras.

Onde, então, estava a *tradição*? Como poderia eu pensar o desenvolvimento em uma área tradicional se não achava quem me indicasse onde ela era situada? Precise ir para a história do Natal para compreender a Vila, e sua história suscitou mais perguntas: o que era mesmo a Vila: tradicional ou moderna? Ou, antes, como hipótese, tradição e modernidade, nela, comporiam uma só realidade, aquela realidade contraditória do (sub)desenvolvimento capitalista?

1. A CHEGADA DA CIDADE À VILA DE PONTA NEGRA

O homem só escapa do jogo
dos costumes para tornar a cair nele.
(DURKHEIM, 1999.)

O nosso horizonte de investigação, a Vila de Ponta Negra, será melhor compreendido se entendermos a história do crescimento de sua cidade: Natal. Se pensarmos em sua expansão, Natal é uma cidade relativamente nova, embora o ano de sua fundação date de 1599. De acordo com o último censo do IBGE (2010), a população era de 803.739 habitantes. Comporta, juntamente com mais nove cidades, a região metropolitana do Rio Grande do Norte. Povoação dos Reis, assim era chamada a cidade do Natal antes da sua fundação. Dia vinte cinco de dezembro daquele ano, as terras do Rio Grande do Norte ganhavam sua capital. Quinze anos depois, a cidade tinha apenas 12 casas, e em setembro de 1631, setenta. O forte dos Reis Magos faz divisa com o rio e o mar; a cidade cresce espalhando-se pela costa do rio. Do forte à Ribeira, a distância é de aproximadamente 3,6 km.

Natal surge porque “interessava ao Rei o forte, sua situação estratégica, o ponto militar de defesa territorial.” (CASCUDO⁴, 1999, p. 58) Portugal cada vez mais perdia seu território para a Holanda: Pernambuco, Paraíba. O Rio Grande seria a próxima conquista no fim do ano de 1633. A invasão dos holandeses dividia-se em duas estratégias de ataque: uma por terra e outra por água. A primeira parada foi em Ponta Negra (escolhida desde 1631 depois de uma frustrada tentativa de invasão). Parte da tropa seguiu à pé até o forte. A outra seguiu de navio para o rio, em combate direto no forte no Potengi. “808 soldados em oito companhias abastecidas por nove semanas, por doze navios.” (*Id., ibid.*, p. 62) De todas as terras do Brasil holandês, Natal “foi a que mais sofreu e menos teve.” (*Id., ibid.*, p. 65) Os colonos portugueses pouco serviam para os holandeses, chegavam mesmo a ser dispendiosos para a Campanha. “Natal e seus arredores eram uma preciosa região pastoril.” (*Id., ibid.*, p. 66) O gado e quase toda produção eram destinados a movimentar e alimentar o sistema açucareiro na Paraíba, Pernambuco e Itamaracá.

O sistema da economia nordestina era açucareiro e criatório. Entretanto, uma região açucareira depende de gastos para manter seus equipamentos e comprar a mão-de-obra, ao

⁴ Embora Cascudo seja comprometido com a narrativa de uma certa história do RN, iremos usá-lo aqui para mostrarmos o lento crescimento populacional até antes da Segunda Guerra.

passo que na economia pecuária o capital se repunha sem grandes gastos (FURTADO, 2000, pp.63s). Muitas terras para o pasto e poucos escravos, a pecuária em Natal seguia o modelo português, “era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa.” (*Id., ibid.*, p. 60)

A “Nova Amsterdã” ruiu em fevereiro de 1654, mas a economia pecuária continuou. Vinte anos depois, Portugal retoma sua cidade e restitui o nome. Foi preciso recomeçar do zero. “Van Gondim conseguiu trazer cento e cinquenta colonos para a Capitania.” (CASCUDO, 1999, 71) A baixa densidade populacional vinha, não só pela difícil tarefa de povoar de brancos portugueses o local (as mulheres brancas eram raras), mas também pelo pequeno contingente especializado necessário de mão-de-obra para a sua principal atividade produtiva. A mão-de-obra não qualificada “baseou-se no elemento indígena que se adaptava facilmente à mesma. Não obstante, a resistência que apresentavam os indígenas em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na população local que se fez a atividade criatória.” (FURTADO, 2000, p. 61)

A partir de 1757 foi demarcada a jurisdição, pelo ouvidor da Paraíba Domingos Monteiro da Rocha, contendo *quatrocentas braças de comprimento e cinquenta de largura. O povoado tinha cento e dezoito casas.* A cidade permaneceu em uma marcha demográfica relativamente estável. Em 1899, a população era de 16.056 habitantes. A capital do Rio Grande do Norte teve seu grande fluxo migratório principalmente devido às secas de 1915 e de 1932.

Entre 1900 e 1919, com as reformas políticas nos espaços públicos, a cidade amplia-se para além de seu núcleo central. Seu terceiro bairro é construído em 1901: Cidade Nova. O primeiro bairro foi a Ribeira; o segundo, Cidade Alta. A iluminação pública, trecho Rio Branco à Ribeira, data de 1911. Essas reformas seguem o modelo moderno-europeu de cidade. As modificações em Natal vão desde os nomes de ruas até “reforma de calçadas e muros, melhoria no sistema de iluminação, transporte e comunicação, construção de um teatro na cidade, introdução da energia elétrica e do bonde.” (SIQUEIRA, 2012, p. 99) No início do século XX, sua urbanização estava de acordo com as políticas higienistas da época, vindas da Europa e dos Estados Unidos. As largas avenidas, a arborização, a construção de grandes praças permitiam a livre circulação de uma leva cada vez maior de habitantes, mais de 30 mil. O salto demográfico veio a partir da década de 1940.

Na década de 1940, o recenseamento apontava para 35.242 habitantes. Seis anos depois, 1946, há um crescimento populacional de quase trinta mil pessoas: 65.000 (CASCUDO, 1999, p. 94). Essa mudança é ocasionada por interesses parecidos aos do Rei de

Portugal ao justificar a fundação da cidade: serve como ponto estratégico. O contexto dessa vez é bastante diferente, mas a situação é a mesma: a Segunda Grande Guerra. O Presidente do Brasil, Getúlio Vargas assina um tratado com o governo dos Estados Unidos. “A proposta de defesa continental dos Estados Unidos previa a cessão de bases militares - terrestres, navais e aéreas - na faixa litorânea do Brasil que ia do Rio de Janeiro ao Amapá.” (PEIXOTO, 2003, p. 60) O país recebia com isso equipamentos e conhecimentos para o desenvolvimento da indústria do aço. Entre os acordos, o financiamento para construir a primeira Indústria siderúrgica no Brasil. Natal entra na rota de guerra da Segunda Guerra Mundial como ponto oriental das Américas, o local mais estratégico para o exército dos Estados Unidos vencerem a guerra. A cidade fica em linha reta a aproximadamente 3003 km de Dakar no Senegal.

A cidade recebe mais de 10.000 soldados norte-americanos. O governo norte americano construiu duas bases na cidade: uma aérea na cidade de Parnamirim, chamada *Parnamirim Field*; a outra, a base aeronaval, na Ribeira, sobre as águas do Potengi. A estrada, 20 km do porto até a base aérea, construída pelo exército dos Estados Unidos para ligar as duas bases, a *Parnamirim Road*, diminuiu o tempo de deslocamento de uma cidade para outra de três horas para vinte minutos. A base aérea (a maior fora dos Estados Unidos) é concluída em 1944, possui uma estrutura 700 edificações para comportar de 400 a 600 aeronaves em seus trânsitos diários para África; uma rede de serviços 24h para atender a uma possível demanda de 1.800 oficiais e 2.700 subalternos; e um hospital com 180 leitos (COSTA, 1980). A base naval, além dos aviões anfíbios, seria para repassar combustível à base aérea.

Em troca da instalação da Base Aérea norte-americana na cidade, no acordo entre o Brasil e os Estados Unidos (período entre 1937 a 1945), o Brasil

conseguiu recursos norte-americanos para a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Walt Disney desenhou um personagem brasileiro, o Zé Carioca, e o MoMA [Museum of Modern Art] organizou [a exposição] *Brazil Builds*. Os brasileiros exportaram para os Estados Unidos a atriz/bailarina Carmem Miranda (1909-1955) e o *Brazil Builds* para o mundo. O Brasil também recebeu 1.288 aeronaves dos mais variados tipos (*Id., ibid.*, ps. 85).

Para os Estados Unidos, além de usar a cidade como “Trampolim da Vitória”, buscou-se fazer a política da “boa vizinhança” e implantar a americanização nos padrões locais tanto para expandir seus costumes (Natal teve a primeira fábrica de coca-cola do Brasil), quanto para minar qualquer influência Alemã no país. Getúlio Vargas rendeu-se aos “presentes” do

presidente Roosevelt porque assegurava o “intercâmbio” da política desenvolvimentista moderna implantada no país.

A vinda da comitiva norte-americana e brasileira (e os dois presidentes) transforma Natal em um campo de possibilidades de emprego e investimento.

A cidade do Natal viveu o seu momento de turbilhão: milhares de pessoas se deslocavam para a Capital, vindos de todos os lugares. Um grande contingente de população chegou à cidade motivado pela seca no sertão do Estado, flagelados, mendigos que foram rapidamente abrigados em lugares distantes, na periferia pobre da cidade. Muitos vieram estimulados pela divulgação da existência de empregos, pois era de conhecimento público que os americanos estavam contratando mão-de-obra para os serviços mais pesados, como a construção da Base Terrestre “*Parnamirim Field*” e da pista “*Parnamirim Road*” e também pela divulgação dos investimentos que faziam para suprir as Bases com gêneros alimentícios. (COSTA, 1980, p. 08)

A *Parnamirim Road* expande a cidade para o sul. A praia de Ponta Negra, pouquíssimo habitada, passa a ser o lugar para a elite da cidade. Certamente o capital econômico da elite e o *fetich*e pelos americanos traduziram-se na construção das casas de veraneio.

O período pós-guerra, mesmo com perda de investimentos e da infraestrutura da guerra, foi direcionado para o campo em franca expansão: o mercado de terras. As atividades da construção civil e imobiliária dinamizaram a economia natalense a partir da metade da década de 1970 (o conjunto de Ponta Negra nasce dessa expansão).

Na segunda metade da década de 1980, o turismo potiguar tem um salto devido à “implementação do megaprojeto turístico Parque das Dunas/ Via Costeira que privilegiou a construção de hotéis mais sofisticados em determinado trecho orla de Natal.” (FONSECA; FERREIRA *et al.* 2002, p. 06) A partir disso, a turismo se estabelece como atividade econômica da cidade, passando a influenciar diretamente no tipo de urbanização da cidade. Natal em si não é uma cidade turística. O ponto turístico é Ponta Negra. O polo central. Há outros espaços turísticos, como a Praia do Meio, por exemplo, que ainda hoje é usada pelos equipamentos turísticos, mas conserva a aparência física dos primeiros investimentos. Ponta Negra, ao contrário, tem a cara dos investimentos subsequentes. A construção da Via Costeira praticamente interliga-a à praia do Meio, passando pelo complexo de resorts construídos entre o mar e cadeia de dunas chamada Parque das Dunas, chegando à Ponta Negra.

A partir de 1990, o turismo se internacionaliza. Os investimentos do megaprojeto para o desenvolvimento do turismo, o PRODETUR I, viabiliza uma série de construções na infraestrutura básica (esgoto, saneamento básico, estradas). O governo federal repassa verbas

do PRODETUR/NE que atendem não só a demanda turística, mas grande parte da infraestrutura construída serve para atender às demandas do crescimento habitacional. Foram realizados 120 empreendimentos imobiliários. “Deste total, 60%, ou 72 empreendimentos, ocorreram entre os anos de 1996 e 1999, ou seja, quando começam ocorrer os investimentos do PRODETUR.” (*Id., ibid.*, p. 11) Natal faz parte desse megaprojeto do governo para o desenvolvimento do turismo no Brasil. A captação de recursos contou com investimentos internacionalizados privados e públicos por meio de acordos entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Banco do Nordeste (BNB). O programa “é baseado em uma abordagem de autossustentabilidade e num moderno gerenciamento que supõe planejamento participativo e estratégico.” (PAIVA, 2010, p. 198)

A cidade, juntamente com mais outras treze, em 1999, fez parte do projeto Polo Costa das Dunas, “com objetivo de potencializar o desenvolvimento do Polo Costa das Dunas, sob a ótica do empresariado, pela integração das ações do Banco do Nordeste com outras instituições e a sociedade em geral.” (NATAL, 2001, p. 11) Ainda na década de 1990, em 1997, foi criada, pela lei estadual complementar número 152, de Janeiro de 1997, a Região Metropolitana do Rio Grande do Norte: Natal junto de Ceará-Mirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Parnamirim. A partir de 2002 são incluídas Nísia Floresta e São José do Mipibu, e em 2005 a última cidade: Monte Alegre. Essas cidades correspondem a 42,5% da população do Rio Grande do Norte, em uma área territorial de 5,2% do total do estado (LIVRAMENTO; FREIRE, 2010).

O Período de 2000 a 2010, Natal teve um crescimento populacional, de acordo com o IBGE, de 14,09%. Em 1970 eram 264,379 pessoas. A cada década o crescimento é significativo, em 1980 chega ao 416,892 habitantes, e no ano de 1991 a população é de 606,887. Hoje, 2014, sua população passa dos oitocentos mil habitantes. A crise de 2008 afetou os países europeus que mais investiam capital externo direto no turismo potiguar. Algumas construções abandonadas na estrada de Tibau, em direção à Pipa, nos mostram a proporção da crise que se alastrou pela Europa e quanto dela atingiu essa região do Brasil⁵.

⁵ Natal, contudo, como cidade-sede do campeonato mundial de futebol de 2014, vem recebendo massivos investimentos dos governos (federal, estadual e municipal) para melhoria, principalmente, do setor turístico. Estima-se 3,5 bilhões em investimentos diretos e indiretos, privados e públicos nas áreas de transporte urbano, saúde, turismo, segurança pública e saneamento básico. De todos os investimentos, os mais expressivos são o estádio de futebol chamado Arena das dunas, com investimento total de 400 milhões de reais, dos quais 396,5 são de financiamento federal; e o novo aeroporto, São Gonçalo do Amarante, que transferirá os voos de passageiros para ele, deixa o atual para cargas. Os custos dos investimentos 792,55 milhões R\$ (Infraero: R\$ 174,44; Concessionária: R\$ 618,11 milhões), e sua previsão de término da obra será em junho de 2014, mês limite para entrega.

Natal é hoje, contudo, um canteiro de obras. As principais construções para a mobilidade urbana por ora deixa a cidade com trânsitos engarrafados praticamente a qualquer hora. E as mudanças de rota têm constituído um verdadeiro caos urbano. Mas a história que nos interessa aqui é a da expansão da cidade para um lugar específico: a “turistificação” do bairro de Ponta Negra. Ela conduz o padrão da verticalização da cidade, a partir de meados dos anos de 1990. A Vila, de todos os espaços do bairro, foi o que mais sofreu influências negativas deste processo, sua configuração socioespacial foi readaptada por duas lógicas complementares (mas externas e excludentes): a expansão do turismo potiguar e a demanda habitacional natalense.

1.2 O ENTORNO URBANO

O problema do presente trabalho começa com o uso que Natal, ou a Prefeitura, fez das terras da Vila de Ponta Negra para o desenvolvimento tanto econômico quanto habitacional do município. Uma indagação aqui se faz necessária a fim de que possamos assentar historicamente nosso objeto de pesquisa (a Vila de Ponta Negra). Essa indagação é feita por Ladislau Dowbor: “O município pode ser gerido racionalmente? A própria prefeitura é uma unidade gestora, e presta contas. Mas uma cidade, com o seu contorno rural, pode ser vista como espaço de processos coerentemente articulados e integrados, visando uma produtividade sistêmica elevada?” (DOWBOR, 2006, p. 01) E continua o autor:

Há algumas décadas, o problema não aparecia como relevante, pois havia população urbana apenas em algumas capitais, e o grosso da população constituía população rural dispersa. O resultado era que governo era coisa da capital, onde famílias ricas compartilhavam a direção empresarial e a direção política. Hoje o Brasil tem 82% de população urbana, em cerca de 5.600 municípios, que constituem a unidade básica de organização política, econômica, social e cultural⁶.” (Dowbor, 2006, p. 01)

Natal cresce para áreas antes habitadas por populações que viviam *na* cidade, mas não *da* cidade. A Vila de Ponta Negra é uma dessas áreas. Seus moradores tiveram as primeiras demandas vindas da cidade por meio das casas de veraneio, e essas casas decorrem da ampliação da cidade para o sul, pela necessidade de expandir as áreas urbanas e o uso delas, e

⁶ Retirado do site <http://dowbor.org> em 3 de junho de 2009 O Desenvolvimento local e racionalidade econômica Ladislau Dowbor Fevereiro de 2006)

integrá-las ao sistema maior. A Vila, como contorno da cidade, era comunal: usava a terra para agricultura.

A história da Vila na cidade começa com seu povoamento. Data do começo do século XX, mas é provável que famílias já usassem as terras para o extrativismo. Com uma população pequena e “isolada”, por volta de 500 habitantes em 1920. A população residente no local⁷ tinha como principal modo de atividade produtiva a agricultura (atividade mista); a fabricação de almofadas e rendas e a colheita de frutas (produção feminina) e a pesca (atividade masculina). A comercialização de alguns produtos era, na sua maioria, feita pelas mulheres que iam da Vila até a Ribeira (a pé) para vender seus produtos (em geral frutas, comidas de milho, rendas de bilro). “Antes de 1956 havia 500 hectares de terra cultivados em sistema comunal” (SEMURB, 2008), diz a cartilha lançada em 2008 pela prefeitura.

As primeiras construções na Vila foram feitas pelo governador do Rio Grande do Norte José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. O Fortim em 1809, construído para proteger o local das tropas invasoras; a outra edificação foi a Capela (ou igreja da Vila), erguida em 1823, provavelmente construída a beira-mar, na Orla de Ponta Negra, e depois reconstruída em janeiro de 1931 pelo Bispo D. Marcolino e auxílio do padre Agostinho Hanneken (CASCUDO, 1999, p. 106), na parte de cima na Rua Manoel Coringa.

A Vila, até o início de 1945, era muito afastada do restante da cidade (Ribeira e Cidade Alta). Sem acesso fácil, a Vila permaneceu relativamente distante, só a partir da década de 1940, durante a Segunda Guerra e com a chegada de um contingente norte-americano, com a abertura e calçamento da estrada de Ponta Negra, é que a Vila passou a ser “visitada”. Segundo depoimento em 2005 de Seu Samuel Pescador,

nos anos 50 as praias de veraneio do natalense eram no litoral Norte, a praia de Redinha e no litoral Sul, a praia de Ponta Negra. Ponta Negra era uma praia essencialmente de pescadores que durante os meses de veraneio era invadida pela burguesia natalense, havia muitos coqueiros na orla e pouquíssimos banhistas, não havia bares, restaurantes, quiosques, nem ambulantes. Para se chegar até lá com menos dificuldade só se fosse com automóvel, cortando a pequena estrada de barro que ligava Natal a Ponta Negra, isso era coisa só para elite, quantas pessoas tinham carro nos anos 50?

A elite procurava a praia não só para seguir a moda dos americanos em Natal, as estradas abertas para a logística da guerra abriu também a possibilidade de “sair” da cidade (da

⁷ O deslocamento foi principalmente de pessoas vindas de Parnamirim que usavam a região para a extração de mangaba.

Ribeira) e ocupar áreas “nativas”. Os primeiros terrenos começaram a ser vendidos. A população residente da Vila (algumas moravam na praia, outras na parte de cima da falésia) não tinha esses novos residentes como vizinhos, mas prestava-lhes serviços domésticos e comerciais.

Além destes serviços, a população local continuava as atividades anteriores. Uma rendeira disse-me que seu pai era pescador e, quando voltava da pesca, ia trabalhar no roçado. Todos, de uma forma ou outra, trabalhavam no roçado. Quando alguma menina queria aprender a fazer renda, era pelo gosto de fazer renda que as meninas pediam para aprender, e sua mãe pagava a alguma rendeira para lhe ensinar. A produção de renda não absorvia toda a mão-de-obra feminina, era um núcleo produtivo que participava da dinâmica produtiva maior, como atividade complementar, como a pesca, à agricultura.

O sistema comunal, continua o texto da SEMURB, prejudicava a legalização das terras e facilitava a “grilagem, doa metade das terras dos moradores da Vila para a igreja. A outra parte em 1964 é transferida aos cuidados do Ministério da Aeronáutica⁸ para a construção da Barreira do Inferno⁹”. Desapropriando, assim, as áreas usadas pelos moradores do local para a produção agrícola.

A perda das terras reduziu as possibilidades produtivas, a população desloca-se para tirar seu sustento de atividades vindas da praia. Quando a Barreira do Inferno cerca as terras, o espaço se reduz¹⁰. A agricultura não existe sem a terra, ela se torna secundária, usadas nas terras que sobravam; na praia, já havia casas à beira mar, concentrou a atividade produtiva. Essa foi a primeira perda substancial de terras. E mesmo com a perda parcial da posse da terra, a atividade produtiva não mudou completamente, embora tenha impacto significativo no desenrolar dos anos. Só a partir do desenvolvimento do turismo (PRODETUR I), seu modo de atividade é substituído por completo.

⁸ O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), criado pela Portaria nº S-139/GM3, de 12 de outubro de 1965, tem por finalidade executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais. (RICA 21 – 189 – regimento interno do centro de lançamento da Barreira do Inferno - 2009). Fonte: <http://www.clbi.cta.br/new/index.php>

⁹ Cartilha da SEMURB, 2008.

¹⁰ O extrativismo foi limitado pelas cercas da Barreira do Inferno, contudo ainda hoje é possível, para algumas moradoras, pegar mangaba dentro dos terrenos da Barreira, elas têm uma licença ambiental específica para entrar.

Sem as terras, perdida em ação judicial, os moradores modificaram a atividade produtiva. As construções de barracas para comercialização de comidas e bebidas iniciam-se na década de 60. Mas já havia a demanda de veranistas construindo casas desde a década de 1950. Muitos moradores da Vila trabalhavam para essas casas, mas isso não constituía emprego assalariado, e sim um trabalho remunerado, as lavadeiras de roupas de ganho da Vila são um exemplo. Embora o dinheiro das rendas (outro exemplo) rendessem proventos individuais, a produção e distribuição eram coletivas¹¹.

A mão de obra atendia as novas e crescentes atividades de uso do local como lazer. As casas dos veranistas eram um dos setores empregatícios dos moradores da Vila, principalmente para as mulheres nas atividades domésticas. As barracas à beira mar eram praticamente todas elas de moradores da Vila. Nessa nova atividade, fortemente voltada para o setor de serviços, ainda havia uma característica fundamental: a autonomia do trabalhador. O pescador trabalha para si, mas em cooperação com outros pescadores, alguns deles de sua família; a dona da barraca coordena um investimento familiar; uma peça de renda bem feita leva em torno de uma semana para sua finalização. Deixaram de ser agrícolas, mas conservavam-se comunais na medida em que a estrutura social ainda não tinha sido modificada com a urbanização.

A moeda cada vez mais reduzia o sistema à troca. Os moradores, para usar o dinheiro, comprar mercadorias, deslocavam-se com mais frequência, e com mais frequência a população da cidade passa a se deslocar para Ponta Negra. Quando chega 1980, a Vila já é completamente cidadina: participa da unidade básica de organização política, econômica, social e cultural do município. O problema agora é relevante porque a atividade produtiva é capitalista. O modo de vida individual chegou sobre o holístico. Deixar de ser comunal não implica apenas modificar o modo de produção do local, significa dizer que a estrutura da organização local se sujeitou a uma série de referências tidas como externas (*coisa da cidade*) introduzidas no dia a dia.

Imaginemos a metáfora da cidade se adentrando ao local, como o exército francês invadindo a Rússia na composição *Abertura de 1812*, de Tchaikovsky. A cidade, assim como os soldados da França, caminhava em uma marcha rápida para dentro da Vila. As terras da Vila serviriam, por uma parte, para a implantação de uma infraestrutura turística, por outra, para atender a demanda habitacional de Natal. A Vila, seus combatentes, assim como os soldados russos, recuavam cada vez mais para dentro de si; os soldados faziam isso como

¹¹ Uma peça de renda bem feita leva em torno de uma semana para sua finalização. Digamos que a feira na Ribeira fosse quinzenal. A rendeira teria duas peças para comercializar, contando com os justos do transporte e da matéria-prima, produzir em um sistema comunal era mais lógico. O mesmo pode ser pensado da agricultura, quanto mais terra mais gente.

estratégica, os moradores da Vila como “relocados” das terras principais. As tropas Napoleônicas invadiam cada vez mais, adentrando território inimigo sem conhecê-lo. Nas terras da Vila, o capital imobiliário penetrava o território da Vila sem querer conhecê-lo. Os terrenos são vendidos tanto por particulares quanto pelas intermediações imobiliárias. Diferentes pessoas do Brasil e do mundo compram terrenos na Vila para morar ou investir. Segue a macha demográfica. Os russos destruíam tudo ao redor na medida da interiorização, os soldados franceses não achavam abrigos. O inverno Russo quase pronto, essa era a estratégia: deixar que a natureza do lugar matasse quem a invadia. Na Vila, e seu clima tropical, as grandes áreas de mata atlântica, o Morro do Careca, o vento vindo do mar, guerreiros desarmados, europeu algum teria dificuldade de desembarcar e preencher os espaços “vazios”. Aqui o ponto de inversão da metáfora. O fim da guerra foi o auge do inverno. Os russos ganharam a guerra porque conheciam suas terras, sabiam até onde poderia habitá-las. Napoleão ordenou a retirada dos sobreviventes. Natal, ao contrário, sabia o caminho, já havia reduzido o território em outras partes antes, conhecia-o bem. Na medida em que não encontrou “resistência”, a ocupação foi completa. Na Vila, uma das armas de combate foi a identidade cultural, mas essa arma também foi utilizada contra si mesma. Todavia, a cidade não entendeu que disparar no *outro* era atirar em si mesma: não ter pensado na Vila como cidade desde o começo produziu um tipo de infraestrutura desordenada, que não supre a carência da demanda urbana. Diferente dos mortos da guerra, aqui o problema é outro: no momento que invadia, vitoriosa, o local, imprimia nele a marca de uma “guerra” maior: a desigualdade urbana, o *subdesenvolvimento* do local.

Se quisermos demarcar um fato específico da história que sem ele ela não se teria realizado tudo mais, a imputação causal do ato, diríamos que, enquanto problema urbano, a história da Vila começa com a chegada de Natal na década de 1990 em suas dependências, a partir da utilização dos recursos provindos do PRODETUR I (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo). Em história, entretanto, não há ponto sem sustentação. A construção do conjunto é um ponto marco da chegada da cidade, é o primeiro grande empreendimento habitacional em suas terras.

A demanda habitacional culmina com a construção do conjunto de Ponta Negra pela iniciativa privada, e não como um conjunto habitacional do governo. As terras, 130 hectares comprados pelo empresário Osmundo Faria, foram vendidas ou pela Igreja católica ou pelo Estado, o documento da SEMURB não especifica quem foi o vendedor. A Vila deixa de ser Ponta Negra; é agora parte de um todo maior: o bairro de Ponta Negra. Seus limites são ao

Norte com o bairro de Capim Macio/Parque das Dunas; ao Sul com o município de Parnamirim; ao Leste a praia: o Oceano Atlântico; e ao Oeste com o bairro de Néopolis.

Em 1978, surgiu o conjunto Ponta Negra, em 1979, o Alagamar; em 1989, o Serrambi, e em 1981, o Natal Sul. No ano 2000, foi executado o projeto Orla de Ponta Negra. Deste projeto de urbanização, fez parte a construção de um calçadão na orla marítima, com 3 quilômetros de extensão e a substituição das antigas barracas de praia, por quiosques de fibra de vidro (SEMURB, 2008).

O Plano Diretor de Natal (PDN) 2007 integra o bairro como Zona de Adensamento Básico com 225 hab/ha. Dispõe ainda de uma Zona Especial Turística 1 (ZET-1), regulamentada pelo artigo 62 do PDN/94, situada na Via Costeira, construída em 1985 com investimentos do PRODETUR I, possui mais de 10 km de distância que liga a zona sul à zona leste. O Bairro também possui duas Zonas de Proteção Ambiental: ZPA-5 regulamentada pela lei n 5.565/2004; e outra ZPA-6 ainda não regulamentada situada perto do Morro do Careca, na Vila. Em 2000 a lei complementar n^o 027 do PDN criou duas áreas de proteção que possuem limitações urbanística e ambiental. A primeira, a Área Especial de Interesse Social (AEIS) na Vila, ou seja, o controle pelo estado via regulamentação do uso do solo; a segunda *Área Non Edificanti*, tem como finalidade a preservação cênica-paisagística da praia de Ponta Negra, fica situada dentro da ZET-1 localizada especificamente nas áreas do Parque das Dunas.

Toda a costa da praia de Ponta Negra é para atender a infraestrutura turística (um ou outro terreno, mas aproveitados para estacionamento). Do início da enseada até o Morro do Careca é a ZPA-6. É uma parte tomada por formações rochosas, vegetação de mata atlântica e pela duna chamada Morro do Careca que ganhou esse nome devido a parte descoberta de vegetação no seu topo. O Morro do Careca é o cartão postal da cidade, é mesmo *slogan* de prefeitura dada a sua importância para a economia da cidade. Na medida dos anos e dos usos turísticos, sua vegetação foi se tornando escassa de modo a ter a aparência atual, até ter sua subida proibida por lei como crime ambiental. É possível ver guardas florestais vestidos com roupas camufladas sentados ao pé do Morro.

No início da década de 1990, ainda era possível subir e descer o morro; era a atração da praia e a infraestrutura turística ficava por conta das barracas dos moradores da Vila e dos poucos restaurantes situados perto de lá. A paisagem era menos artificial (menos edificada), e não havia o calçadão, construído em 1999-2000 pelo projeto Orla de Ponta Negra com

finalidade de urbanização da praia, com “3 quilômetros de extensão e a subsequente substituição das antigas barracas de praia, por quiosques de fibra de vidro.” (SEMURB, 2008) A costa é agora, além das pedras do novo calçadão, toda ocupada por guarda-sóis e cadeiras. O fluxo diminui na Via Costeira, e diminui mais pelos limites geomorfológicos que pela demanda¹².

1.3 VILA DE PONTA NEGRA

No topo da falésia, encontraremos o nosso objeto de estudo: uma comunidade chamada Vila de Ponta Negra, o primeiro núcleo de povoamento do local, que desde os financiamentos deixou de ser um vila e passou a ser parte do bairro de Ponta Negra. Grande parte dos investimentos do PRODETUR I foi direcionada à região de Ponta Negra, divididos em saneamento e transporte¹³. Contudo, só nas recomendações gerais do projeto a Vila de Ponta Negra e outras localidades similares entram nos planos do projeto. Os Planos Diretores Municipais “devem ser desenvolvidos tanto para as áreas urbanas, como rurais, instruindo os usos e a ocupação do solo; bem como devem instruir a elaboração da planta de valores, visando uma melhor arrecadação do IPTU.” (NATAL, 2001, p. 33) Os investimentos advindos do PRODETUR I promovem um padrão de urbanização que passa necessariamente pelo turismo como fio condutor da forma urbana: a urbanização turística. O fluxo de investimento teve maior demanda nas atividades comerciais, o solo para a habitação passou a

¹² Distanciando do Morro, indo em direção ao calçadão, a paisagem se constitui pela rua Erivan França que, em um de seus lados, tem os estabelecimentos voltados para atender aos usuários da praia, e, do outro lado o calçadão da orla, que está em reforma. À beira mar, além da longa malha de guarda-sóis, encontramos alguns tipos de serviços como aluguel de pranchas de surf; bronzamento artificial; massagens; venda de comidas e bebidas; ambulantes oferecendo óculos, roupas, chapéus; como também propagandas dos bares e restaurantes do outro lado da rua e de passeios de todos os tipos reproduzidos em banners ficados com base de madeira na areia da praia. A massa de turista dificulta caminhar, esticar uma toalha para deitar, nadar. O calçadão (ainda não terminado) mostra-se de construção inadequada. As escadas do calçadão para a praia são exemplo disso. A distancia entre a areia da praia para o calçadão é hoje aproximadamente de 6 metros, a madeira das escadas é visivelmente frágil. Ainda não terminou a colocação de todas elas, sacos de areias são usados para isso.

¹³ Na Via Costeira foi construída (1985) a rede coletora com 11km, 4 estações elevatórias e emissário de recalque — 5,6km, custo de 847.866\$. Para sistema esgoto sanitário e drenagem de Ponta Negra foram implantadas rede coletora — 50km, rede de drenagem — 5,2km, 3 elevatórias, estação de tratamento de esgotos — 8,5 l/min com um custo total de 4.827.757 \$. No setor de transporte e mobilidade urbana, foram dirigidos para a pavimentação de 32 ruas e construção de calçadas (7km): 1.124.897 \$. A urbanização de orla de Ponta Negra veio com a construção de calçadão (442.600 m²) e colocação de guarda-corpos e bancos (1,5km): 1.127.000 de reais (NATAL, 2001, p. 22).

ser mais escasso e os preços mais altos. Esse padrão é usado na praia de Ponta Negra, local de maior concentração do turismo na cidade, local também da Vila.

Ele se torna marco porque, além de um empreendimento desse porte, junto à sua construção veio também as primeiras referências do urbano, embora por meio da violência. Veremos isso adiante. Por ora, descreveremos o núcleo do problema pela modificação, por meio da chegada da cidade à Vila, da sua organização social.

Quando a cidade chega ao local da Vila, ela transforma paulatinamente, por meio de vias legais, o sistema produtivo dos moradores até retirar-lhes a autonomia, primeiro da produção agrícola, depois pela retirada das barracas da orla. A urbanização na orla no fim do século XX integra de vez a Vila ao do sistema produtivo maior (do capitalismo brasileiro). O problema brota dessa nova realidade. Mas, nosso problema não é exatamente esse, ele apenas começa aí. Ele surge do desenrolar dos discursos sobre o local. Natal chegaria, de um modo ou outro, nas terras da Vila (a *Parnamirim Road* foi uma dessas infraestruturas modernas que serviram, ao relacionar tempo e espaço, para encurtar as distâncias no tempo e aproximar espaços). O problema foi a estratégia “*tradição*” para o uso das terras. A Vila foi denominada tradicional. Esta denominação é o seu principal problema aqui, pois ela encobre o verdadeiro problema social: o fato da “desposseção”¹⁴ das terras pelo governo e pelo capital privado ter transformado o lugar em periferia de Ponta Negra.

Na medida em se que direciona para um campo ideológico, ou seja, o problema de uma comunidade tradicional sofrendo com a perda da identidade local devido ao avanço predatório do turismo, a ideologia encobre o fato, encobre o tempo da Vila. Antes, porém, de falar do tempo, note-se que a dinâmica espacial da Vila se divide mais ou menos do seguinte modo: na área turística (basicamente as ruas Erivan França e Manoel Coringa) onde a *tradição* é mostrada; nas demais áreas internas, onde passam os transportes *alternativos*, mostrando-se como área periférica do bairro de Ponta Negra. Periferia, mas por ser perto da praia, altamente valorizada.

A *tradição* é apresentada como identidade, principalmente pelos moradores que nasceram na fase anterior ao processo de urbanização; e como perda de identidade, devido os impactos da mudança do lugar, muito presente na fala dos moradores vindos pela urbanização do local. Os dois tipos de moradores carregam, por baixo das intenções ou das necessidades discursivas, uma ideia comum: a Vila do *antes* e do *depois*. E essa ideia acarreta no padrão

¹⁴ O termo desposseção é utilizado por David Harvey (2011) no capítulo *A destruição criativa da terra*. In: **O enigma do capital**. Usado como mecanismo para acumulação de capital. Será descrito com mais precisão no terceiro capítulo.

antes-depois, ou seja, uma história sobre um local contendo elementos externos a esse local, e que serve como modelo de comparação.

Essa relação de “identidade com o *antes*” e “perda de identidade como *depois*”, tende a levar o problema da identidade para o campo da memória coletiva, das danças, das comidas, das narrativas das histórias, brincadeiras, de um local isolado para um ponto de referência do turismo europeu. A relação recai na comparação entre o local e o global. A identidade local da Vila não é pensada como identidade de Natal. A história do *antes-depois* nos dá a impressão de ser identidades distintas. O conflito identitário da Vila é posto no cenário ainda maior, é com o mundo global que ela compara sua identidade local. Mas a resistência das identidades *tradicionais* convence pelo fato de elas se manterem vivas, determinadas ao ato heróico de se manter fiel à *tradição* no mundo moderno. “Parece improvável que o global vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações ‘globais’ e *novas* identificações ‘locais’.” (HALL, 2006, p. 78) Reduzindo isto para nossa escala, parece-nos óbvio que essa relação global e local produza novas identificações (embora o curto período histórico, 1997-2014, seja ainda pequeno para os denominadores comum), mas parecemos também óbvio se pensarmos ser improvável que o global não destrua a identidade do local.

2. PROBLEMA IDEOLÓGICO: O TEMPO

A noção de identidade aqui discutida não tem relação com afeto, sentimentos guardados na memória do passado; tem a ver com o uso social no presente. A identidade quer dizer: o saber usado para operacionalizar o dia-a-dia, não é uma citação do tempo memorial, mas um uso das coisas diárias que passam despercebidas pelo costume rotineiro. Trabalho na terra todos os dias, minha identidade é o meu campo de compreensão do uso diário da terra. Se pensarmos assim, é provável que o global tenha destruído a identidade local. Mas isso soa como improvável devido à separação persistente entre local e global, cidade e Vila. Na medida em que é anexada à cidade, a identidade integra os códigos da cidade. O que fica é a lembrança, a memória coletiva da outra identidade (do passado).

Se, porém, partimos da identidade como ação, a identidade da Vila se perdeu exatamente na mesma década em que os discursos¹⁵ (principalmente dos pós-modernos) exaltavam o igualitarismo, diziam que cada cultura possui um “jogo de linguagem” própria, é também a época em que o relativismo cultural se difunde (ERIKSEN; NIELSEN, 2007, p. 169). Mas também é o período da alta globalização, alta concentração de riquezas no mundo. É, assim, para o ato de viver, e não de lembrar, que a identidade é produzida; este é secundário, refere-se ao vivido, interiorizado e repassado. A identidade como memória é um processo acabado, a identidade da ação é o movimento que fazemos diariamente para operacionalizar nossas vidas; dos lugares aonde vamos; das comidas que gostamos, enfim, das do modo de girar nossas vidas na continuidade dos dias.

A identidade da Vila, por levar em conta apenas a memória e deixar de lado o fato da ação, se perde como tal e passa a ser história, narrativa de um povo, de um lugar. A identidade atribui referência apenas ao passado, cortando com o presente os elos identitários. A referência do presente é a cidade (moderno-capitalista), e a *identidade* da Vila criada para suprir uma demanda pela perda da referência social anterior; mas também para suprir a demanda turística das necessidades dos “espaços diferenciados”. Contudo, a ideologia de uma realidade não é sua realidade.

Identidade como ação coletiva parte do nosso meio para nós, é gerada pela familiaridade como espaço por decorrência do uso de habitar, produzir, transformar. Identidade tem a ver com a organização de pessoas em locais produzindo as situações variantes (mais de referências) dessa relação, ou seja, ela precisa da relação sujeito-objeto-

¹⁵ O espírito Romântico do puro, do nativo, é muito presente nas falas ativistas e em textos acadêmicos.

contexto para manter-se viva. Retire-se a identidade dessa relação, e temos sujeitos sem objetos, dentro de contextos fora do habitual; contextos sem sujeitos e objetos de referencia. As combinações podem brotar das mais variadas formas, mas estão ligadas pela perda de um dos elementos que completam o sentido da identidade. A fragmentação da identidade da Vila vem da falta de algum desses componentes. Todavia, uma coisa não precisa ser para aparentar ser no mundo moderno. Basta passar-se como verdade.

Sobre essa linha de raciocínio, a identidade tradicional é descrita como contínua, coletiva, tem um passado em comum, por isso verdadeira. “A verdade é sempre pensamento a partir de uma estrutura triádica.” (CASTORIADIS, 2007, p. 351) Destrinchada, ela se configura como: primeiro, *aquilo que pensa* (o sujeito), quem consegue distinguir o que é verdadeiro e o que é falso; segundo, um “*estado das coisas*” (o objeto), diretrizes do que são tidos como verdadeiros; e por fim, a *relação* entre esses dois, entre o que é dito e o

estado de coisas (...) O círculo vicioso que logo se torna aparente como esse terceiro termo é curto-circuitado pela instituição da sociedade, ao mesmo tempo linguagem, regras para sua utilização etc., e adestramento, fabricação de indivíduos conformes ao que requer a validade social perpétua da instituição. A ‘verdade’ é garantida pelo assentimento social infraturável. (*Id., ibid.*, p. 352)

Temos, com isso, uma estrutura¹⁶ construída sobre a noção de verdade para garantir a continuidade das instituições, mas elas são atribuições que damos às coisas, e não o contrário. Não existe, de fato, verdade em si: ela é mecanismo de controle, finaliza Castoriadis. Como garantir a verdade (da identidade) da *tradição* quando o discurso sobre ela é da ordem do *fraturável*? As histórias (e seus produtos) do *antes* e *depois* é narrativa sobre essa fratura. Mesmo assim a *tradição* da Vila é narrada como coisa verdadeira.

Usamos a estrutura triádica porque ela nos oferece suporte para pensar o conceito de identidade; também por ser um método passível de associar verdade e identidade dentro de um mesmo campo lógico, como é o caso das identidades tradicionais. Mas nosso problema, defasado pela suspensão de um dos elementos (não importa o qual), mesmo assim é conceitualizado por meio dessa relação triádica, ou seja, o discurso sobre a identidade da Vila parte da estrutura padrão da identidade tradicional sujeito-objeto-contexto, mas quando é

¹⁶ Historicamente, é difícil negar uma fixidez e um prolongamento de *certos* traços da cultura. Chamaremos aqui esses traços de estrutura. Estrutura pensada como processo ternário entre sujeito-objeto-relação (CASTORIADIS, 2007) e como um fato que persiste historicamente, como descreve Evans-Pritchard (PERRONE-MOISÉS, 2001).

vivida por seus habitantes, principalmente devido a crise das identidades cada dia mais deslocadas ou fragmentadas (HALL, 2006, p. 08), é reproduzida pelas identidades modernas. A identidade da *tradição* da Vila¹⁷ não se sustenta como estrutura triádica, e com isso ela deixa-se apresentar-se como ideológica. A crise de identidade da Vila se instaura pela perda da identidade como ação, ela se torna passiva e passada. Mesmo consideradas pela literatura como caso de identidades *desintegradas*, *reforçadas* ou *híbridas*, a identidade da Vila não corresponde a mais a estrutura produtiva local, é essa a crise.

Se, com efeito, o espaço for substituído, as pessoas substituídas, as relações de produção, de trabalho, de alimentação, familiares... se tudo isso não existe sobre a forma da organização comunal no presente, o que fica é a narrativa sobre o seu passado *tradicional*. Ao falarmos, pois, da *tradição*¹⁸ como um discurso ideológico, e não como modo de organização social no tempo e no espaço, fica a lacuna do que vem a ser uma *tradição*. Como estamos estudando a Vila, e não o conceito de *tradição*, diremos o que isso quer dizer no local. Antes é preciso entender a diferença entre o tempo e o espaço modernos e o tempo e o espaço *tradicionalis*.

2.1. OUTROS TEMPO E ESPAÇO E O ESPAÇO-TEMPO MODERNO

Duas das principais ferramentas sociológicas para classificar uma formação social são os conceitos *tempo* e *espaço*. O tempo e o espaço são ferramentas porque servem para medir, comparar, descrever, classificar e entender as organizações sociais. Como categorias analíticas, esses conceitos explicam o significado sobre o mundo usando as noções próprias do mundo dos ouvidos de quem as escutam. São conceitos porque partem do pensamento para formular uma estrutura formal lógica. Assim, para entender o que é uma sociedade tradicional e uma moderna, para percebermos a diferença, fazemo-lo comparando o que é socialmente aceito como tempo e espaço, tradicionais ou modernos.

A academia, a título de análise, divide o tempo e o espaço modernos do tempo e o espaço tradicionais (ou pré-modernos, “primitivo”, não-moderno). Porém, com esse fim, parte

¹⁷ Limitarei a pensar esses componentes apenas com os dados obtidos da Vila.

¹⁸ A *tradição* se tornou uma espécie de medidor, indo do “atrasado” ao moderno. Contudo, o termo pode ser usado não só para demarcar maior riqueza econômica, como traço de distinção, de erudição. O exemplo vem da etnografia “Sujeitos e Objetos do sucesso” elaborada por Diana Lima. A elite *tradicional* carioca é descrita assim para compara-se ao seus rivais emergentes. *Tradicionalis*, nesses termos, quer dizer elite, os de “berço”, e a distinção vem pela manifestação do *gosto* estético, quanto maior esse traço distintivo maior o reconhecimento como elite “tradicional”, quer dizer, aquela que é diferenciada das demais elites econômicas.

da premissa de que as estruturas sociais, fora do eixo moderno, sejam unidas ao supor que o tempo e o espaço são usados sobre as mesmas bases conceituais para descrever a vida social do local: o tempo tradicional é o tempo da natureza, cíclico, reproduzindo de si mesmo a cada nova estação. O espaço, nômade, ou sedentário, situado para atender as necessidades básicas e demarcar identidade.

Muitos dos termos para conceituar a *tradição* têm como base uma naturalização da ideia de modernidade. A impressão, passada por alguns livros, é a da *tradição* como falta, ausência de algo encontrado apenas fora dela. A mentalidade evolucionista é tão arraigada em nossa forma de pensar que isso transparece em nossa compreensão sobre o assunto. A *tradição* é descrita mais pela falta de modernidade nela que por ela mesma, causando com isso a inevitável comparação temporal entre o tempo ativo (dinâmico do capital) e o tempo repetitivo (como o sol que nasce todos os dias) da *tradição*. Ocorre que, desde os judeus e, mormente, com o cristianismo, a noção ocidental de tempo descreve-o como linear. Quando comparada com o moderno, a *tradição* tende sempre a ser pensada não só apenas como uma coisa só, coesa, mas como o tempo do passado. E como o sentimento que mais abriga o coração de um moderno é o futuro (a esperança), a *tradição* (passado) torna-se logo “menos evoluída” aos olhos modernos, mesmo quando estes são complacentes com ela. “Nas culturas tradicionais”, descreve Giddens, em *As consequências da modernidade*, “o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetua a experiência de gerações.” (1999, p. 44). Descreve a *tradição* dessa maneira porque pretende contrapor à ideia de modernidade, sua ideia de modernidade reflexiva.

Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca como o passado exceto na medida em que ‘foi feito antes’ por acaso coincide como o que pode ser definido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado. Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a *tradição* pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela *tradição*. (*Id.*, *ibid.*, p. 45)

Aqui, a *tradição* não é só descrita à luz da modernidade, como também se perde nela, não tem função de atuar, apenas de indicar algo; na prática social, a realidade não é tradicional. Giddens supõe que não podem coabitar juntas porque a modernidade suplanta a *tradição*. O fim da citação demonstra os limites da *tradição*. Todas as vezes que é pensada, só o é pela via da noção moderna de mundo. E conclui relegando à *tradição* uma identidade moderna, “pois a *tradição* justificada é *tradição* falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do

moderno” (p.45). Essa relação de modernidade e *tradição* proposta pelo Giddens (salvo o fato da ideia de identidade tradicional ser moderna) é praticamente um discurso padrão.

As pessoas em geral, quando falam sobre a *tradição*, levam as noções de passado e rotina tão a sério que não percebem a neutralização do discurso. Não levam em consideração o modo de produção (no tempo e no espaço) do local chamado tradicional, mas sim o modo de reprodução do sistema moderno, e é por isso falsificada a *tradição* descrita por Giddens. Mas, quais são as tradições não falsificadas pela modernidade? Partiremos também dessa afirmação, a *tradição* como produto moderno, pois seguiremos com a ideia de que ela é um discurso sobre o tempo, e não uma organização social que usa o tempo para desenvolver suas noções de pensamento.

Para além da unidade atribuída, existem diferentes formas de compreender e usar o tempo e o espaço que não são necessariamente rotineiras e que não precisam se fixar no que “foi feito antes” para poderem existir. A modernidade, adoradora das novidades, não pode ser pensada como rotina, repetição, apenas os povos *tradicionais* saberiam viver assim. Os nuer, povos que vivem no Sudão da África, graças às definições de Giddens ou por terem uma compreensão de tempo e espaço diferentes dos escritos da academia, deixaram de ser tradicionais. O tempo relacional nuer ultrapassa as ideias de passado e rotina, e descreve uma relação particular entre o uso dos elementos tempo e espaço.

O tempo moderno é relacional ao espaço; ambos são vinculados, pois “a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço” (*Id., ibid.*, p. 26) moderno. Ele é descrito hoje sobre a ideia de aceleração, e o espaço sobre a noção de ampliação, os dois conceitos atualmente produzem a noção de desencaixe, ou seja, o deslocamento das “relações sociais de contexto locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (*Id., ibid.*, p. 29) Giddens esvazia o tempo e o espaço modernos como se fosse mesmo possível viver hoje sobre o vazio atemporal que pensavam os gregos homéricos. Ele quase não oferece saídas para além da modernidade (com seu tempo baseado em ações indefinidas) porque parte da *tradição* (do mundo fora da modernidade) como em vias de desaparecimento atropeladas pelo carro de Jagrená. Isso porque Giddens parte da ideia de humanidade, e esta, de uma forma ou de outra, está envolvida em condições de modernidade. O que fundamentaria a lógica da repetição do tempo tradicional é a rotina das práticas sociais, isso produziria um tempo curvo ligando passado e presente e o tempo moderno como linear, em direção ao infinito futuro. A separação entre tempo e espaço é crucial para a dinâmica da modernidade porque 1) provoca desencaixe que dilatam o tempo e o espaço servindo para possibilitar mudanças na medida em que amplia hábitos e práticas. Sobre um modo de vida

tradicional isso corre na medida em que esse desencaixe não só amplia, mas substitui hábitos e práticas sociais; 2) produz organizações racionalizadas na medida em que conecta o local e o global (no caso da Vila o turismo faz essa conexão) o que afeta a rotina diária de milhares de seres; 3) e usa a história como fio condutor da sociedade ao construir um discurso de passado, presente e futuro (*id.*, *ibid.*, p. 28s). No caso da Vila, todavia, uma história sem futuro.

Ainda a respeito dos nuer, Evans-Pritchard nos recorda que estes, por sua vez, relacionam tempo e espaço de modo não pré-fixado, de acordo com as condições das situações ocasionadas entre o tempo físico, ecológico e social. *O tempo seria uma relação entre várias atividades*. “Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos aos quais as atividades devem se conformar com precisão.” (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 116) Uma “medida” de tempo nuer é a distância estrutural. Se um nuer observar em seu horizonte algo que possa estorvar seu caminho, um enxame de moscas, por exemplo, ele irá, mesmo que possa ser (do ponto de vista da nossa quilometragem) mais distante, desviar por outro lado, e isso será mais ágil, “mais perto” para ele. Outro exemplo da concepção nuer de tempo: “uma aldeia nuer pode estar equidistante de outras duas aldeias, mas, se uma dessas duas pertencer a uma tribo diferente daquela a que pertence a primeira aldeia, pode-se dizer que ela está estruturalmente mais distante da primeira aldeia do que a última, que pertence a mesma tribo.” (*Id.*, *ibid.*, p. 123)

Nossa ideia de tempo, ao contrário, está relacionada ao relógio, ele é o orientador do tempo, padroniza as atividades e adapta os seres humanos a processos externos a ele, ou seja, a fenômenos físicos. Medimos a distância por quilômetros, medimos o tempo por horas. A característica maior das sociedades modernas é que o tempo não se repete. O movimento do dia e da noite é repensado sobre a ideia de tempo: o que dá unidade ao movimento do nascer e do desaparecer do sol. O tempo, digamos, é nossa maior forma da sensibilidade. Ele se tornou parte do nosso modo de ver o mundo de tal maneira de ser ele mesmo o medidor de tudo; passamos por ele, é o tempo o que nos atravessa. O que quer que eu possa dizer digo porque tenho um tempo para movimentar a minha ação de falar.

O tempo sempre chamou atenção dos seres humanos, ele é algo que se sabe, mas não se vê; é percebido, mas não podemos tocar. Glosando Santo Agostinho e Paul Ricoeur, assim se expressa Andrade:

mas por que a tarefa de pensar o tempo não é de fato fácil de ser realizada? Justamente porque, originariamente, o tempo não se dá como uma coisa a ser

pensada. Há sem dúvida, para o filósofo em geral como para o homem comum, o tempo do mundo e o tempo do homem, ou melhor, o tempo do sujeito escorrido em seus afazeres e matutações *diárias* e o tempo da história cumprido com esse outro tempo e apesar dele (...) Mas *pensar o tempo* não é divisar ou discernir um tempo ou outro, porém é precisamente pensar a correlação necessária que permite uma tal distinção entre um tempo objetivo e um tempo subjetivo. (ANDRADE, 2012, p. 133)

Talvez por isso tenha sido pensado sobre tantas perspectivas ao longo da história dos estudos sobre o tempo. O que tem o tempo? Muito menos palpável, o tempo é não pré-fixado por um tipo de uso, como a propriedade privada pré-fixa o uso do espaço, ele não pode ser descoberto por si só, precisamos de categorias sociais e psíquicas aceitáveis para inventar e definir.

Ao contrário do espaço (da Vila) que ocupamos, construímos o tempo (da Vila), para pensar. Este recebe ao longo das formações sociais diferentes modos de percepção e uso. Mas, se é comum dizer que os gregos não conheciam o tempo linear, é possível afirmar que, desde Ésquilo (*Oréstia*), a ideia de tempo (ocidental) já se constrói sobre a noção do linear, “observa-se pela primeira vez o tempo passado, não mais o vazio, mas a constituição total e linear do tempo.” (BORNHEIM, 2003, p. 99) A partir disso, continua Bornheim, “o tempo inicia então a ser objeto de análise racional, ou seja, o pensamento põe-se a interpretar e mesmo medir o tempo como realidade cronológica, enfim provida de certa racionalidade (*Id., ibid.*, p. 99)”. Direcionado sobre essa lógica a ideia de tempo da civilização ocidental, diz, por sua vez, Elias, é associado não só a racionalidade, mas também a mudança dos hábitos sociais.

A sucessão irreversível dos anos “representa, à maneira simbólica, a sequência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro de uma grande continuidade móvel, natural e social.” (ELIAS, 1998, p. 10) E essa transformação dos hábitos afeta dois setores da vida. Por um lado, ocorre com isso o desenvolvimento geral das unidades políticas modernas, que tem como base o argumento da sobrevivência humana. “O surgimento das unidades estatais relativamente estáveis a longo prazo foi uma condição necessária para que o tempo pudesse ser experimentado sob a forma de um fluxo contínuo.” (*Id., ibid.*, p. 48) Por outro lado, prossegue Elias, o tempo serve para o controle de impulsos, quer dizer, a coerção externa e a coerção auto imposta com que se deparam os indivíduos. O tempo como fluxo contínuo juntamente com o processo de coerção do indivíduo se faz síntese para processos padronizados que nos servem de referencia, de medidas (*Id., ibid.*, p. 40).

Comparados os tipos de tempo e espaço nuer e o moderno, entendemos, voltando à Vila, que o nosso problema está encoberto pela falsificação da *tradição*, mas não porque a modernidade se tornou uma realidade consolidada no mundo, mas sim porque nem tudo que é descrito como tradicional pode ser conceituado como tal.

2.2. O QUE NÃO É UMA *TRADIÇÃO*

A maior invenção do século XIX foi a invenção do método da invenção. (SCHAFER, 2007)

Dissemos que transformação socioespacial da Vila foi gerada pela urbanização (na medida em que substitui o sistema produtivo) e não pela perda da identidade *tradicional*. Expliquemo-nos.

O “sentimento” de *tradição* surge no século XIX como crítica à evidente cultura (urbana) do industrialismo que tornava a atmosfera (fétida) das cidades industriais da época cheias de conflitos e incertezas sociais provocados pela rapidez do progresso industrial, e pelo flagrante fosso socioeconômico construído para justificar esse mesmo crescimento econômico. Londres tinha, em 1854, dois milhões e 400 mil pessoas habitando numa área de 50 km de circunferência.

A vida agitada e caótica tinha como contraponto a vida mais simples não encontrada nas metrópoles. Os artistas, principalmente os do fim do século XIX, Paul Gauguin seria um dos mais expressivos, ansiavam por uma arte menos “contaminada” da civilização, “até sua cor e desenho deveriam ser ‘bárbaros’ para fazer jus aos incontaminados filhos da natureza que passara a admirar durante sua estada no Taiti.” (GOMBRICH: 2009, p. 551) Nesse contexto, o conceito de *tradição* foi frequentemente relacionado a seu caráter de *contínuo*, de práticas sociais repetidamente reproduzidas, e sustentadas pela ideia de um “passado real” de práticas fixas, reforçadas pela noção da repetição.

Foi nesse momento, principalmente nos espaços políticos e intelectuais, que esse sentimento tomou forma conceitual-crítica. Dentro da palavra “*tradição*” havia um sentido de crítica às consequências diretas da deterioração de certo modo de vida, e da construção de uma estrutura geral a compor a organização social em estratos sociais ou classes sociais. A maquinaria deixou de ser um componente da época; ela produzia a Era da Maquinaria (em sentimentos externos e internos), e tudo deixa de ser feito pela mão; era a Era onde “tudo é

feito de acordo com a regra e por artifício calculado.” (WILLIAMS, 2011, p. 96) A primeira Revolução industrial consolida a Era da Maquinaria não só pela produção mercadoria em grande escala; o comportamento da vida na cidade cria a consciência de classe (THOMPSON, 2002, p. 14-18) se torna a possibilidade da “criação” do espaço “natural”¹⁹. A Inglaterra (1780-1820) orquestra uma combinação de poder militar e superioridade industrial, por isso tinha o monopólio industrial mundial e trazia sempre mais dependentes para si quanto mais exportava manufaturados e mais importava os primários (POCHMANN, 2011, p. 19). A palavra *tradição*, nesse momento, foi elaborada para operar em oposição ao crescente mal-estar advindo da civilização industrial.

A realidade consolidada pelo processo de industrialização foi configurada com tanta rapidez (se comparado com um modo de vida tradicional) que muitos a pensaram como antinatural. A mão-de-obra operária foi forçada, grande parte pelo discurso de racionalização da agricultura imposta pela primeira Revolução Industrial, a abandonar o interior e se tornarem operários dos grandes centros industriais. O crescimento populacional na Grã-Bretanha passou de 10,5 milhões em 1801 para 18,1 milhões em 1841 (THOMPSON: 2002, p. 20). O século XIX foi não só a época de apropriação conceitual e uso da palavra *tradição*, mas também o campo mais fecundo para que essas ideias fossem apropriadas e transformadas em tradições inventadas pelos países imperialistas com finalidades de prover um nacionalismo que reforçasse hierarquia na medida em que construía formas simbólicas “reconhecidas” por todos (das colônias) para estabelecer papéis de autoridade e subordinação na consolidação dos impérios a fim de fortalecer a interação (a partir da Divisão Internacional do Trabalho) e a distinção (posições de hierarquia social). “As tradições inventadas europeias caracterizavam-se pela sua rigidez. Envolviam conjuntos de regras e procedimentos registrados – como os ritos modernos. Davam segurança porque representavam algo imutável num período de transformação.” (HOBSBAWM, 2012, p. 311). A continuidade pode ser entendida como um progressivo empenho de pessoas envolvidas em um foco específico.

Essa concepção vai além de *tradição* no sentido rústico do termo, quer dizer, *tradição* relacionada à natureza, ou ao ciclo natural que organiza a estrutura social tradicional por meios naturais. Contudo, o contínuo acaba se misturando com conceitos da modernidade, que, vias de regra, se caracteriza como ruptura à *tradição*. A palavra, assim, serve não só para ser oposto de modernidade, ou seja, um corte com os dogmas das instituições medievais, a

¹⁹ “As imitações da natureza foram, então, criadas para serem exibidas em espaços não naturais. Aí elas funcionam como se fossem janelas, levando o telespectador a vários cenários (...) Os eventos naturais são, então, criados para se sincronizar ou para competir ironicamente com o estado de espírito do artista”. (SCHAFER, 2011, p. 152s)

fim de implantar um sistema racional que substitui o foco das divindades para indivíduo como o centro do mundo. Serve também para conferir à modernidade sentido temporal perdido pois, suas categorias de espaço e tempo foram re-transfiguradas (GIDDENS, 1991). Desta forma, pela sua falta de “fixidez”, a sociedade moderna descreve os processos sociais, em grande maioria construída por ela mesma, que contêm durabilidade no tempo como tradicional. O termo extrapola e pode ser usado não só para formações sociais não modernas, como também dentro da própria modernidade. Os tradicionais modernos são aqueles que dão continuidade as suas ações. Os exemplos são os mais variados com as alas tradicionais da sociedade; os herdeiros da *tradição*; ou nascido em família tradicional. Esse processo de conceitualização de sociedades tradicionais foi produzido a partir de categorias modernas, e não tradicionais (no sentido autóctone do termo).

Ainda no século XIX, a antropologia é oficializada como disciplina científica (em 1850) capaz de dar conta de pensar, categorizar, produzir conceitos e visões de mundo do chamado mundo tradicional (primitivo). A antropologia se apresenta como ciência apta a estudar os mais variados problemas e interesses que a sociedade moderna tinha com relação ao resto do mundo. A publicação do livro *Origem das espécies* foi um dos marcos dessa passagem (KUPER, 2008, p. 41). Com o desenvolvimento das ideias do evolucionismo (produzidas dentro de sociedades europeias), e seu método eficaz, a ciência serviu para justificar, com bases em estudos “comprobatórios” (etnográfico-empíricos, e não religioso-tendenciosos), a utilização e apropriação político-econômica das sociedades consideradas não modernas. As ideias que rondavam as mentes dos pesquisadores se assentavam sobre a convicção de que era a raça branca o tipo mais elevado de ser humano. Essa convicção se baseava em valores estéticos, do gosto; e ideológicos, da estratificação social, e não científicos, como afirma Franz Boas:

o fato de que todo o nosso pensamento esteja impregnado de pontos de vista biológicos é provavelmente um elemento muito mais importante na formação do conceito de que a cultura é determinada pela origem racial (...). A influência combinada da psicologia fisiológica e da biologia parece ter fortalecido a opinião de que as funções mentais e culturais dos indivíduos são determinadas pela hereditariedade e de que as condições do meio físico são insignificantes (2010, p. 26)

Essas ideias se adequaram perfeitamente com as teorias evolucionista, e o darwinismo social, de modo a justificar, do ponto de vista científico-racional, o imperialismo. Essa foi a ideologia mais aparente. A mais encoberta foi ter descartado o meio físico como possibilidade de terminação do sujeito, e reduzi-los suas funções, adquiridas hereditariamente, mentais e

culturais. A classificação das origens raciais era reduzida ao campo conceitual no qual as determinações sociais não passam por noções sobre o meio físico como fator fundamental para os sujeitos. Os conceitos se reduzem aos indivíduos. Quantas *Venus Negra*²⁰ não foram usadas tanto para mostrar o exótico (que recai no erótico) quanto para servir de progresso para ciência?

Na base da evolução habita as populações, coincidentemente, chamadas de tradicionais. Esta ideia de *tradição* (que nas entrelinhas se estendeu até os dias atuais) foi categorizada pela antropologia do fim do século XIX como sociedade primitiva; como categoria comparativa, a *tradição* era encontrada mais nas indústrias que nas tribos. (Quando Gauguin foi morar no Taiti, sua pretensão foi sair do moderno, da vida sem sentido da sociedade cada vez mais produtora de indivíduos blasé²¹, não foi pelo “puro” em si, mas para se desintoxicar do moderno por meio da pureza selvagem.)

Foi a solidificação das estruturas das instituições europeias nas outras etnias, “unificando-as” por meio de normas e valores, não sem conflitos ou resistências, mas, como pode ser observado pelo processo de globalização, suas marcas são tão profundas que o mundo passou a ser dividido (ao menos dentro da academia) entre as sociedades modernas e as não modernas, ou pré-modernas, antimodernas e vivemos hoje voltados para o modelo do *moderno*. A modernidade²² foi a consolidação da europeização no mundo (FERNANDES, 2008, p. 26). A modernidade se transformou, como prometia as teorias do evolucionismo social, no fim último das civilizações.

A começar pelas “elites locais” com seu “torcicolo cultural”, padronizando o gosto industrial europeu. No processo de colonização, as sociedades (etnias) usadas pela Europa substituíram seu Modo de Produção específico, muitos divididos por núcleos (cada núcleo de mulheres; guerreiros; crianças; líderes religiosos cumprindo funções e papéis específicos) por um modo de produção de trabalho desenvolvimento na Europa e ramificado para o mundo por meio do que se convencionou a chamar Divisão Internacional do Trabalho.

Ao longo do tempo essa foi a divisão: a modernidade se utilizou das sociedades que ela caracterizou como sub-humana para fazer serviços sub-humanos para os europeus. A

²⁰ *Venus Negra*. Direção: Abdellatif Kechiche, França, 2010.

²¹ Conf. SIMMEL, 2005, p. 581 “A essência do caráter blasé é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos. Elas aparecem ao blasé em uma tonalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras.”

²² Modernidade como fruto do processo entre: moderno (introdução do *eu* racional); modernização (introdução do modo de produção) e modernismo (introdução da estética da “era da maquinaria”).

escavidão colonial foi sua consequência direta e se estendeu depois disso mesmo após as “abolições”. Implantou no mundo (em boa parte dele) uma divisão de trabalho no qual ela tirava vantagens extremas. As sociedades concebidas como tradicionais forneceram para a modernidade a produção de matérias-primas para que essa pudesse progredir ainda mais com suas indústrias.

A primeira grande transformação nessa estrutura foi a crítica ao modelo centro-periferia vinda principalmente no campo econômico encampada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A CEPAL²³ direcionou seus estudos, principalmente sobre o atraso agrícola e a industrialização do setor urbano, no sentido de criar teorias próprias que levassem em conta as especificidades do subdesenvolvimento da América Latina. As ex-colônias começaram a compreender o local (fixo) que ocupavam na Divisão Internacional do Trabalho. Quando foram reivindicar algo, reivindicaram a própria modernidade. Ou seja, não queriam fazer parte do processo, agora inevitável, como produto, mas como produtores. A modernidade deixa de ser uma subjugação étnica. Torna-se ideologia. A ideologia é a base (o que sustenta) de ambos os lados. Opera como sistema “comum” aos interesses tidos como opostos, ou contraditórios, unidos pelo mesmo princípio: o da conservação do sistema. Não há reflexão histórica sobre o modo como ele é produzido, aceitamos apenas que é assim, como se sempre fosse. Tomamos hoje como realidade, e para uma grande parte da população, como a única *realidade*. O seu sistema cultural teve penetração dominante nas estruturas locais de modo a fazer de todas as etnias, no caso do Brasil, por exemplo, um “caldo” cultural comum, embora ideias evolutivas, eugenistas e racistas estivessem sempre às voltas determinando os lugares sociais de cada um. A modernidade se fez presente no imaginário, no desejo de cada um. Era preciso a industrialização, o motor da modernidade (a estética e *ethos* modernos já havíamos absorvido antes).

Outro fator histórico decisivo dessa conceitualização moderna de *tradição* foi o fim (teórico, mas já socialmente enraizado) do próprio evolucionismo. Desde meados dos anos

²³ Um dos principais expoentes da CEPAL, Raúl Prebisch, descreve as ligações internas da dependência: “O estrangulamento externo do desenvolvimento não é apenas consequência da lentidão com que tendem a crescer as exportações primárias, comparada à rapidez com que o fazem as importações industriais provenientes dos grandes centros, bem como do escasso intercâmbio recíprocos de países latino-americanos, mas obedece ainda, nos últimos anos, em larga medida, à deterioração das relações dos preços de intercâmbio, que afeta enormemente o poder de comprar das exportações.” (2000, ps. 458)

1980 a antropologia e várias outras ciências passaram por reformulações conceituais importantes, de modo à desobjetivar os sujeitos da história, como crítica direta às “grandes narrativas”, a cultura é vista agora como jogo, ou como linguagem (LAYTON, 1997, p. 245). A pluralidade se torna conceito fundamental para os estudos culturais, considerar como atores sociais a fim de dissipar a diferenciação entre “nós” e “eles”. “Depois do pós-modernismo, a antropologia não podia mais ser vista como discurso privilegiado com acesso à verdade objetiva sobre os povos que ela estudava” (ERIKSEN; NIELSEN, 2007, p. 180) Essas reformulações se dão, em grande medida, sobre a rubrica do Pós.

Em uma certa narrativa, desde de Geertz e da antropologia interpretativa, as pesquisas etnográficas se tornaram críticas de si mesmas. Foi questionada a autoridade do pesquisador que, em geral era branco e europeu pesquisando alguma comunidade pobre de algum lugar subdesenvolvido. O significado passou a ser partilhado pelo outro, e isso se torna cada vez mais presente na medida em que o mundo se torna cada vez mais globalizado. “Mais do que partir do pressuposto de que são dotados de uma capacidade exclusivamente ocidental para a objetividade (1997, p. 254)” descreve Layton, foram obrigados a ser reflexivos e a se perguntar “quais as experiências passadas a que recorrem sempre que interpretam um determinado acontecimento e como é que a sua presença é subjetivamente interpretada por aqueles com quem trabalham.” (*Id., ibid.*, p. 254) O pano de fundo histórico dessa reflexividade foi a globalização. Culturas distantes estavam reivindicando seu lugar e questionando seu papel de *outro*. A década de 1980 trazia o *hibridismo* para a antropologia de modo tão eficaz que ele passou a ser usado como um fato: as culturas estavam cada vez mais híbridas, e o *outro*, agora também é antropólogo.

Do pós-modernismo, causando toda uma reconfiguração do que viria a ser a Arte (inserida na crise de criatividade) e suas novas lógicas de mercado, a Indústria Cultural, à pós-modernidade e todas as suas reformulações sobre Indivíduo & Sociedade, principalmente no campo da fragmentação (“morte das grandes narrativas”), tanto de grupos sociais quando da estrutura, acontecimentos importantes nas estruturas da modernidade contemporânea fizeram com que se olhasse para ela de forma diferenciada. Tudo estava visível: o buraco da camada de ozônio; a AIDS; a explosão da violência urbana; a devastação dos recursos naturais e a extinção de muitas espécies naturais; as minorias cada vez maiores, reivindicando lugar no mundo. Aparecem os resultado de sistemas sociais gerados pelos conflitos étnicos e sociais decorrentes da globalização.

Esta produz dois blocos de seres sociais. O primeiro com um indivíduo consumidor acrítico; o outro, as identidades obsessivas. Touraine (2009) sugere ainda uma *terceira via*: o

sujeito que se descobre como um ser de direito, mas seu peso social ainda é pouco influenciador. A tendência é o crescente conflito dos egos. No meio disso, a *tradição* tem destaque marcante nos discursos da década de 1980. Preservar, resgatar, valorizar se tornaram verbos-conceitos fundamentais para a nova ordem mundial (neoliberal) que se fortaleceu na década de 1980. Sai de cena a ideia do atraso evolutivo. O contrário de moderno não era tradicional, mas sim atrasado. A *tradição* tem seu *valor*, embora seja associada à fragmentação das identidades²⁴; não é necessariamente teorizada como negativa. O que se necessita agora é oferecer a todos os povos vez e voz nas dinâmicas sociais globais cada vez mais presentes na vida de local. Modernos e tradicionais, todos são pensados como parte de um mesmo processo histórico.

Esses dois modos de formação social caminham dentro da mesma dinâmica social ora dita como mundializada (unidos pelas esferas culturais), ora chamada de globalização (conectados pela economia e tecnologia). Mas esse caminho é pré-determinado ainda pela lógica da relação centro-periferia. O uso turístico da *tradição* como atrativo turístico é um exemplo disso. O que antes era uma relação de produção entre ex-colônias e ex-metrópole se expande para todos os lados do globo na tentativa de estender não só os meios de produção e consumo como mundializar a cultura por meio da indústria cultural e dos meios de comunicação em massa. Uma infinidade de problemas cada vez mais complexos para sociedades cada vez mais “unidas”. Genocídio como um deles. O livro *O medo ao pequeno número* do Appadurai (2009) apresenta dados sobre a intensificação dos processos de genocídios e ódios étnicos principalmente a partir dos anos de 1990. Período conceituado pelo autor como “alta globalização” caracterizado pela violência em grande escala num amplo leque de sociedades e regimes políticos.

A devastação da natureza (como ecossistema) foi outro desses assuntos mais discutidos desde então. A importância da natureza, esquecida (pois poderia afetar o progresso da modernização), foi lembrada quando muitos da fauna e flora do mundo, principalmente nos países hiperindustrializados, estavam quase observados como objeto de museu. Essa guinada para a preservação do mundo natural afetou também as bases conceituais da ideia de *tradição*. Preservação entrou nas pautas não só dos cientistas e ecologistas, mas do governo e também da sociedade civil. Muito do que se pensa hoje como *tradição* parte de noções como: identidade local, memória coletiva, cultura popular (pensadas no sentido positivo do termo),

²⁴ O pós-modernismo americano inclui as culturas de “minorias”, antes deixadas as margens pelos modernos. “Mas a mistura, a diversidade dissolvem a virtude crítica.” (COMPAGNON: 2010, p. 127)

maior vínculo com a natureza. Não mais vistas como sociedades atrasadas, mas sim em vias de desenvolvimento.

Essas ideias tiveram penetração quase homogênea na sociedade como um todo. Preservar, não só a natureza, como a *tradição*, se torna fundamental para a continuidade da sociedade moderna. Observamos, com isso, uma modificação conceitual também na categoria modernidade. A substituição do espírito (sem freios) do progresso devido a degradação dos recursos naturais, por um espírito de preservação no nosso patrimônio natural (que é também mundial) parecia fundamental, e inevitável. O conceito de *tradição* entra no mesmo campo semântico da natureza, do contínuo viver (perdido pela modernidade) com a natureza. *Tradição* se torna tudo que a sociedade moderna perdeu. Um ar nostálgico é direcionado a ela. Essa simbiose entre *tradição* e modernidade forjada atualmente produz nas práticas sociais cotidianas efeitos ambíguos tanto para quem se denomina tradicional, quer dizer, “nativos” de um lugar que conserva certas características particulares que tem continuidade, quem vem do “passado”, como nos novos moradores, considerados pelos teóricos com “pós-modernos”. O que nos faz pensar como não conceitos dicotômicos, mas sim unidos por uma mesma realidade: a substituição do modo de vida.

2.3. O TEMPO DA LUZ, A VILA DO MEDO

Os tempos ditos modernos foram recebidos muito euforicamente. Como descreve Berman (1992, p.16), a euforia da vida moderna foi fomentada por diferentes fontes: as “grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos”, e continua: “acelera o próprio ritmo de vida, gera novas fontes de poder corporativo e de luta de classes”, para arrematar: “no século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se de modernização.” O armazenamento da energia elétrica foi uma das invenções mais cruciais para a Revolução Industrial. Bachelard, dos muitos exemplos sobre como não deve ser a formação do espírito científico, descreve como foram as sensações do fascínio científico e popular pela energia elétrica e, o que pensaríamos hoje como cientificamente improvável, para o século XIX era bastante provável, e mesmo experimentável.

A época das *Grandes Navegações* já trazia não só riqueza para fomentar a produção do espírito científico, mas a expansão do espaço através de meios de transportes produzia um tempo cada vez mais curto para cada vez mais distantes lugares. Tempo significaria agora: *chegar mais rápido*. A luz elétrica fez algo ainda mais eficaz, ela se tornou signo da modernidade: aonde ela chega ela representa a ideia de eminentemente *moderno*²⁵. Natal, como seus hábitos caseiros, tornou-se moderna pela iluminação artificial:

com a iluminação artificial promovida pela eletricidade, os espaços se tornaram mais seguros e as elites buscaram disseminar padrões culturais do modo de vida moderno, como a utilização do tempo da noite para o lazer e realização de atividades culturais. Henrique Castriciano sentia o tédio existente em Natal no início do século XX, como sendo um aspecto de incivilidade do povo, afirmando que no interior havia mais sociabilidade que na capital, isto por culpa dos ‘hábitos excessivamente caseiros’ da população e da falta de atividades culturais.” (ANDRADE, 2009, p. 98)

A luz para a civilidade de Natal foi recebida pela elite com muito entusiasmo. A destruição do tédio pela luz, contudo, foi apenas para as elites. Na Vila, o tempo de hoje, com a luz elétrica, poder-se-ia dizer, ofuscou a luz de deus, a luz de antes. A frase a seguir, de uma moradora da Vila quando recebeu luz elétrica, pode descrever isso melhor:

a Vila de Ponta Negra era um lugar muito bom de morar, a gente dormia de porta aberta, não tinha luz elétrica, era luz de querosene mesmo, não tinha água encanada, e todo mundo vivia assim (...) e a gente andava [na rua durante a noite] e num tinha medo porque não tinha luz elétrica não, era só quando era noite de lua que era a luz de Deus (...) hoje tem luz elétrica e tudo, mas a gente tem é medo de sair de casa. (Rendeira da Vila de Ponta Negra, 2006²⁶).

A luz elétrica, a luz dos homens, leva ao medo, em contraste com a lua, a luz de deus, que dava segurança. Sabemos que temos a tendência, com o processo da memória nostálgica, de valorizar o passado. A memória é, todo o tempo, utilizada pela população da Vila para contar sobre o ambiente, suas relações com os outros membros, reconstruindo (e construindo) a história do local numa tentativa de recontar (criar) um tempo, entre o ontem e o hoje. Mas não

²⁵ Conf.: SCHAFER, 2011, p. 107. “A Revolução Elétrica acrescentou novos efeitos próprios e introduziu recursos para acondicionar sons e transmiti-los equifonicamente através do tempo e do espaço para viverem existências amplificadas ou multiplicada.”

²⁶ GENTIL; BEZERRA et al, 2008, p. 6.

usaremos a citação com essa finalidade. Ela será ocupada a responder sobre o *tempo* da Vila, ou melhor, sobre a relação entre tempo-espço do mundo contemporâneo.

Temos no pensamento ali expresso alguns elementos que nos serão valiosos para a análise. A primeira ideia é que a Vila *era*, mas *hoje é* diferente. A diferença entre os dois tempos é a sua qualidade. O passado *era um lugar muito bom de morar*. Ao passo que hoje, apesar da *luz elétrica e tudo*, o que sente é o *medo de sair de casa*. A segunda ideia se refere à modificação do espaço com a inclusão de equipamentos para a urbanização do local: a Vila não tinha luz elétrica, nem saneamento básico; em oposição a esse *tudo* que foi construído na Vila contemporânea. A terceira linha é sobre o *medo*. Ele é um componente próprio desse *hoje*, medo específico de *sair na rua*. A oposição aqui é entre o *medo de hoje* e o *não ter medo* proporcionado por um lugar que era muito bom de morar. Ela se apresenta entre *andar na rua durante a noite* e o *medo de sair de casa, mesmo com a luz elétrica*. O medo não se apresenta como uma relação direta da luz elétrica. A ligação é sutil, porém muito eficaz.

A citação da Rendeira tem pelo menos dois momentos importantes aqui. O primeiro refere-se ao passado da Vila sem equipamentos urbanos modernos como bom de se morar: “A Vila de Ponta Negra era um lugar muito bom de morar, a gente dormia de porta aberta, não tinha luz elétrica, era luz de querosene mesmo, não tinha água encanada, e todo mundo vivia assim (...) e a gente andava [na rua durante a noite]... E num tinha medo porque não tinha luz elétrica não, era só quando era noite de lua que era a luz de Deus (...)”. O Segundo, uma continuação do primeiro na medida em que o assunto luz elétrica conecta as duas partes, relaciona energia elétrica ao medo: “*hoje tem luz elétrica e tudo, mas a gente tem é medo de sair de casa*”. O primeiro momento se apresenta sobre a forma da infraestrutura e suas consequências no modo de vida do local. Aqui aparecem os elementos para entender o *espaço*. O que se tem como saneamento básico, luz elétrica, transporte urbano e outros serviços oferecidos em uma cidade é consequência de políticas de infraestrutura.

Mas há ainda um terceiro momento do discurso. Ele é um efeito direto do *tempo*. Para a moradora, a passagem do tempo é medida pela implantação da luz elétrica no local. Ela descreve a passagem da modificação do tempo *tradicional* da Vila (do que se levava um mês para preparar a produção e ir à pé ao centro para comercializar seus produtos; de um tempo em que se dormir de portas abertas era apresentado como lugar bom de morar) para o tempo cerceado do medo de sair de casa. A substituição da luz de querosene para a energia elétrica corresponde a principal transformação estrutural no local. Porém, “não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, sustenta e conduz o sistema com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Ou seja, não há uma tendência à redução das desigualdades

regionais.” (TAVARES, 2004, p. 33) E essas desigualdades se apresentam aqui sobre forma de *medo*. O medo decorre de um sentimento específico: o medo de sair de casa, ou seja, o medo do próprio local, do que os locais luminosos podem causar.

Vimos que, no discurso, a passagem do tempo é a *luz elétrica*. Hoje, nem a Vila, e qualquer outra parte da cidade, do estado ou país pode sobreviver sem energia elétrica. Sabemos que a falta de energia constante afetará não só a economia como também uma série de necessidades básicas da cidade. A saúde, por exemplo: como manter funcionando hospitais sem energia elétrica? A eletricidade é a invenção mais notável da modernidade. É provável que se perguntado a alguém que teve um sistema de energia elétrica, saneamento básico, transporte público implantados em sua área residencial, se essa pessoa queresia retirar esses “incrementos” e voltar a viver como era antes, é provável que a pessoa responderá que os quer e em melhor condição de qualidade. Não é disso que se trata aqui. A questão não é dizer “já que vocês são tradicionais não precisam dos equipamentos modernos”. Seria ingênuo pensar assim. Não são os bens materiais, mas explicação de mundo por meio deles que faz um imaginário social. E aquela citação faz alusão a esse tipo de pensamento que corresponde a mudança estrutural, e não absorção de bens materiais que se pode escolher ou não usá-los. Trata-se sim de pensar que o conceito de tempo foi modificado, para a inclusão de outros elementos conceituais.

A relação entre dia e noite pode ser uma delas. O medo não seria um componente, mas um resultado desse novo tempo. O que guarda nesse discurso é uma ideia de passagem temporal que no fim de tudo, mesmo com a promessa de progresso advinda pela luz elétrica, o que ficou foi o *medo*. A relação se mostra entre medo e luz; e não-medo e não ter luz. Invertemos os conceitos e temos um paradoxo moderno: medo x escuro; tranquilidade x luz. A ideia de bem-estar dessa moradora da Vila segue o oposto das Luzes. A possibilidade de andar na rua à noite, tida como um bem para ela, e provavelmente para a comunidade, foi subtraída pela geração da iluminação pública que poderia clarear as escuras, e, no entanto, se tornou base para o medo. Dissemos que a relação é sutil porque o medo não é do *claro*, ele é o ícone do medo. O medo é gerado por algo que não entra na fala, ele paira no ar. O medo de sair de casa é decorrente da mudança na infraestrutura do local. Esse medo (se observamos a trajetória do desenho do local) é apresentado pelo *externo*. O medo é gerado pela violência. Ela é decorrente da inclusão do *externo* para dentro do local. Sabemos que o sistema de esgoto foi realizado com os recursos do PRODETUR I (4.827,757 de reais no total), na década de 1990. Temos, com isso, meios de nominar esse *externo*. As primeiras políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em Ponta Negra, e por consequência, a Vila de

Ponta Negra. Antes disso, a Vila se caracterizava mais como uma comunidade de entorno do que um bairro na cidade.

Dissemos que tempo e espaço são palavras-chave da literatura acadêmica para pensar a relação entre *tradição* e modernidade. Contudo, quando uma comunidade considerada tradicional aparece delimitada sobre as noções modernas de tempo e espaço, como analisá-la sobre a rubrica da *tradição*? Se o que as distingue é o modo pelo qual as sociedades se organizam no seu tempo e no seu espaço, resolvendo questões pertinentes às suas atividades diárias, como uma sociedade *tradicional* pode ter tempo e espaço pensados a partir do moderno sem ser ela mesma moderna?

Hoje, unido com dois elementos fortes do discurso pós-moderno salpicados em grande parte da literatura (preservar e resgatar), têm, agora, o folclore e a natureza unidos pela mesma raiz ideológica e, com isso, gera-se a *tradição*. O discurso pós-moderno de resgatar as raízes tradicionais (muito associado ao folclorismo) esqueceu que os impactos socioespaciais que os *tradicionais* receberam da modernidade (a luz, o medo) transformaram-nos em modernidade também, ser tradicional ou moderno não é uma “escolha” propriamente dita, mas um modo de habitar um espaço. Quanto maior mobilidade das unidades sociais, menor peso na *tradição* sobre elas (DURKHEIM, 1999. p. 295). Os povos nuer e os dinkas têm estrutura de organização social similares, os moradores da Vila e os de outras partes da cidade seguem a mesma estrutura estratificada da modernidade. A *tradição* da Vila deixa de ser um modo de organização social para se tornar uma peça histórica.

Muitas vezes os dois termos (*tradição* e modernidade) são faces do mesmo processo. Parte do discurso é ainda mais perigoso, pois enrijece as pessoas nas categorias de *nativos do lugar*, que serão sempre preservadas ali, fazendo sempre as mesmas coisas, as mesmas danças e costurando à mão como sempre fizeram. E não observam que do outro lado coexiste com as mesmas pessoas das manifestações *tradicionais*, a prostituição infantil, para uma grande demanda europeia; o crack, seus lugares de usos e consequências urbanas; os esgotos que levam “água” até a praia; a corrupção com irregularidades nas construções da orla. Tudo isso realça o uso *moderno* da Vila. A substituição da luz de candeeiro para a luz elétrica na Vila não foi por uma decisão, mas um acontecimento: o *medo* como a direção do acontecimento, a cidade anexando a Vila como *dentro*, e não mais como o entorno.

A violência é produto do medo, parte do desconhecido modo de vida que tiveram de se acostumar. Dissemos que a Vila começa como problema social com a sua “inclusão” na cidade; mostramos isso com o exemplo da moradora:

quando fizeram o conjunto mudou muita coisa, teve o primeiro estupro aqui, eu me lembro! Uma mocinha, ela tinha o que? Parece que... que era quinze anos, dois cara daí do conjunto estupraram ela aqui no morro do careca, aí... Estupraram ela, foi o primeiro estupro, que aqui todo mundo se abalou quando soube, entendeu? Porque não havia isso, né? Aí começou, droga começou devagarzinho, era droga, era isso, era aquilo, e agora pronto, agora danosse de vez que é o pessoal mesmo daqui já vende, já trafica. É menino é tudo vendendo, aí pronto, acabou-se de vez o sossego, mas desde o conjunto que começou. (Zeneide, 2005)

A Vila foi denominada de Vila para fazer a distinção com o conjunto de Ponta Negra, antes era apenas Ponta Negra, e seu “processo de integração” com o conjunto foi por meio de um ato de violência: o estupro de *uma mocinha por dois caras daí do conjunto aqui no morro do careca*. Hoje, o *daí*, o relativamente próximo, se tornou *aqui*, tornou tudo um só. Contudo, deixou para Vila a parte dos fundos dos terrenos juntamente com aquilo que já vinha lhe oferecendo: o medo trazido pelo violento anexo do outro à si. Porque a violência é, para iniciar a poética marxiana, “a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela é mesmo uma potência econômica” (MARX, 2013, p 821). E é disto que se tratar agora.

3. O ANTES-DEPOIS

O período 2004-2006 foi a continuação dos anos dourados da especulação imobiliária em Natal. Quando fiz a pesquisa monográfica de graduação em Ciências Sociais, o discurso das pessoas que entrevistei tinha um eixo específico: contava, o que quer que fosse da história local, sobre a perspectiva do *antes* e *depois*²⁷. Percebi que essas palavras serviam para descrever o tempo e o espaço como unidos ao um mesmo processo: o *antes* e o *depois* do tempo e do espaço no modo de organização social local. O *antes* descreve a Vila das tradições e do modo de vida sossegado; o *depois* aparece como ponto de tensão provocado pela sua nova organização sócio-espacial. Porém, a frequência contínua do eixo temático (a academia tem seguido o mesmo eixo) reduz a forma de narrar a história do local pela seguinte situação: o tempo é usado para se referir à transformação do espaço. Ele mesmo se perde, fica no passado saudoso, já não mais assentado na realidade do agora, no espaço modificado, sem referenciais com a vida atual.

Todavia, o tempo é pensado de uma forma, mas é narrado de outra. Pensado como modo de vida, mas descrito como dissociação desse modo de vida. Parece haver nisso uma confusão. Esta estaria entre as narrativas que separam o tempo do espaço e o que é pensado como realidade da estrutura organizacional social. O *antes e depois* é uma narrativa contida em praticamente todos os estudos acadêmicos sobre a Vila²⁸, sobre o conjunto, a praia, o

²⁷ Extrai três trechos dos discursos sobre a “tradição” da Vila a partir de perspectivas diferentes: a da academia, a do governo e da sociedade civil. Todas elas se unem não só pela falta de criticidade e essencialização do conceito de tradição, mas por misturar indiscriminadamente referências holísticas como individualistas; por falarem sobre os impactos modernos na Vila e por propor valorização da *tradição*. O primeiro vem da ACADEMIA: “é nessa perspectiva que a presente pesquisa pretende desenvolver um estudo no qual se considere os impactos sócio-ambientais sobre uma comunidade receptora como um fator primordial de análise da atividade turística na localidade, para posteriormente se desenvolver um turismo que venha valorizar os recursos sociológicos, direcionar equipamentos e infra-estrutura, considerando anseios, crenças e valores da população tradicional.” (LIMA; MARQUES JÚNIOR, 2007, p. 165) O Segundo por meio do GOVERNO: “a atividade turística na região do Pólo Costa das Dunas, passou a ser a que mais cresce e a que mais atrai investimentos privados, criando-se um clima de ânimo e de esperanças para a grande maioria da população local, que até bem pouco tempo vivia mergulhada nas limitações das atividades de subsistência, sem perspectivas de crescimento econômico e social.” (NATAL: 2001, ps.18) Por fim, a SOCIEDADE CIVIL: “A Vila de Ponta Negra (bairro de pescadores de Natal/RN) é um grande celeiro de cultura e tradições que resiste ao tempo. Partimos do princípio de que esta história está na memória individual de cada indivíduo e nas ações e nas relações do sujeito social na sua vida cotidiana. As pessoas ouvidas viveram e vivem intensamente as ações que foram tomadas no passado recente. **Vozes da Vila** é um rádiocumentário que valoriza a voz dos que tem muito a dizer e possuem pouco espaço na mídia tradicional.” Disponível em: http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj7-a10/pdf_104

²⁸ Cf.: GENTIL; BEZERRA et al., 2008. LIMA; MARQUES JÚNIOR, 2007. MARCIEL; LIMA et al. 2010. Os

morro. Ela conta a história de uma vila de pescadores no topo de uma falésia que viviam como suas tradições, mas que agora vivem sobre as agruras da especulação imobiliária. A separação entre o passado vivido e o narrado, descartando do local o tempo, não é apenas uma contradição discursiva, pode também dizer de um tempo histórico encoberto por algum fator. Existe um problema entre o que é pensado e o que é dito.

O que quero dizer é que o tempo da *tradição* é um discurso, e não uma realidade da organização social do local. Antes de adentrar nesse assunto, cabe aqui explicar o que acarretou o discurso do *antes* e do *depois* para, em seguida, pensarmos as consequências da naturalização do discurso do *antes-depois*. O *antes-depois*, podemos definir por ora, não é uma forma narrativa de uma história, *a história da Vila de Ponta Negra entre o passado e o presente*; mas sim um modelo comparativo. Usa esses dois elementos de medida temporal para compor a ideia da passagem da comunidade *tradicional* para uma formação social moderna.

“O estímulo à cooperação entre as participantes do Núcleo de Produção da Vila de Ponta Negra, conservará a tradição da Renda de Bilro na comunidade, evitando a extinção desta atividade tão antiga e tão expressiva de uma cultura tão miscigenada, como a cultura brasileira.” (GENTIL; SALDANHA; BEZERRA, 2008, p. 13)

Essa relação indica três pressupostos teóricos. O primeiro, a tendência de parar os estudos e discursos sobre a *tradição* no presente (o *depois* como o agora); a ideia de futuro é deixada fora desse eixo. A modernidade atua do presente para o futuro, provavelmente porque quando chega prevalece sobre o modo *tradicional*, como presumiu Giddens. A forma narrativa do *antes-depois* pressupõe que o tempo da *tradição* não tem o componente do futuro; e o passado não aparece para compor o moderno. Retirado esses dois elementos temporais, a forma discursiva (o *antes e depois*) segue incluindo mais um pressuposto: o espaço tradicional é usado no *antes* (como fixo) e no *depois* (como transformação), e o espaço moderno aparece só no *depois*, e como desestabilizador. O terceiro pressuposto é o mais complicado porque é nele onde a ideologia do *antes-depois* mais se expressa, mas não o faz

de forma simples. O pressuposto é da valorização e da preservação da *tradição* (e da natureza), produzindo um discurso padrão do *bom* (passado) e *ruim* (presente).

Entretanto, o problema transparece na direção dada da narrativa: os moradores da geração da *mudança* falam da perspectiva das perdas da terra, da modificação da forma de organização social e da urbanização excludente a que foram submetidos. Os moradores que usaram a infraestrutura produzida pelo desenvolvimento do turismo (vindos de outros bairros de Natal; do interior; de outras partes do nordeste; do Brasil; alguns gringos) cresceram em um modo de produção em que milho, melancia, abóbora, mandioca e outros artigos produzidos na Vila do *antes* são, hoje, comprados no supermercado; que terras para agricultura significa agora propriedade privada, e significa também *qualidade de vida morar perto da praia*. Narram sobre outra perspectiva, a da preservação para proveito próprio, como qualidade de vida em um mundo moderno.

Assim, é sobre esse quadro geral que situaremos o nosso problema. Falaremos, primeiro, de “o *antes* e o *depois*” como termos comparativos (como o modelo é aplicado); em seguida, de “antes” e “depois” em termos descritivos (o problema da transformação do sistema produtivo); e, enfim, do “*antes-depois*” como produto de construção do discurso ideológico padrão.

3.1 A VILA DO ANTES E DO DEPOIS

As histórias sobre a Vila descrevem “o *antes* e o *depois*” como transformação do modo de organização social. Todavia, elas tendem a caminhar na lógica do discurso padronizado pelos pressupostos descritos na parte anterior. E essa lógica faz com que o problema seja sempre falado, citado, mas sempre direcionando para distante do foco do problema.

Selecionamos, para essa finalidade, trechos de depoimentos de quatro moradores da Vila (todos residentes na rua Manoel Coringa) que apresentam o modo como eles percebem a transformação implicada nesse movimento temporal. A primeira, Dona Zeneide, já citada antes, é dona de casa. Quando foi realizada a pesquisa, morava no começo da rua, em uma das partes mais valorizadas da Vila. O segundo é Ronaldo, pescador, embora viva de vender peixes comprado alhures. A terceira se chama Dona Diana, também dona de casa; e, por fim, Dona Juju, aposentada, cuja casa ficava em frente ao conhecido Cruzeiro. As entrevistas foram realizadas entre os dias 7 de dezembro de 2004 a 7 de abril de 2005. A escolha por moradores da Rua Manoel Coringa foi decorrente da intensa mudança sócio-espacial ocorrida nessa rua. Que se leia, então, essa passagem da entrevista com Dona Zeneide:

antes agente vivia muito tranquilo, podia andar, andava a Vila todinha de noite, sem ter hora pra sair de casa, hoje já não tem mais essa tranquilidade, por conta da violência muita gente já vendeu as casas, outros foram embora. É bom por uma parte, por que surgiu mais emprego, mais renda pras pessoa nesses hotéis essas coisas ficou melhor, mas sobre a tranquilidade eu não achei bom não.

Não é preciso ir muito longe para notar que sua fala responde à pergunta sobre o que foi bom e o que não o foi em face das mudanças sofridas pelo local. Desta resposta, pode-se ver que esse trecho se estrutura em dois momentos, o primeiro que vai da palavra “*antes*” até a palavra “*embora*”, e o segundo que vai das palavras “*é bom*” até as palavras “*bom não*”. Essa duplicidade de construção remete a uma duplicidade mais profunda, sempre retornada ao longo das respostas, e que diz respeito a certa compreensão do mundo da Vila por parte da referida moradora: o *antes* e o *depois* das mudanças vividas neste lugar. Podemos perceber, de fato, na fala desta moradora, que existe essa relação entre o *antes* e o *depois* (ou como ela diz: antes e hoje), e isso significa que, a contar com expressões como “*andar a Vila todinha de noite*”, “*sem ter hora pra sair de casa*”, aconteceu, entre o passado e o presente, uma mudança na forma de sociabilidade dos moradores.

Os habitantes precisam se adaptar ao novo “estilo” de vida do local. Esse *antes*, sempre lembrado, estaria no plano da tranquilidade, da segurança, da liberdade de ir e vir; e isso sugere uma época em que a vida noturna, o lugar da diversão, se não oferecia mais do que o passeio, também não oferecia motivos para insegurança, esta nascida da possibilidade da violência. Ao passo que esse *hoje* estaria no plano de uma passagem da tranquilidade e segurança para a violência, graças a uma nova configuração do espaço, configuração que a palavra “hotel” deixa antever. De fato, hotel lembra turismo, diversão, transformação espacial, geração de emprego e, com tudo isso, também violência. A violência parece ser a contrapartida dos empregos gerados pela edificação de hotéis e produção do turismo. As pessoas ou ficam e, ganhando o emprego (quando conseguem), perdem a tranquilidade; ou vão embora da Vila em busca de alguma segurança, como assinalado.

Desse modo, podemos nos referir a três dualidades advindas dessa dualidade maior entre o *antes* e o *depois*: permanência X êxodo; emprego X desemprego; tranquilidade X violência. No que diz respeito à oposição “permanência / êxodo”, notável é que eles ou penetram “dentro do mato” (frase da entrevistada) da própria Vila; ou vão para Pium ou outras comunidades adjacentes; ou se transportam para o interior do Estado. A oposição “emprego / desemprego” tem a ver com a situação precária vivida pelos moradores que, entretanto, aspiram a tirar algum proveito com as mudanças postas. Porém, ao permanecer no local antevendo melhora de vida, são surpreendidos por um transtorno na forma de vida que se traduz na terceira oposição “tranquilidade *versus* violência”.

O novo modo de ser da Vila de Ponta Negra faz com que os seus moradores substituam por outros antigos hábitos. Isso traz uma consequência bem precisa. A percepção das mudanças drásticas não é uma exclusividade de Dona Zeneide. Ronaldo, o Pescador (embora viva da venda dos peixes, prefere ser chamando pescador, como fora seu pai), assim se expressa:

aqui não tinha calçamento, era areia e agente jogava aqui à noite, só tinha um poste de madeira que ficava em frente a o antigo bar do Buraco que era do meu pai, feito de taipa, de taipa, não era feito de tijolo. [O bar do Buraco era esse aqui?] Não, esse aí foi ele fez depois, o meu pai, esse aí é todo de pedra, o primeiro, o origem mesmo era feito de tábua de palha de coqueiro, não era telha, era ótimo, ótimo mesmo, aí foi mudando, né? Também... Foi mudando tudo, foi crescendo, virando uma cidade, né? Praticamente mais daqui a cinco anos você vai ver o quê? Edifícios, prédios, essas coisas; difícil vai ser uma casa nessa rua principal, vai ser muito difícil. Como você tá vendo, muitas placas de venda, terreno, casa...

Como se observa, também Ronaldo, ao narrar sua história de como era a Vila, estabelece uma relação de oposição entre o passado e o presente, *antes era assim, hoje é de outro modo*. De forma que temos: areia X calçamento; taipa X tijolo; tabua e palha de coqueiro X telha; vila (subtendida) X cidade. Não é de se estranhar a espécie de oposição que aí se articula. Palavras como “areia”; “taipa”; “palha de coqueiro”; elas participam de um universo mental afeito a uma experiência de “praia”. Não se pode esquecer que, mesmo vendedor de peixes – “*em termos de peixe, graças a deus, o turismo está melhor, pouca chuva, mais gente, né?*” –, o entrevistado se autodenomina “pescador”; é todo o seu mundo que se desenha nos termos por ele utilizados. Contudo, o outro lado da oposição instaura uma tensão que termina por, de um lado, perturbar aquele universo e, por outro, acenar para outra disposição de vida: “calçamento”; “tijolo”; “telha”; “cidade”. São palavras que, fazendo oposição à antiga Vila, remetem-nos a um campo de sentido ligado ao progresso e às mudanças urbanas. O que se pode perceber, além disso, diante desse discurso, é que essa relação de oposição ocorre de um modo valorativo. Frases como “*era ótimo, ótimo mesmo, aí foi mudando, né?*”; “*Edifícios, prédios, essas coisas, difícil vai ser uma casa nessa rua principal, vai ser muito difícil.*”; “*Como você tá vendo, muitas placas de venda, terreno, casa...*”; colocam o passado como um tempo melhor que o presente. E isto chega mesmo a destoar da ideia geral que se tem do progresso, desde os começos da modernização e do deslumbramento que essa ideia foi capaz de provocar.

A utilização da palavra *ótimo* (duas vezes) e *difícil* (duas vezes) nos mostra um discurso de um *antes* que era *ótimo* e um *depois* *difícil*. O entrevistado pensa a Vila como sendo o contrário de cidade, “*Foi mudando tudo, foi crescendo, virando uma cidade, né?*”. Essa passagem de Vila para cidade faz com que o local se torne cada vez mais estranho para esse morador, que chega a não mais reconhecer seu espaço como sua própria comunidade. Comunidade como um lugar “cálido, confortável e aconchegante” perde seus “encantos” para a cidade dos locais de idas e voltas, de movimentação constante e de insegurança. Como efeito, o que está em vista na narrativa do morador é a incerteza de que *o calçamento, o tijolo, a telha e a cidade* (indicadores de mudança) possam mesmo ser características de algo bom para eles. A transferência de “comunidade” para “cidade” deixa o local aberto a diferentes possibilidades, mesmo as que possam ser vistas como *difíceis* para os moradores.

O que está em jogo é a substituição do espaço na Vila de Ponta Negra. São construídos “*edifícios, prédios, essas coisas*”, numa velocidade cada vez maior. Dessa maneira, Ronaldo se questiona sobre essas mudanças aceleradas na Vila “*praticamente mais daqui a cinco anos você vai ver o que?*”. Essa preocupação com a rápida substituição do espaço nos remete ao

que o Bauman (1999) afirma, quando escreve sobre a mobilidade espacial, que a localidade, para uns, não diz nada, porém, para outros, e o Ronaldo se inclui, é o único espaço que tem. “Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – quando quiserem. Outros, observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés.” (1999, p.25) A partir desta citação podemos compreender a posição do morador. Ao fazer uma relação de oposição entre o passado e o presente, ele busca mostrar que o lugar *daqui a cinco anos* já não mais lhe pertencerá.

O seu *lugar* se torna cada vez mais distante, se torna um *espaço*, para utilizarmos a diferenciação entre *lugar* e *espaço* sugerida por Mello (1999, p. 100), para quem o espaço, “qualquer porção da superfície terrestre, é amplo, desconhecido, temido”. Já o lugar, “recortado afetivamente, emerge da experiência e é um ‘mundo ordenado’ e com significado”. E continua: “Por um certo valor e sentido, o lugar encarna as experiências e aspirações da pessoa, sendo fundamentalmente importante para a sua identidade”, ao passo que o espaço tem uma forma por assim dizer *fria*. Assim, a Vila é, para uns, um espaço adequado aos grandes investimentos, espaço gerenciador de lucros para o capital imobiliário, espaço das grandes construções, um amplo espaço para poucos. Para outros, a Vila é o lugar, o lugar cheio de afetividades, de relações comunitárias e de lembranças coletivas. Portanto, quando os moradores falam sobre a Vila, falam, obviamente, do ponto de vista de quem está no *lugar* e não no *espaço*, e de quem ver seu lugar se transformar, com uma velocidade espantosa, em espaço.

A percepção dessa *passagem* de lugar à espaço não deixa de trazer à tona uma certa consciência de catástrofe. Tanto é assim que D. Diana pôde se expressar:

eu to vendendo [se referindo a placa de vende-se na sua casa] por causa da saúde do meu marido, ele teve um enfarte no dia 2 de outubro, e doutor Mucio Galvão, lá do Hospital do Coração, disse que ele não pode ter contrariedade e é pra tá num lugar bem tranquilo e aqui o movimento é esse, dia e noite. Ninguém pode ter mais aquela tranquilidade. Nós dormíamos com as portas abertas, ninguém pode mais. É tudo de cadeado, uma bala perdida pode entrar... Hoje enterrou-se aqui em Ponta Negra [se refere ao cemitério], fosse noutro canto ninguém aceitava não, um garoto que matou mais de vinte pessoas aqui na Vila (...) Eu vou lá pra Vila Olímpica, pra uma casa bem isolada. Ali no ABC. É, tem casa por ali bem isolada... Vou comprar uma granja pra botar meus animais e o outro dinheiro eu aplico.

A saída particular de um problema social diz muito de quanto a mentalidade capitalista se tornou dominante. Na sua entrevista, D. Diana faz referência aos três tempos: passado, presente e futuro. O passado: “*nós dormíamos com as portas abertas*”. Essa frase nos remete

a uma sensação, tida pela moradora, de segurança, de tranquilidade. Havia uma total confiança no local onde se morava, pois não se deixa a porta aberta sem saber quem são seus vizinhos. Existe, nesse pequeno trecho, um aspecto interiorano, o lugar onde todos se conhecem e todos se percebem como unidade (mesmo que geradora de conflitos internos).

Podemos perceber o segundo tempo da fala da D. Diana, o presente. *“Aqui o movimento é esse, dia e noite... É tudo de cadeado, uma bala perdida pode entrar... Hoje enterrou-se (...)”*. É bem óbvio como o presente aparece para ela, ou seja: é o tempo do cadeado, de uma bala perdida, do trancar-se em casa (oposição à porta aberta do passado) e dos assassinatos. Percebemos que a Vila deixou de ser um local com aspectos de interior, com sua calma, com seu modo lento e se tornou “parte” da metrópole, absorvendo todas as suas características, principalmente a citada pela moradora como sendo a mais evidente: a violência. A violência faz parte da Vila de “hoje”.

O passado não é só idealizado, ele é buscado pela moradora, quando ela alude ao futuro. O que procura é uma tentativa de voltar ao passado vivido. *“Eu vou lá pra Vila Olímpica, pra uma casa bem isolada. Ali no ABC. É, tem casa por ali bem isolada... Vou comprar uma granja pra botar meus animais e o outro dinheiro eu aplico.”* As palavras *isolada* (duas vezes), *granja* e *animais* remetem ao desejo de voltar para o interior, isto é, de voltar ao lugar onde podia-se dormir com as portas abertas. A Vila atual já não mais a comporta. A necessidade de um lugar mais tranquilo, devido a saúde de seu marido, faz com que a moradora saia do seu antigo local para ir viver em um local “isolado”, calmo, longe de qualquer violência oferecida por uma Vila “modernizada”.

A mesma percepção de mudança do lugar ao espaço se repete no testemunho de D. Juju:

Pedro Vieira, pai de Dr. Demetrio [se referindo a um veranista que frequentava a praia de Ponta Negra e era proprietário da casa que dona Juju mora]. Aí todo ano ele vinha, né? Essa é a frente do jardim esse pau dali e ali onde é aquele poste. Agora, aqui de noite ele enchia de rede, ainda tem esses paus (..) se deitava passava a noite, não tinha quem bulisse, mas hoje em dia nem com as porta fechada ninguém pode dormir (...) Não havia brigas que o povo andasse brigando como agora, que agorinha não pode nem dormir com a zoada, é a noite todinha na rua. A senhora acredita que a gente tá até 9 horas da noite num vê zoada nem nada, mas quando dá 10 horas em diante não tem cristão que possa dormir (...) Já mataram aqui já não sei quantos, já ontem enterraram um, hoje enterraram um.

Como os demais moradores, D. Juju também aponta para essa relação entre *antes* e *depois* da Vila. Ela nos mostra que as mudanças não são apenas na arquitetura do local; essas mudanças se dão em todas as esferas sociais da Vila de Ponta Negra. O contraste entre *“não tinha que*

bulisse” X “*hoje em dia... Ninguém pode dormir*” marca um tempo bem preciso visto pela moradora, e pelos demais: da falta de confiança gerada pelo medo constante da violência. A cena de um garoto sendo enterrado, provavelmente assassinado por acerto de contas, depois de ter matado vinte pessoas no local diz muito da intensidade do uso da violência urbana no local.

Mesmo as grandes construções, os empregos, e os beneficiamentos que o local recebe com essa “urbanização”, mesmo eles são colocados em segundo plano nas falas. O que está em jogo é a forma pela qual a Vila se transformou em um lugar “moderno”. Os “bons tempos” foram substituídos pela cultura do medo. Tudo se passa como se as narrativas fossem, a todo tempo, indicadores de que algo está “errado” no local. A falta de emprego, o êxodo, a escassez de peixe, a prostituição também poderiam ser pontos desenvolvidos pelos moradores, pois todos esses fatores estão presentes no local.

As narrativas estão a falar sobre Natal, e não sobre o modo *tradicional*, falam sobre o crescimento desordenado do seu espaço, de alta especulação imobiliária que faz com que poucas pessoas tenham acesso ao local devido aos altos preços dos imóveis e dos serviços, do crescimento desordenado da cidade, do não planejado turismo no local. Problemas esses tão repetidos em várias cidades que se tornaram óbvios.

3.2 A VILA ANTES E DEPOIS: A SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO

Pensaremos como o problema do *antes-depois* (a diferença gráfica tenta marcar a ideologia do discurso) inclui traços da história do local “floreado” pela narrativa (e pelo erro conceitual) da *tradição*.

Apresentaremos, por ora, o problema da Vila como resultado da transformação abrupta e não planejada do modo de vida comunitário (e por consequência seu modo de produção) para o modo de vida padronizado pela urbanização natalense (que segue o padrão geral). A chegada da cidade à Vila significa a substituição de uma forma de organização comunitária para a formação de organização moderna (veremos as implicações disso logo adiante).

Os resultados dessa modificação produziram um local com problemas modernos, dentro da estrutura social moderna trazida pela urbanização. Outro resultado foi a *tradição* como nostalgia, principalmente porque um dos fatores para a comparação é o medo (a violência urbana). O sossego e a tranquilidade do *antes* em descompasso com os ritmos das dinâmicas sociais das cidades modernas. Analisaremos, pois, essa modificação não mais do

ponto de vista da passagem do tempo, do que gera pares de oposição (ex: bom X ruim). Iremos nos deter a pensar a substituição do modo de produção local, para, depois, percebermos como o modo de produção comunal entra no discurso dominante do *antes-depois* como peça de memorial de museu e atrativo turístico.

Vamos a um trecho de uma conversa que tive com Dona Juju. Ele ira descrever a transformação do modo de produção e suas consequências para a *tradição*.

Vendia mangaba, ia pra casa de farinha raspar mandioca, passava um mês raspando mandioca, lavava roupa de ganho para viver, não existia emprego, no meu tempo não existia emprego, só existia mesmo trabalho de renda, vender mangaba, lavar roupa de ganho, as coisas eram assim para se viver, agora não, é muito bom tem emprego e tudo, né?

A diferença entre trabalho e emprego marca a passagem do modo de atividade produtiva da Vila. O tempo referido pela moradora, *não existia emprego, só existia mesmo trabalho de renda*, nos leva a pensar a relação de um *antes* e de um *depois* com a implantação de um sistema que deslocou o trabalho na roça, da venda de frutas, da lavagem das roupas, para outro tipo de função, existente aqui na palavra *emprego*.

Na *teoria moderna da colonização*, Marx solicitamente faz a apresentação de nosso *corpus*: “trata-se, aqui, de verdadeiras colônias, de terras virgens colonizadas por imigrantes livres. Os Estados Unidos continuam a ser, do ponto de vista econômico, uma colônia da Europa.” (MARX, 2013, p. 835) Esta passagem inclui, analogicamente, a Vila dentro da escala histórica do desenvolvimento do capitalismo. “Enquanto o trabalhador pode acumular para si mesmo – o que ele pode fazer na medida em que permanece como proprietário de seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista são impossíveis.” (*Id., ibid.*, p. 837)

O forte traço cíclico, a expansão das terras comunais, acontece de forma mais ou menos orquestrada: “os meios de produção e de subsistência, como propriedade do produto direto, não são capital.” (*Id., ibid.*, p. 837) Os moradores da Vila, povoada pelo Estado, dependente da infraestrutura maior da cidade, detinham seus meios de produção, “não existia separação entre o trabalhador e suas condições de trabalho” (*id., ibid.*, p. 838), a terra²⁹. “Os americanos livres, que cultivam o solo por si mesmos, exercem ao mesmo tempo muitas ocupações. Levam o produto de sua própria indústria ao mercado, por mais distante que seja.”

²⁹ O espaço (local) é um dos principais vetores para a implantação do sistema. É por meio do uso do espaço que o sistema se expande na medida em que transforma o solo em artigo puramente comercial (MARX: 2013. p 796).

(*Id.*, *ibid.*, p. 839) *Vendia mangaba, ia pra casa de farinha raspar mandioca, passava um mês raspando mandioca, lavava roupa de ganho para viver.*

Após perderem as terras³⁰ para o Estado, para Igreja e para o capital privado, a população migra para outras atividades. O uso da praia servia não só para a pesca e para as casas de veraneio, as barracas construídas a partir da década de 1960: essa foi a direção possível para o novo modo de produção se despontando à frente.

Montar uma barraca à beira mar foi a solução encontrada por muitos dos moradores do local. Em meados do anos 60 foram construídas as primeiras. Eram de lona de caminhão amarradas a estacas, as mesas ficavam dentro. O pai de Galego (entrevistado do filme *Estrondo*³¹) se tornou barraqueiro, o pescado já não sustentava a família. Na década de 1970, ele monta sua barraca na praia. Os agricultores e pescadores se tornaram prestadores de serviços, basicamente para atender a infraestrutura de lazer na praia. Com a primeira urbanização (1996) elas logo se transformam em cem. Como o turismo internacional despontava como lucro garantido, “*a invasão começou. As pessoas viam que era um mercado bom, abrangente. As pessoas se sentiam bem trabalhando no ramo, isso fez com que outras pessoas viessem*” (depoimento de Galego).

Sem entrar na discussão marxista acerca da relação entre Estado e classe economicamente dominante, vale observar que foi o Estado quem entrou para regulamentar o uso do local pelos barraqueiros. Alegava-se que as barracas tomavam muito espaço, iria retirar, diminuir e indenizar as pessoas que não ficariam devido ao espaço reduzido pela padronização. Foi o Ministério Público Federal que moveu a ação para as retiradas. Mesmo depois de todos os recursos, os barraqueiros perderam a causa. As barracas foram retiradas pela polícia de forma pouco interativa com os donos.

Depois dessa remodelação, principalmente com a construção do calçadão na virada do século XX para o XXI, o “emprego” passa a ser efetivo como signo do novo modo de produção. Reduz o trabalho ao trabalho assalariado, a força de trabalho é vendida para outrem que lhe paga pelo tempo de uso da força de trabalho. O excedente de pessoas vem para assegurar a dependência social. “Se o trabalhador vende inicialmente sua força de trabalho ao capital porque lhe faltavam meios materiais para a produção da mercadoria, agora sua força

³⁰ “A apropriação colonial é um fator básico de acumulação de capital (...) As sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas participam do mesmo círculo civilizatório” (FERNANDES, 2006, p. 37)

³¹ filme *Estrondo*. Direção: Ygor Felipe. Dahlia Imagens. Natal – RN. 2013. 17,37 min.

individual de trabalho falha no cumprimento de seu serviço caso não seja vendida ao capital.” (*Id., ibid.*, p. 434) E conclui que, “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor os meios de produção.” (*Id., ibid.*, p 786) Modificar um modo de produzir de uma formação social não é simplesmente pagar um salário a um trabalhador, mas sim incluí-lo em uma esfera (nova) que difere desde a alimentação, até o deslocamento, as formas de se relacionar, de habitar, etc. Essa transição não acontece sem graves desajustes sociais. Vimos nas entrevistas como isso é narrado. Veremos agora as consequências.

Os moradores que vendem suas casas se deparam com problemas não previstos no seu cotidiano: tem-se, de modo exógeno, outra forma de direcionar a realidade novos valores e padrões sociais diferentes dos que havia até ali. A perda dos laços de vizinhanças tão importantes para as comunidades é um desses problemas que passam as comunidades que são forçadas a fixar outra forma de viver que a costumeira. Os laços ativam não só a identidade local por meio da sua memória coletiva, como também, e principalmente, porque eles unem as famílias (unidades domésticas) em um contexto maior sob a forma de solidariedade e organização como grupo de vizinhança (DURHAM, 1984, p.70). Quando eles são desfeitos, principalmente pelo êxodo, surge aquilo que podemos chamar de *transformação do ser comunitário em ser individual* na medida em que o êxodo a integra no todo maior.

Outro problema fácil de detectar dessa transformação é *a impressão de lucro* com a venda dos terrenos. Por melhor que seja o valor do imóvel (teoricamente seu preço tem como base cálculos bancários com altos índices de lucro, gerando sempre que podem aumento artificial dos preços), o dinheiro da venda não compraria um terreno de igual valor em tamanho e localização e, levando em consideração o número de membros familiares e seus agregados, a venda do imóvel constitui um problema, não uma solução, muitas vezes porque a mudança espacial e a fragmentação familiar consistem em perda do padrão de vida das pessoas.

Os moradores que permanecem veem o local reconfigurado para atender às exigências do turismo, de um lado, e a demanda habitacional, sua maior parte, de outro. A dinâmica espacial da Vila se divide mais ou menos do seguinte modo: na área turística (basicamente as ruas Erivan França e Manoel Coringa) onde a *tradição* é mostrada; nas demais, nas áreas internas, onde passam os transportes *alternativos*, mostra-se a área periférica do bairro de Ponta Negra. Assim, o desenho do local se modifica de maneira tal que a segregação se torna um dado real não apenas por meio de uma diferenciação estético-arquitetônica (como podemos observar com o processo de verticalização), mas diferenciação do espaço: uma parte

é organizada para o desenvolvimento do turismo; a outra, para a população local, que se estendem para áreas antes “internas” (reservas ambientais incluídas aqui), construindo por seus próprios meios suas “novas” habitações, formando no entorno uma periferia e trazendo vários dos problemas e vícios não esperados para uma população tradicional.

Essa diferenciação causa o aumento de bens de serviço do local: a infraestrutura turística é um investimento caro e, conseqüentemente, os preços dos serviços turísticos corresponderão a esse padrão; do outro lado, a comunidade retirada das áreas maquiadas, constitui um cinturão habitacional no entorno e servirá de mão-de-obra absorvida de acordo com as necessidades turísticas. A diferenciação dos espaços turísticos tem como principal fator o econômico, a mobilidade econômica dos moradores é inferior às necessidades dos investimentos. O que se apresenta é uma qualificação, diferenciação e valorização do espaço baseado no seu valor monetário.

A distinção segregada causada pela fragmentação do espaço gera o que Milton Santos descreve como esquizofrenia: “lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida.” (SANTOS, 2010, p. 80) Essa racionalização dominante, ou seja, a visão do progresso econômico como vetor de bem-estar, entra em choque com a população local que, mesmo frágil economicamente, mune-se com o discurso da *tradição* como forma de não se perder de vez no processo que os colocou como atores (“passivos”) de um jogo de fragmentação territorial, e “nesse momento tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de *ser* e *agir*, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade local.” (*Id., ibid.*, p. 85. Grifo nosso). Esse novo ser e agir têm suas bases no modo de vida voltado para os bens. Junto com a *transformação do ser comunitário em ser individual*, o econômico instaurou-se na vida dessa nova área, agora turística.

Esses dois termos são apresentados aqui porque compreendem a ideologia geral do *ser moderno*. Mais que isso, esses elementos transformam o *ethos* do local requalificando por um novo modo de produção, e seus papéis de classe. Alguns moradores conservam “*traços tradicionais*” (artesanato, comida, música, dança), mas o espaço já não é mais *tradicional*. Pode haver referência à *tradição*, mas o tempo é moderno. O dia é medido pelos ponteiros do relógio. O tempo é determinado pela função da *diária*, e não mais por passar o mês colhendo a produção para vender nos finais de semana na cidade. Junto do *tempo diário* a população se depara com a base da troca: o dinheiro. Não que não fosse usado antes, mas os seus trabalhos

não giravam em torno do tempo do relógio nem do dinheiro (ou muito pouco desse), mas agora seus empregos sim, ao menos para quem se emprega.

O *tempo* da Vila vem se formando já a longa data. Louis Dumont, no livro *Homo Aequalis*, analisa o modo pelo qual a ideologia moderna se torna plena e começa a fazer sentido como realidade a ser seguida. “Da mesma forma que a religião gerou o político, o político, por sua vez, dará origem ao econômico.” (DUMONT, 2000, p. 28) A literatura mercantilista, continua ele, “mostra que o domínio separado só seria reconhecido um dia como econômico, se fosse destacado do domínio político; ou seja, o ponto de vista econômico demandava sua emancipação do ponto de vista político.” E prossegue: “A história subjacente nos revela que há outro aspecto nessa emancipação: a economia deveria se emancipar igualmente da moralidade.” (*Id., ibid.*, p.52) O aspecto mais revelador dessa configuração “talvez seja o fato de que o econômico não está simplesmente justaposto ao político, mas hierarquicamente superior a ele.” E esta hierarquia “é regida pela coerção ideológica da transição do holismo (primazia das relações entre homens) para o individualismo (primazia do homem com as coisas, no caso presente, da propriedade).” (*Id., ibid.*, p. 92-93). Essas passagens compõem um sequência do modo como foi instaurada a ideologia moderna: o individualismo, ou seja, a subordinação do membro à estrutura familiar para a subordinação do indivíduo à estrutura econômica.

Ideologia, para Dumont, não está relacionada com os pressupostos das teorias críticas (e do marxismo) cuja função é desvelar o pensamento hegemônico de dominação, por trás do discurso padrão. Embora Dumont não conteste esse uso, ideologia tem a função de ser uma unidade nas ações e no pensamento, direcionando o movimento da *máquina social*: “tudo que é socialmente pensado, acreditado, atuado a partir de hipótese de que há uma unidade viva, escondida sobre nossas distinções habituais.” A ideologia “não é considerada aqui como um resíduo, é uma unidade de representação, uma unidade que não exclui, todavia, a *contradição* e o conflito.” (*Id., ibid.*, p 34) Nesse sentido, podemos perceber a *tradição* como ideologia. Ela passa no nosso discurso corriqueiro *escondida sobre nossas distinções habituais* e não nos damos conta o quanto de reprodução de discurso (alheio) está por trás dele. Não só as comunidades, todos partimos do termo sob a *hipótese de que há uma unidade viva* considerada como *tradição*: local (físico ou metafísico) para a preservação e resgate de tempo (perdido). *Uma unidade que não exclui, todavia, a contradição e o conflito*, afinal, não estamos falando aqui só da teoria da passagem da estrutura considerada tradicional para uma estrutura moderna. A “recolocação” desses seres humanos no espaço *fragmentado* não se apresenta de modo harmonioso ou optativo. A inserção é completa tanto no sentido de que

não há mais volta, quanto no de que é “tudo novo”, quer dizer, não há referências institucionais para se basear. Família, *lar*, trabalho: tudo modificado em poucas décadas. O *ethos* moderno baseia-se velocidade, em trinta anos, mais ou menos, ele transformou a Vila de Ponta Negra. Trinta anos é um curto período de tempo para desfazer um modo de vida e incluir outro sem causar na população a ser aculturada problemas socioculturais (BASTIDE, 2009), isso não é só um problema da antropologia aplicada, se torna problema de Estado.

A relação entre os investidores e a população local é mediada pelo Governo, aqueles já com suas noções pré-concebidas sobre *tradição* e natureza, por isso compram, para morar ou investir, e o Governo, que está mais interessado nos investimentos para a infraestrutura urbana, mas que corrobora com o discurso dos investidores para que eles possam investir.

Tradicional, no mundo moderno, é uma categoria do ver, do fotografar (um dos mais usados verbos turísticos), do que pode ser mostrado. Dessa maneira, o uso do termo *tradição* se tornou uma estratégia (ideologia) operacionalizada por um mercado em expansão: a “*tradição*” se torna *souvenir*, um atrativo turístico, gera um movimento cíclico do sistema capitalista: as terras são valorizadas pelo sistema de consumo e moda da época. A Vila, na época da sua urbanização, vivia na crista da moda da preservação. (O Brasil realizou a Eco 90.) Depois da padronização da orla, das barracas, foi a vez da rua de cima da Vila. O turismo de sol e mar se vincula ao turismo da *tradição*. Na parte de cima da praia, uma igrejinha; ruas estreitas dando acesso a ruas e outras vilas; casas com o padrão arquitetônico regional; muitas pintadas, outras não. Um cruzeiro demarcando o catolicismo algumas léguas além da Igreja; um cemitério. Todos esses elementos foram associados à *tradição*.

Recordo-me quando fui à Vila, certa vez à noite, não lembro qual, em 2005. Quando cheguei (pensávamos que era reunião da associação dos moradores, fomos por isso) acontecia uma apresentação do pastoril da Vila. A dança em si, mal dançada pela precoce apresentação, não foi o constrangedor, mas os *flash* dos “gringos³²” sentados na fileira da frente, vermelhos de tanto sol, vidrados nas máquinas para não perder um só momento. Os moradores, na sua maioria mulheres e crianças, ora prestavam atenção na apresentação, ora movimentam-se por algo diferente. A dança parou, os turistas foram embora, a *tradição* acabou.

³² Provavelmente eram holandeses os turistas da apresentação do pastoril, eles representaram em 2012 o terceiro maior contingente de turistas no Rio Grande do Norte com 5.751 pessoas; Portugal em segundo com 7.318 e os italianos, sempre os mais predominantes, 9.306. Seu terceiro lugar é, na verdade, uma queda de posição, a diferença foi de 1.998 pessoas a menos. O turismo potiguar, de modo geral teve uma queda de 44.235 em 2011 para 40.488 em 2012. Fonte: “Chegadas de turistas internacionais: 2011-2012”. Anuário Estatístico do Turismo. Ministério do turismo, 2013.

3.3 ANTES-DEPOIS: O MODELO NO PRESENTE DA VILA

Para compor o visual, é produzida a *estética do rústico*, que é apenas decorativa, pois muitas vezes usa elementos não identificáveis pela cultura local, como a temática do sertão em um lugar praieiro, por exemplo. Para além do rústico da *tradição*, o que existe é uma população, que muitas vezes se descreve como tradicional, mas forma comunidades empobrecidas pela perda de suas terras e da identidade comunitária, e perifêrizada por um movimento de expansão urbana ao desmatar árvores e destruir casas *antigas* para sua colonização. (Isso nos lembra a guerra dos Cariris e os brancos na cidade.)

Existe forte ambiguidade que cerca essa experiência, ora tomada como boa, ora como má. Ao falarem sobre a local, os moradores “nativos” se utilizam de um discurso que parece ser comum a todos: são o “lado bom” e o “lado mau”, segundo eles; a possibilidade de empregos e a violência; o escoamento de seus produtos e a impossibilidade de reviver os tempos amenos de antigamente; sempre segundo as categorias temporais do antes e do depois; ao passo que os moradores advenientes enfatizam as da perda da *tradição*. Uns falam da perda, os outros da história padronizada do *antes e depois*. Mas, os moradores “nativos” respondem, como o Estado, de acordo com quem quer ouvir.

O discurso é convincente porque é lucrativo. Mas ele também convence porque acreditam mesmo ser assim, são ideológicos porque encobrem o problema levando para caminhos que não diz respeito à realidade. O problema da história do *antes-depois* é pensar que a *tradição* precisa ser preservada, mas não ser vivida. O espírito nostálgico a fim de resgatar, para o presente, a *tradição* do sossego, resgate que não passa do que Hobsbawm (2012) nos descreve como “tradições inventadas”, ou seja, situações novas tidas como antigas e engessadas pela ideia de repetição quase que obrigatória de um “modo de vida”.

Num primeiro momento, somos levados a pensar que os moradores antigos são os “prejudicados” com todo esse processo. Todavia, é impossível deixar de levar em consideração que, do ponto de vista deles, tudo é tão ruim quanto bom, estabelecendo uma relação ambígua. Não se trata aqui de defender os excluídos da modernização, pois, como sabemos, existe uma relação de troca entre a comunidade e os investimentos externos. Alguém já disse que “o verdadeiro é o todo”: trata-se, pois, de apontar para o conjunto das tensões presentes no processo. Certamente é possível dizer que a comunidade “tira vantagens” com as melhorias implantadas para o desenvolvimento do turismo. Há uma relação de troca; porém essa troca não é igualitária (nunca foi). Os espaços construídos para o turismo não incluem a *tradição* no seu *ethos*. Mas são essas contradições que formam a realidade da

situação inteira. Quando observamos a forma urbana, ou seja, o dado do real, aplicado a todo espaço construído em que o ser humano introduz sua ordem (LAMAS, 2008, p. 41), vemos um bairro reconstruindo sua paisagem na mesma proporção do seu tempo, quer dizer, na medida em que o *ethos* do tempo atual é implantado. A estrutura ideológica do local corresponde à forma urbana do local, a segregação.

As últimas vezes que fui na Vila foi em 2006. Dessa vez (2013-2014), pude ter contato com outro fragmento do local. E, como não tinha conseguido me hospedar em alguma residência de algum morador *tradicional* pensei em compor uma etnografia do “turista”.

O hotel que escolhi (de modo aleatório) para me hospedar na primeira semana fica quase em frente ao bar *Eskinão da Vila*, em um terreno localizado no topo de uma curva. O cemitério fica no início dela. Subindo essa ladeira, chamada Manoel Coringa, encontramos uma diversidade de estabelecimentos comerciais que vão desde hotéis e pousadas a bares, padarias, cafés, um cemitério, uma escola pública, uma delegacia. O fim da rua dará na igreja da Vila.

No meu tempo eu era menina, [me contou dona Juju] ajudei muito carregando pedra da praia pra aqui para rua. Padre Agostinho vinha pra Ponta Negra, passava mês aqui em Ponta Negra, muito trabalho na igreja... aí ele carregava agente pra praia. Aí ele carregava agente pra praia, ajuntava um bocado de menino, de criança, ia com ele pra praia, nós subia a ladeira com a pedra na cabeça viu? Pra trazer pra construir a igreja. Agora, teve um ano, teve um ano, teve um ano que desmanchou.

Ela é também um marco da Vila, qualquer residente, ao menos os antigos, terá facilidade em identificar o local. Caminhando em direção oposta achei um hotel: *Nauticus*. Em baixa estação a média dos hotéis fica em torno de 90,00 reais. Escolhi um quarto. A recepcionista me convencia para ficar no quarto com vista para o mar. “10,00 reais apenas a mais para um quarto bem maior com a vista melhor”, a copeira, próximo a recepcionista, concorda com ela, acabei concordando com as duas, ficando no quarto sugerido. Dentro do quarto, nenhuma propaganda sobre crimes de prostituição infantil, ou avisos de utilidade pública. Apenas uma decoração com flores de plástico e quadros com temas da França, e nada que pudesse fazer referência à decoração marítima da entrada do hotel. A recepcionista não me pediu documentos, respondi a ficha do check-in e isso foi tudo. Fiz uma pergunta, apenas por curiosidade, se ali já era a Vila. Eu tinha quase certeza que sim. O cemitério era o ponto de referencia do início do local. A recepcionista disse-me “não”, só que não era; e apontou para o lado oposto de onde fica a Vila: para a direção do conjunto, mas sem muita noção do que fazia. “Sou novata aqui”. Desculpou-se. A copeira interveio: “não, a Vila fica ali”.

Apontou para o lado paralelo da Manoel Coringa, em direção à Rua da Floresta. “*Mas se você for lá*” [falou abrindo os olhos azuis com um medo guardado neles] “*melhor não ir lá... dizem que lá é perigoso*”. Essa foi a primeira informação que recebi do local. E tirei dela dois fatores: O primeiro que os serviços turísticos, as pessoas que os compõem, não associam seus estabelecimentos ao espaço da Vila, mas sim à Ponta Negra. A segunda informação foi onde está localizada a Vila e o que pode ser encontrado lá: o perigo.

Quando a copeira apontou a direção do local fez um gesto na mão com se a Vila fosse para a direção paralela à rua do hotel, como se indicasse para a Rua da Floresta e suas várias vielas. Vi, de longe, o local. Lembrei-me de dona Zeneide (2005), ela fazia referência a esse mesmo local.

Quanto mais lá pra dentro da Vila pior é, entendeu? Que as drogas toda passa pra lá. Aqui por ter mas agente não ver não, né? Mas lá o pessoal vende assim na frente do povo mesmo, nos beco lá que a pessoa passa e eles tão lá passando o produto deles, passa assim eles vendendo, é muito perigoso, muito mesmo.

O *aqui* que ela descreve é a Rua Manoel Coringa, quando a entrevistei ela estava de saída, alegava e insegurança e a falta de tranquilidade do local. A marginalização era uma espécie de consequência esperada, embora não fosse esperada com tanta potência para um local relativamente pequeno³³. A outra consequência não estava no meu horizonte discursivo, mas o horizonte empírico mostrava a passos largos o processo de desidentificação. Um local sem referência não pode ser reivindicado por ninguém, é de quem teve dinheiro para comprar o terreno e construir sua casa ou estabelecimento por lá. A área deixa de ser residencial para se tornar comercial, e, qualquer memória ou identidade se adaptará ao discurso do comércio.

Passando do hotel, continuamos na Rua Manoel Coringa em direção à igreja, aberto há pouco tempo, um supermercado de médio porte, concorre vizinho com um outro, esse bem mais antigo no local, anunciando suas ofertas. Seu endereço, “*Rua Manoel Coringa, Ponta Negra, próximo ao cruzeiro*”. Esse estabelecimento fica ainda mais adentro que o hotel e, ambos, referem aos estabelecimentos situados em Ponta Negra, e não na Vila, como eu poderia supor. O cruzeiro é outro ponto de referência na Vila.

Fui até outro hotel (Tubarão) que fica da perto da igreja. Entrei, perguntei sobre os valores das diárias. Vi as propagandas expostas para os clientes, muitas delas sobre comida (segui o mesmo padrão do hotel que fiquei). Perguntei se ali era a Vila. “*Ponta Negra*”. Respondeu. “*A Vila começa ali*”. Apontou para a direção da igreja se estendendo para a rua

³³ A Vila é uma “boca” bastante conhecida da região sul da cidade.

da Floresta. “*Mas aqui é Ponta Negra*”. Respondeu como se eu duvidasse. “*Hoje tudo isso aqui é Ponta Negra*”. Balançou a mão de um lado para o outro dando a entender que se tratava de toda a extensão da Rua Manoel Coringa, supondo que eu entendesse que “essa rua toda é Ponta Negra agora”. De fato, no segundo final de semana que fui à Vila, andando por suas ruas internas, e não só as das áreas mais comerciais, vi as placas da prefeitura em todos os lados se referindo ao local como Ponta Negra. O breve diálogo com o recepcionista do hotel me fez perceber o quanto rápido foi esse processo, quase dez anos depois e a Vila não é associada como tal. *Agora é tudo Ponta Negra*.

De todo o bairro, a parte da praia de Ponta Negra é a mais economicamente valorizada, quanto mais perto do Morro, mais o valor econômico e de *fetichismo*, embora a valorização de um foi à custa da desvalorização do outro. A geografia da desvalorização implantada na Vila foi gerada pela inclusão de elementos da violência urbana. Muitos moradores deixaram a área por isso. É bastante frequente uma pessoa residente no local fazer referência a ela. Podemos supor, com isso, um processo chamado de despossessão de bens (e não só materiais) descrito por Harvey:

bens de capital desvalorizados que sobraram de falência e colapsos podem ser comprados a preços de liquidação por aqueles que são abençoados com a rentabilidade reposto em circulação. O superávit de capital, portanto, encontra um terreno fértil para a acumulação renovada. As crises podem ser, por esse motivo, orquestradas, geridas e controladas para racionalizar o sistema irracional que é o capitalismo. (HARVEY, 2011. p.198)

Um exemplo, citado por Harvey, desse processo de despossessão foi a implantação de populações negras em bairros de brancos em algumas cidades dos USA na década de 1960. O intuito foi “marginalizar” o local desvalorizando-o, depois, com a saída dos brancos, colocá-los em circulação outra vez, para a acumulação renovada. Na Vila, a despossessão veio por meio do medo da violência provenientes do comércio e consumo de drogas. Dos relatos que pude obter sobre o assunto até 2006, nenhum deles faz alusão ao crack, apenas as drogas de um modo geral, o que preocupava era a violência de modo mais genérico: uma bala perdida, o medo da noite. E esse medo abstrato gera um êxodo concreto.

Não porque eu não tenho vontade de sair daqui não. Mas aí eles compram tudo (...) tem muita gente indo pra Pium, morar em Pium, outros vão pra o interior, outros vão pra cá mesmo, mas pra dentro do mato, aí pronto, às vezes vendem aqui e vão pra lá. Eu tenho um tio meu, morava aqui, vizinho meu quase, vendeu bem barato a uma pessoa, não era turista, mas não era daqui, ele era de Minas, só que ele comprou bem baratinho, comprou uma casa ele, deixou lá, o bequinho que ele mora é um beco que não entra carro, bem estreitinho que eles foram morar pra lá. Então, lá o neto dele foi pras

drogas, que aqui não era. Já matou gente, já foi preso, o menino com quinze anos, ta com quinze anos agora e passou dois anos no CEDUC, saiu agora porque fez crime, matou, por conta que a violência lá que é pior que aqui. Quanto mais lá pra dentro da Vila pior é, entendeu? Que as drogas toda passam pra lá. Aqui por ter mais agente não ver não, né? Mas lá o pessoal vende assim na frente do povo mesmo, nos beco lá que a pessoa passa e eles tão lá passando o produto deles, passa assim eles vendendo, é muito perigoso, muito mesmo. (Dona Diana, ex-moradora da rua Manoel Coringa).

A droga se tornou uma evidência cotidiana, e o discurso sobre ela consegue transferir para o indivíduo usuário (a culpa) a responsabilidade da violência social. Os becos que dão acesso à praia hoje apresentam certos traços de uso (o cheiro das fezes, as pichações, os papelões que servem de acento, a lata de alumínio) concretos, especificando os seres humanos responsabilizados pelos problemas sociais do local.

A associação com a criminalização é a maneira bastante útil de lidar com os *marginais*³⁴, porque torna fácil identificá-los, afasta-se deles, serem suspeito de tudo, chamar a polícia, prende-los. Apesar dos locais com as características de uso, não vi nem um usuário de crack. De todas as idas na Vila, não vi nada objetivamente: dois rapazes saindo de um local escuro, não faz deles criminosos, mesmo que tivessem usando algo ilegal não seriam *criminosos*; e um senhor caído em uma esquina, do seu lado uma garrafa de cachaça vazia. Estes moradores são as baixas colaterais do sistema, são rejeitados “como importante o suficiente para justificar os custos de sua prevenção, ou simplesmente ‘inesperadas’, porque os planejadores não as consideram dignas de serem incluídas entre os objetos das ações de reconhecimento preparatório”. As baixas “são resultado da convergência entre a ‘invisibilidade’ endêmica ou planejada das vítimas colaterais, por um lado, e a ‘invisibilidade’ imposta aos ‘estranhos de dentro’, por outro.” (BAUMAN, 2013, p. 15)

Embora “invisíveis”, os usuários de crack se tornaram associação direta da violência urbana. Deixaram de ser marginais no sentido clássico do termo, eles ocupam agora as áreas centrais, os pontos turísticos, os espaços luminosos do dia. Muitas vezes são eles quem determinam, pela presença, os espaços trafegáveis entre os “turistas e os vagabundos”, entre

³⁴ Conf.: GOFFMAN, 1988. É construída uma identidade social que ultrapassa o indivíduo, o *marginal* se torna adjetivo para os moradores de modo geral. O *lá é perigoso* não expressa *quem é*, o sujeito da ação, essa fórmula pode inclui todos na rubrica do *marginal*. A droga se torna um componente de *lá, diz que lá é perigoso* quer dizer todos são potenciais criminosos. O estigma, incorporado pelos discurso do medo, traduz-se na imobilidade da identidade estigmatizada.

áreas de acesso e áreas “restritas”, entre dia e noite. Por meio deles (como culpados) o discurso do medo da luz se dissemina.

O que diz Ítalo Calvino, uma das suas personagens, sobre a luz do dia como escuridão nos lembra, cada uma a sua maneira [uma psicológica e a outra social] a rendeira entrevistada em 2006 referida à cima.

A proibição que me fizeram os médicos de não sair após o pôr-do-sol me enclausurou há meses nas fronteiras do mundo diurno. Mas não é só isso: o que encontro na luz do dia, na sua luminosidade difusa, pálida, quase sem sombras, uma escuridão ainda mais densa que a da noite. (CALVINO, 1979, p. 61)

Foi também isso que encontrou não só a nossa rendeira, mas também todas personagens que compõe o cotidiano (real) da Vila de Ponta Negra.

A escuridão densa da Vila é o medo, os moradores preferiram evadir o local, sem não pelo apelo do capital imobiliário, pelos resquícios das desigualdades produzidas a partir do desenvolvimento do turismo: a violência urbana, principalmente a transmitidas pela televisão. O médico que proibiu a personagem de sair à noite vem da mesma fonte simbólica dos que proíbem os moradores da Vila de usar a noite, é ela quem diz que *lá é perigoso*. Ambos, médico e mídia, sistemas peritos da modernidade servem para assegurar, garantir confiança nas instituições, e esta confiança não depende que se tenha domínio do conhecimento produzidos por eles, ela vem como um artigo de “fé”, “mas a fé que ela envolve não pressupõe sempre um ato consciente de compromisso.” Ela são incorporadas nas ação rotineiras do dia-a-dia (GUIDDENS, 1999, p. 93). Assim, não há um questionamento no sistema, ele é absorvido sem reflexão. As informações passadas pela mídia são peça chave para traduzir para a população de modo geral, não só da Vila, os acontecimentos sobre o local. Ela é o sujeito oculto das frases, principalmente das que têm a violência como o eu lírico. O *dizem*, o sujeito sem rosto, nome, ID, paira no ar como uma espécie de autoridade supra-humana que sabe o que *diz*. Não perguntei a ela quem era que dizia isso, mas se formos nos jornais, nos sites e na televisão encontraremos *o sujeito*. A copeira apenas rediz, repassa o que ouvi. Essa reprodução sobre o local não se apresenta do ponto de vista da convivência com o local, como descreveria um morador. O caráter abstrato da frase mostra o quanto não há referencia entre quem diz e o que é vivido, não há identificação com o local, mas sobre o local (*lá é perigoso*). Essa desidentificação causa muito mais que apenas perda de memória, ela descaracteriza o local e

quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas para o capital. O resultado tem sido a produção de fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificados. (*Id., ibid.*, p. 267)

Essa é condição moderna oferecida para os moradores da Vila. A ideologia da *tradição* direciona o problema para o campo estético (da estética do sertão, por exemplo) e da memória (identidade coletiva), deixa de ser uma reivindicação espacial presente no discurso de valorização do local pelos moradores, e passa a ser hoje uma reificação estética, quer dizer, o bairro, forja “uma imagem distintiva e cria uma atmosfera de lugar e de *tradição* que aja como atrativo tanto para o capital como para pessoas de ‘certo tipo’ (isto é, abastardas e influentes).” (HARVEY, 2007, p. 266) Hoje, quando vamos aos restaurantes, as feiras de artesanatos e a todos esses lugares turísticos em Ponta Negra, a imagem de *tradição* que encontramos é uma mistura da “estética do sertão” e o uso de algumas referências históricas (é sempre possível tirar uma foto com algum “Lampião” e comprar dele vídeo, ou foto, ou livro); unidos com o artesanato com referências praieiras padronizadas em muitas cidades do Nordeste. Nos estabelecimentos que vendem artesanato, há, na porta de um deles, um homem sertanejo, vestido com todas as indumentárias típicas de vaqueiro, e um bode, ambos manequins, servem de referência do que vem a ser *tradição*, ou seja, corroborar com o que os visitantes já supunham, de antemão, ser a *tradição* do local. A grande maioria das mercadorias vendidas não é produzida ali. Dos mesmos artesanatos com o nome de Natal gravado, encontramos em João Pessoa, em Fortaleza, em Maceió. Um dos restaurantes mais caros de praia de Ponta Negra tem uma grande e cara luminária feita de cabaças, usando a estética da *tradição* para a *distinção*.

Por ser fragmentado, permite vários usos, mas a *tradição*, como modo de vida dos moradores, não é um “objeto” estético-harmônico. A Vila só pode ser uma *tradição* representada, como simulacro, e não como modo de vida. Por simulacro, descreve Harvey, entende-se uma

réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida”. É “o que acontece com as formas culturais quando as imitações passam a ser o real e o real assume muitas qualidades de imitação. Na medida em que a identidade depende cada vez mais de imagens, as réplicas seriais e repetitivas de identidade (individuais, corporativas, institucionais e políticas) passam a ser uma possibilidade e um problema bem reais. (*Id., ibid.*, ps. 261)

O problema dessa perda de identidade, ou da referência é a própria perda das terras. Se, como descreve Norberg-Schulz (2008), devemos pensar o lugar com um fenômeno concreto, dotado de qualidade “total” e possuidor de identidade particular que ocupa o mundo-da-vida cotidiana, então todas as vezes que me referi a Vila como *lugar* estava errada, ou parcialmente errada, pois a Vila está no processo de perda de identidade de referência. Quero dizer que, todas as vezes que usei *lugar* no texto à cima estava pensando como um das tantas pessoas que conheci na Vila a quase dez anos atrás. Agora, ao voltar lá, vejo que o processo de desidentificação territorial é muito mais presente que o discurso da *tradição*. É como se o tempo da *tradição* já tivesse passado. Temos um fato é significativo para pensarmos isso: um dos principais locais de divulgação, se podemos dizer assim, da *tradição* na Vila é a associação das rendeiras da Vila. Elas se reúnem para produzir renda de bilro em uma casa quase na lateral da igreja. Antes era só a associação, e hoje se transformou em um restaurante (uma tapiocaria), mas, segundo a atendente, as rendeiras continuam trabalhar lá nos dias da semana. O espaço é aparentemente simples, cadeiras e mesas de madeira dispostas sobre o salão, um balcão no fundo, a porta da cozinha na lateral direita do balcão. O espaço não é grande, não foi ampliando, apenas adaptado para ser o restaurante. Perguntei a atendente onde estavam as rendeiras, me respondeu “*estão aqui só segunda-feira*”, como se dissesse: “volte segunda para tirar fotos” (eu estava com a máquina fotográfica na mão). O uso do local tem hoje função mista, entrando ali, contudo, ele lembra um espécie de memorial das rendeiras. Há, em várias partes das paredes, fotografias emolduradas com imagens do cotidiano do trabalho das rendeiras; algumas peças expostas à venda; e suas almofadas guardadas em estantes aparentam mais ser artigos de decoração que mesmo objetos usados para a produção da renda. O atelier deixou de ter apenas função de produção, comércio; é também agora um espaço de serviço e um “memorial”.

O uso misto do espaço pode indicar, não só uma dinâmica de otimização comercial, mas também como sendo um atrativo. A identificação com a “*tradição*” passa a ser um artigo fotografável, e está, aos poucos, deixando de ser vivido. As rendeiras reclamavam que a renda estava perdendo cada vez mais adeptas, que “*as jovens de hoje não se interessam em aprender o bilro*”. Só entendi o uso do espaço como “memorial” quando fui a um restaurante na praia de Tabatinga e encontrei uma senhora fazendo renda. Com seus produtos dispostos à venda, ela lá sozinha, um jeito cansado de olhar os visitantes, perpassa seus bilros sobre as linhas fixadas por alfinetes na almofada. Quando vi essa senhora pude entender a função das rendeiras da Vila, ela, sentada ali movimentando seus bilros e assistindo a programação de domingo da globo, um objeto de consumo imagético.

Para a produção desse consumo dois fatores de grande importância são fundamentais. O primeiro diz respeito a mobilização da moda em mercado de massa; a outra é a tendência da passagem do consumo de bens para o consumo de serviços. E “como não há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos, faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo.” (HARVEY, 2007, p. 258) O turismo se adequa de forma precisa, pois vive não só da moda estimulada pela indústria do entretenimento (voltada tanto para as massas quanto para as elites) como também, são especialistas em oferecer serviços efêmeros de consumo, mas com um detalhe bastante peculiar: a venda de um tipo de sociedade que se quer apenas pelas imagens. E o fundo econômico disso justifica a moda e seus altos preços (mesmo que não valham como tal); por outro lado, o trabalho flexível, trabalho por temporadas, faz desse tipo de empreendimento capitalista uma das mais cobiçadas formas de acumulação flexível.

Mesmo com todas as suas particularidades de *tradicional*, A Vila é parte do bairro de Ponta Negra, parte da cidade, mas como parte da sociedade do “descarte”, e produtora das baixas colaterais (BAUMAN, 2013). É sobre esse descarte que o turismo na Vila de Ponta Negra modelou a forma do lugar. Uma caminhada no local e fica evidente como se construiu o processo de fragmentação que ainda não acabou porque cada vez mais a Vila é Natal. E ao incluir ao Vila dentro das estatísticas do bairro como um todo, a prefeitura nos oferece dados pouco reais para a análise do local.

Dentro do bairro têm-se onze conjuntos, e o mais próximo ao nome Vila é o conjunto residencial Solar da Vila com uma população de 632 moradores. A prefeitura não especifica o local, mas provavelmente, com esse nome e essa quantidade de residentes, não é o *dentro da Vila* situado pela moradora. Um exemplo oferecido pela SEMURB do rendimento médio mensal da população do bairro é um exemplo significativo: ao incluir a Vila como componente do bairro de Ponta Negra, a prefeitura encobre muitos dos problemas do local. A SEMURB apontava para o valor do rendimento médio mensal (em salários mínimos) de 3,03. Com uma população de 0,53% recebendo até 1/8 de salário mínimo; e 5,90% com uma média superior a dez salários mínimos (ANUÁRIO DE NATAL, 2013), teríamos dificuldades de perceber a Vila como área periférica. Com quase meio por cento de pessoas vivendo sobre condições de extrema pobreza e uma grande classe média se tornando cada vez mais alta, não acharíamos o que é evidente no local: pobreza urbana. Os valores parecem estar ao contrário. Se formos hoje à Vila, saberemos que esses 5,90% conservam-se em um local específico, distantes dali. A prefeitura inclui a todos, e isso vai desde a classe alta, residente nos edifícios de alto padrão no bairro, até os moradores dos becos de mão única da Vila.

Contudo, se a cifra realmente inclui todos, se torna pequena, e mostra o quanto é alto o índice de exclusão social na Vila que é a área mais pobre do bairro, e é bem provável que seja lá os 2,37% da população sem rendimento residente no bairro.

Hoje, em frente ao cruzeiro, observando o movimento das pessoas entrando e saindo dos estabelecimentos, dos ônibus que passam de lado para o outro deixando e levando barulho, pessoas e poluição, resolvi voltar, seguir o caminho oposto da igreja. Andar pela Manoel Coringa é encontrar uma mistura de “tempos” das edificações. A igreja, a escola pública, o cruzeiro trazem as formas e histórias da Vila que podemos situar entre o início do seu povoamento até a década de 1970. Muitas das casas lembram casas de cidades do interior do Nordeste. Os estabelecimentos comerciais construídos para as demandas turísticas tendem ao estilo rústico, alguns com forte influência do regionalismo romântico. Os outros estabelecimentos, farmácias, supermercados, lojas de roupas não seguem padrão arquitetônico algum, usam as fachadas, com as propagandas luminosas, para demarcar um estilo mais comum entre eles: o *kitsch*. E há os edifícios de alto padrão, com mais de 15 pavimentos compostos de materiais estéticos do moderno: aço e vidro. Todos eles são distintos em si. Não há confluência arquitetural. A cada parte que se olha se tem uma referencia diferente: são as fragmentações de um desenho do local feito sobre qualquer medida, principalmente a do dinheiro, que descreve melhor a forma urbana da Vila.

Na Vila, as formas do seu desenho não são integradas, o local muda para adequar-se aos aspectos exteriores: a forma moldada pela especulação imobiliária. O resultado é um desenho sem a menor referencia ao contexto (LAMAS, 2004). Sem esse contexto, vimos à cima, a identidade do local se modifica. Hoje, passada quase uma geração, os moradores que acompanharam essa mudança estão sendo substituídos pelos seus filhos, os mais jovens, nascidos nessa transição. O filho de um dono de barraca na década de 1980, por exemplo. Seu pai ocupou parte da praia para a construção de sua barraca em 1980 (época que inicia a explosão do uso das barracas na praia). Essa criança foi gerada logo que seu pai conseguiu ter certa estabilidade financeira. Ponta Negra desponta para o turismo nacional. Na década de 1990 a intensificação das construções das barracas chegou ao limite, mais de cem barracas ao longo da praia. Para a nova demanda do turismo internacional era preciso outra forma de “urbanizar” a área. Em 1997, os barraqueiros perdem na justiça a ação movida pelo ministério público. As barracas são retiradas. Produziam um aspecto feio (feio entre aspas, fazem o gesto com os dedos), disse dois dos entrevistados do filme *Estrondo*. As barracas são

substituídas por novas, muito menores e com regras restritas de uso³⁵. As novas barracas não atenderam a demanda de barraqueiros, alguns receberam a indenização da prefeitura depois das batalha judicial: “mais vale um pássaro na mão que dois voando”.

Agora, com 32 anos, esse filho vive em Ponta Negra, na periférica de Ponta Negra, na Vila, com sua família envolvida na dinâmica de Natal. Ele, depois das retiradas das barracas, junto com sua família, precisou procurar outra estratégia de sobrevivência. Talvez trabalhe agora no Alecrim (área comercial da cidade) e leve quase duas horas dentro do *alternativo*³⁶ para chegar em casa à noite. O turismo emprega um contingente muito menor que a oferta de mão-de-obra, e a especialização (inútil para outras coisas) serve para limitar ainda mais o quadro. Natal é o caminho.

Ele passa por algum vizinho (que não é necessariamente da sua mesma situação geracional e etária, pode ser um senhor mineiro, por exemplo), cumprimente (caso seja sociável) entre em casa. A demanda das crianças, da esposa, o barulho dos cachorros, algo quebrado para consertar, o jantar, as atividades até vir o sono e acordar as cinco e pouco para as oito da manhã está outra vez no trabalho, ocupam essa a nova geração. Uma geração que não sabe plantar (continuariam plantando, caso ainda tivessem suas terras tomadas pela Barreira o Inferno, disse o pescador Viola no filme), geração assalariada, a que tem emprego no lugar do trabalho. Resta pouco tempo e interesse na continuidade da *tradição*.

A *tradição* do filho do barraqueiro é moderna. Seu pai, devido a idade, pode ter se aposentado como pescador, ainda hoje vivo, mora com o filho na mesma casa que morou com seus pais. Mas as lembranças dos bons tempos não reproduzem esses bons tempos, ou reproduzem mas um discurso ideológico. (*A primeira vez como tragédia, a segunda como farsa*, lembraria Marx).

A produção desse tipo de discurso decorre da fragmentação e da inconsistência do discurso padrão proveniente da ausência de sentido histórico. É como se as comunidades de tipo *tradicionais* não tivessem as ideias de movimento ou mudança como categoria de pensamento. São pensadas do ponto de vista da estabilidade: nascem, crescem, reproduzem e morrem. E isso é resultado de “um pensamento que não reflete sobre o modo pelo qual é produzido, mas aceita a si próprio e à realidade como *dados*.” (DURHAM, 2004. p. 272) Este conceito de ideologia de Gramsci se coaduna com o mundo fragmentado e inconstante, sem

³⁵ “Só pode ser vendido peixe, camarão, macaxeira frita e cerveja em lata” diz o dono do quiosque no filme *estrondo*).

³⁶ Sistema de transporte que usa rotas alternativas as dos ônibus.

referencias históricas que usam um discurso (e a indústria cultural replicando) das igualdades das minorias.

A *tradição* é revestida com a capa, de baixo dela vem se instalando uma ideologia bem-sucedida, “aquela que não precisa de palavras e se mantém a partir do silêncio cúmplice do sistema autorreguladores que produzem, sob a máscara da igualdade formal e da ideologia do talento [no nosso caso do *saber tradicional*], a ‘sociodiceia dos próprios privilégios’ das classes dominantes.” (SOUZA, 2012, ps. 51)

Gostaria, a essa altura, retirar da Vila o termo *comunidade tradicional*. Vimos, com a chegada da cidade, que ela passa de entorno comunal para periferia de um bairro de classe-média e classe-média alta. O local não possui tempo e espaço *tradicional*, ou não possui mais. Vimos também, como nos descreveu a moradora, que ele foi substituído pelo tempo do emprego e pelo espaço fragmentado do mundo contemporâneo. As manifestações culturais, o artesanato, as danças e músicas, a religião e outros componentes da *tradição* (da primeira leva da miscigenação brasileira), não fazem do espaço atual da Vila uma *comunidade tradicional*. Mesmo preservados certos aspectos da *tradição*, o modo de produção determina não só as relações de sociabilidade quanto da própria forma do local, sobretudo porque constrói uma arquitetura cenográfica, pelas tendências da moda efêmera, voltadas à padronizar o que já se pressupõe como *tradição*. O que impera é uma visão de um regionalismo romântico que usa elementos do passado inserido em novas edificações, construindo contextos cenográficos para despertar a simpatia turística (LEFAIVRE; TZONIS, 2008, p. 527). Bares e restaurantes, em geral, são os que mais tendem a se decorar com a temática *tradição*, frequentemente não importando da onde venha a *tradição*, pois a “estética do sertão” é sempre confundida com a do litoral. Há uma diferença entre usar da *tradição* e *ser tradicional*.

Há uma tendência ainda maior em usa a *tradição* no sentido positivo. Um discurso que tenta gerar inclusão social pelo *resgate*, e a vincula, como elemento da natureza, na *preservação*. Um discurso associado as políticas de minoria e direitos humanos e, com tudo isso, quando se vai entrevistar algum morador “nativo”, o seu passado é quase sempre nostálgico. E, embora tenha as *melhorias e tudo* da infraestrutura, é para o passado que muitos moradores que passaram por essa transformação do tempo-espaço voltam os olhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

TRADIÇÃO COMO SUBDESENVOLVIMENTO

A riqueza nacional é idêntica, por sua própria natureza, à miséria do povo. (MARX, 2013)

O nosso trabalho se empenhou no sentido de tratar o problema da Vila, não como da ordem da *tradição*, mas como decorrência da inclusão de um processo socioeconômico maior. Aproveitaremos essas páginas conclusivas para cercar mais de perto essa dimensão, e o faremos tentando pensar a ideia de (sub)desenvolvimento.

As “terras virgens” da Vila entraram na rota capitalista do desenvolvimento. Este modelo de desenvolvimento “é produto das transformações e da superação de antigas formas sociais” (CANO, 2011, p. 120) por que passou a maioria dos países de cuja a Vila faz parte. A ideia de desenvolvimento, como é apresentada por Celso Furtado (1981), no sentido amplo (e, portanto, social) do termo, é o processo em que há uma realização das potencialidades do ser humano, e sua capacidade criadora é um fator decisivo; cada cultura (pensada aqui como direcionadora das escolhas coletivas) determinaria qual o enfoque para as necessidades do desenvolvimento. Do lado econômico, também, o desenvolvimento se constitui por meio do sistema social de produtividade mediante a acumulação de capital e o progresso das técnicas, elevando a produtividade das forças de trabalho, ou seja, causando maior eficácia do sistema produtivo.

O desenvolvimento tem suas raízes na ideia de progresso, e a base para essa compreensão provém de três fatores determinantes: a racionalidade, crescente desde o Iluminismo; a acumulação de riquezas vinculada a um futuro pensado como “melhor”; e a ideia de civilização, descrevendo as sociedades (a sociedade europeia se pensava no topo da cadeia evolutiva) como uma etapa que passa do primitivo até chegar ao civilizado. E, com a realização da civilização industrial, o desenvolvimento passou cada vez mais a ser a vinculado inseparavelmente ao desenvolvimento econômico, reduzindo a criatividade ao desenvolvimento tecnológico. A partir disso, o desenvolvimento se desenrola pelo princípio de acumulação e de avanço técnico. Quanto maior for a acumulação e maior o avanço técnico especializado, maior o desenvolvimento. Contudo, esses dois fatores só se realizam mediante investimentos concentrados de capital. Para se obter lucro, procura-se uma elevação de investimentos de capital e diminuição dos gastos (corte de empregos, redução salarial,

empregos precários), o que gera um descompasso entre desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida dos cortados da lista.

O subdesenvolvimento, por seu turno, advém a partir de uma divisão internacional do trabalho que organiza o mundo entre *centro* e *periferia*, ou seja: o centro, de um lado, com bases em uma economia altamente industrializada, é exportador de bens manufaturados e importador de matéria-prima (produtos agrícolas); do outro lado, a periferia, com o tipo de economia voltada à agricultura, é exportadora de matéria-prima e importadora de produtos industrializados. Existe, como indica Celso Furtado, uma desproporção entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva. Ocorre, entretanto, que essa relação centro-periferia tem não só uma forte relação de dependência mútua sistêmica, como também está embasada na desigualdade econômica (ao participar desse tipo de economia, a periferia tem lento desenvolvimento de suas forças produtivas). Assim, a desigualdade, condição de possibilidade do subdesenvolvimento, se apresenta em todas as instâncias e não só em escalas globais como também entre regiões, micro-regiões, cidades, classes. Forma-se um esquema: o processo de crescimento de uma parte se dá a partir de utilização (ou da exploração) dos recursos (físicos, econômicos, climáticos) da outra parte. Entre o capitalista que, para desenvolver sua indústria e acumular capital, precisa da força de trabalho, cada vez mais barata, dos operários; entre países de economia industrial que precisam que outros países produzam aquilo que neles não são produzidos pelo fato de não haver vantagens financeiras para tal; ou entre regiões que utilizam a mesma lógica centro-periferia para seu desenvolvimento. Sendo assim, o subdesenvolvimento não é um fenômeno proveniente do desenvolvimento (pensado aqui como realização das potencialidades do ser humano), ou uma etapa (evolutiva) dele, como indicam alguns teóricos³⁷, mas uma relação de dominação sustentada pelo sistema capitalista que tem em seu princípio o monopólio do capital, e que utiliza não só meios coercitivos como também culturais (como rondava a ideia da raça de *preguiçosos e incapazes*) para fundamentar sua ideologia de classe e, principalmente, seu modo de vida dominante (HERMET, 2002, p. 29).

O subdesenvolvimento, assim, chegou à Vila com a mesma rapidez da sua urbanização. A Vila, ao ser firmada como parte da cidade, como uma periferia cujo centro é Natal, ingressou no *dualismo estrutural* que compõe o subdesenvolvimento, tal como conceituava

³⁷ Conf.: CORIOLANO; SAMPAIO 2012. De acordo com o economista W.W. Rostow (na década de 1960) desenvolvimento significa crescimento econômico, alcançado através da superação das etapas “civilizatórias”. O Subdesenvolvimento foi pensado como ponto de partida, o grau zero do desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento, trazidos por essa corrente, considera a indústria como a atividade-chave para o desenvolvimento.

Celso Furtado: um encontro de uma economia agrícola invadida por uma de cunho capitalista gerando desequilíbrio na estrutura social. (VIANNA, 2009, p. 118) Furtado poderia explicar aos moradores da Vila que “a desapareção da economia de subsistência não é condição suficiente para que a taxa de salário se eleve de forma a permitir que aumente a participação dos trabalhadores na renda da coletividade.” E, voltando para a cidade do Natal, diria que “basta que o excedente seja consumido por uma minoria privilegiada que diversifica e amplia permanentemente um consumo abastecido do exterior e/ou invertido no exterior para que se mantenha o equilíbrio do subdesenvolvimento”, mesmo que com isso “desapareça totalmente o setor de subsistência.” (FURTADO, 2007, p. 36)

Sob essas novas condições, os moradores deixaram de ser donos, trabalhadores autônomos e passaram a ser empregados. Para Marx e Engels não há separação entre a divisão do trabalho e a propriedade privada; elas correspondem a um mesmo movimento: a primeira diz respeito à relação com a atividade, *quem* ocupa *qual* lugar na produção; a segunda diz respeito à relação com o produto da atividade. Em princípio, a divisão do trabalho propriamente dita se deu através da família, que também foi o primeiro modo de propriedade privada. Filhos e mulheres se tornaram escravos do pai e marido; em outras palavras, por meio do poder, o pai e marido dispunha da força de trabalho de seus familiares. Essas relações, que na origem se davam pela via nuclear da família, se desenvolveram e geraram uma divisão do trabalho cada vez mais especializada, e essa especialização se tornou fator determinante “que lhe é imposta e da qual não se pode sair.” (2007, p. 47) Esse aperfeiçoamento da divisão do trabalho se oferece na medida em que os interesses coletivos (o Estado) se tornam superiores aos individuais. Sendo de “interesse geral”, ela representa a realidade; ocorre, pois, uma relação de dependência recíproca nessa divisão do trabalho.

Com o passar da história, a divisão do trabalho se desenvolve cada vez mais em maior escala e limita o ser humano a um sistema no qual ele tem pouca mobilidade, restringindo-se ao que os autores denominam de classes sociais. Ocorre, entretanto, que essa divisão está amparada no Estado, e conseqüentemente, na política. É o poder do Estado quem sustenta a estrutura social determinada economicamente. Porém, esse poder deixou de atuar de forma repressora, desenvolveu maneiras sofisticadas de gerir o social, ao que Althusser denominou de Aparelhos Ideológicos do Estado³⁸: organizado por um sistema complexo de várias

³⁸ Conf.: ALTHUSSER, 2008, p. 163. Os Aparelhos de Estado se dividem entre Repressor: um todo organizado, centralizado sob uma unidade de comando; e Aparelhos Ideológicos que são múltiplos, distintos, e exprimem os efeitos da luta de classes.

instituições, serve para garantir a unidade do sistema ancorada nas funções materiais. A ideologia é o suporte para a manutenção (2008, ps. 101-108).

A passagem a seguir é fundamental, pois é com ela que situamos o uso da *tradição*: “Os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais por sua idolatria romântica de montanhesees pelos ‘grandes homens’ do clã”, Marx escreveu (como se falasse sobre a Vila), “o cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Estes farejaram algo lucrativo nesse assunto e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixe de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez.” (2013, p. 802) O desenvolvimento, associado à ideia de *tradição*, compõe um discurso bem sucedido porque tem seus lucros capitalistas disfarçados pela *tradição*. E os moradores, expulsos das terras comunais, foram, pela segunda vez, desapropriados para a transformação das “terras virgens” em propriedade privada do capital (pelo turismo e pelas propriedades privadas particulares). A ideologia da *tradição* atua como chave mestra na realização desse processo, mas “nem tudo que reluz é ouro”, os moradores não reluzem como suas terras e a “busca de soluções criativas endógenas³⁹” se mostra inoperante na Vila tanto pela falta de identidade com o modo de vida tradicional, como também pela investida do Estado em nivelar o desenvolvimento da Vila por meio da escala econômica, ou seja, um crescimento cuja finalidade é o próprio crescimento econômico, e não o desenvolvimento na escala humana. E os protagonistas da Vila já não são mais pescadores, rendeiras, agricultoras.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Celso Furtado, que dedicou grande parte de sua produção intelectual a incluir a cultura como elemento para o desenvolvimento, nos remete, em *Cultura e Desenvolvimento*, às raízes do processo pela qual se origina a tão delicada parceria entre o público e o privado. A formação cultural brasileira apresenta em sua fórmula dois componentes importantes para entendermos a aplicação das políticas públicas hoje. Celso Furtado descreve esse processo histórico: o primeiro componente foi a articulação entre a monarquia ameaçada pelos movimentos de unificação da Península Ibérica juntamente com a burguesia da cidade de Lisboa ávida pela expansão mercantil. O desenvolvimento tecnológico e o acúmulo de conhecimento (principalmente cartográfico) foram assegurados com recursos privados. Esse

³⁹ Conf.: CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 64.

tipo de parceria, “essa experiência de associação de um poder público, cuja legitimidade não tinha raízes mercantis, com o espírito de empresa burguesa serviu de modelo para a criação das campanhas de comércio e navegação, que surgiram posteriormente na Holanda e Inglaterra como instituições de direito privado, mas exercendo funções públicas.” (FURTADO, 1984, p. 19). O outro fator possui duas vertentes de um mesmo processo: isolar as matizes culturais das outras etnias paralelamente com a imposição dos padrões culturais portugueses (principalmente o cristianismo) e a alimentação constante das suas próprias fontes culturais, traduzidas basicamente pelo Estado e pela igreja. É sobre esse modelo que se funda o nosso desenvolvimento.

A ideia desenvolvimento construída no Brasil (também na América Latina) data do final do século XIX e é fortemente assentada pela filosofia positivista da ordem e do progresso. Desenvolver-se significava ter uma conduta administrativa racional. Quer dizer, os países da América Latina precisavam ter conduta racionalizada, estável e cumulativa das exportações dos recursos naturais (HERMET, 2002). Esse é um esboço de uma longa história de dependência centro-periferia que a partir de 1945 ganhou influência da ideologia “desenvolvimentista” anunciada pelo então presidente estadunidense H. Turman. O contexto foi a reorientação das políticas dos Estados Unidos no início da Guerra Fria. A proposta era usar o progresso científico juntamente com a tecnologia industrial para favorecer as regiões economicamente “subdesenvolvidas”. O modelo usado foi o mesmo do início da industrialização na Europa e nos Estados Unidos.

O Brasil, passado o governo autoritário, e com o formato de políticas públicas aplicadas verticalmente e baseadas na herança modernizadora e direcionadas por políticas neoliberais, tem hoje um grande caminho para quebrar. As políticas públicas têm um papel de suma importância para as transformações de realidades. Contudo, nem sempre as políticas públicas atingem de forma positiva para os setores mais marginalizados. A ideia de desenvolvimento proposta por Celso Furtado (1981) advoga a posição do ser humano como centro do desenvolvimento, ou seja: são as nossas capacidades criadoras o fator que deve determinar o desenvolvimento, e não os fatores econômicos (como ainda é pensado). Recriar essa realidade não é tarefa fácil. As políticas públicas podem contribuir enormemente para isso, porém, elas são etapas posteriores de um processo. Se quisermos pensar o desenvolvimento como uma forma de mudança social é preciso levar em conta que a realidade se estabelece sobre hábitos de pensamento e qualquer ação em via de um desenvolvimento não pode ser pensada de modo isolado como se um problema social não fizesse parte de um todo, de um “ecossistema”. Contudo, “o modelo econômico de

desenvolvimento prioriza o setor terciário, em especial o financeiro, imobiliário, telecomunicação e o turismo que, articulados, conquistam mercados, acumulação de capital” (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 67) limitando o desenvolvimento na escala humana a subordinação ao desenvolvimento do sistema capitalista. Isso faz do conceito de desenvolvimento mero reprodutor do crescimento capitalista na medida em que visa primordialmente a obtenção do lucro, por um lado, e não leva em consideração as necessárias transformações⁴⁰ na estrutural social e mental por outro.

As políticas públicas são um dos campos onde mais se reproduz o sistema do desenvolvimento voltado para o crescimento capitalista. Aplicar uma política pública em áreas de especulação imobiliária se torna ainda mais difícil quando dentro da elaboração da política pública já existe o caráter ideológico do desenvolvimento como crescimento. Dos cinco componentes do PRODETUR I, por exemplo, apenas no Componente V - Gestão Ambiental- aparece o nome *cultural* (a ser protegido como o meio ambiente). Dentre suas ações, existe a pretensão de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais. E as atividades passíveis de financiamento da Gestão Ambiental, o tópico F, prever *Estudos de impacto ambiental e social*. Nas conclusões o Programa chama a responsabilidade da “sociedade civil” para “assegurar o fiel cumprimento das atividades programadas e realizadas em consonância com os objetivos estabelecidos para a operação em longo prazo”. O que o PRODETUR I pode oferecer a comunidade da Vila foi ter suas vidas associadas a ideia de preservação e proteção como se fossem populações em extinção.

O modelo de desenvolvimento deve ser reconsiderado a partir de dentro, quer dizer, em um desenvolvimento que assegure o enriquecimento da cultura e suas múltiplas dimensões e contribua com uma criatividade própria (FURTADO, 1984). E é preciso mais que uma *terceira via* para lidar com uma formação social tão fraturada. Ao observar os rumos atuais do mundo fica o desafio: como pensar uma política pública que possa ser capaz de contribuir para um melhor modelo de desenvolvimento se ela ainda é carregada na sua fundação por ideias nocivas a quem necessita delas?

O projeto urbanizador segue a mesma estrutura colonizadora, nossa herança, como descreve Cano:

com o surgimento posterior da industrialização, o sistema urbano sofreu as modificações necessárias a uma forma de desenvolvimento voltado ‘para dentro’, ampliando as antigas e maiores concentrações urbanas e

⁴⁰ Milton Santos (2009), no livro *Pobreza Urbana*, retoma o conceito de desenvolvimento de L. J. Lebrét 1958 para fazer uma comparação entre desenvolvimento e crescimento. O desenvolvimento deve ter como base a ideia de humano. “O crescimento seria iníquo cada vez que não viesse acompanhado de uma maior redistribuição e de um aumento do bem-estar das massas desamparadas”. (p. 30)

estabelecendo, quase sempre, uma nova hierarquização urbana em âmbito nacional. (CANO, 2011, p. 123)

A subordinação do poder público local aos interesses econômicos hegemônicos, fruto da nossa nova forma de acumulação de capital, apresenta-se de forma ambígua porque é cada vez maior o discurso sobre o *local*. Não à toa que a escala geográfica do capitalismo atual é o *local* (*Id., ibid.*, p. 288). Fica a valorização local como fator de desenvolvimento externo. “Não é por acaso que o mesmo discurso que proclama a globalização associa às virtudes desta importância que passa a deter a escala local, suas tradições, sua cultura e suas lideranças políticas, para a continuidade do processo de geração de excedentes.” (*Id., ibid.*, p. 294) Geração de excedentes de mão-de-obra e terra baratas.

A noção de desigualdade se apresenta em todas as instâncias e não só em escalas internacionais (entre metrópole e colônia) como também entre regiões, microrregiões, cidades, classes, até chegar as suas formas mais íntimas. Forma-se uma lei: o processo de crescimento de uma parte se dá a partir de utilização (ou da exploração) dos recursos (físicos, econômicos, climáticos) da outra parte. Assim, fortalece relação de dependência mútua sistêmica entre o centro e periferia, porém, com bases nos valores e ideias do centro, ou seja, de uma lógica de europeização, de uma “modernização” imposta às populações locais.

MODERNIDADE PERIFÉRICA

Essa relação *centro-periferia* não é apenas o uso de uma retórica teórica crítica (ou marxista). Ela não é algo como “*na prática, a teoria é outra*”. Não é apenas por crítica ao modo de produção capitalista, mas pela sua construção de “tipos ideais” (weberianos) construtores dessa relação.

A noção de “nova periferia” descreve a eficácia do sistema moderno sobre o imaginário social. O termo, desenvolvido pelo sociólogo Jessé de Souza, refere-se as sociedades fruto da expansão ocidental. Elas se diferem das “velhas periferias”, as civilizações milenares, que se desenvolveram de forma paralela ao modo de expansão racional do ocidente. A diferença marcante da “nova periferia” foi “o fato de que, nestas sociedades, as ‘práticas’ modernas são anteriores às ‘ideias’ modernas.” (SOUZA, 2012, p. 96) Temos, à vista disso, uma colonização pela prática e pela imposição de um modelo moderno de vida. Uma prática contraditória e excludente, porém altamente eficazes visto que penetra no imaginário social quanto mais modela uma “pré-compreensão imediata das práticas

cotidianas ordinárias permitindo um senso compartilhado de legitimidade da ordem social.” (Id., *ibid.*, p. 92) A nossa formação “étnica” brasileira nos ajuda a pensar como essa *pré-compreensão* se desenvolveu. Podemos usar três exemplos históricos diferentes para elucidar o caso. O primeiro adquirimos com as primeiras incursões colonizadoras: o *Eu*. Vinculado com a razão, a noção de *eu* trás consigo, primeiro, respeito aos direitos individuais, e, principalmente, respeito pelo pensamento racional (TOURAINÉ, 2009). Sabemos os desdobramentos históricos nas populações locais (indígenas) da dominação do *ethos* do individualismo que, embora estivesse ainda em processo de formação (século XVI) já apresentava resultados efetivos⁴¹. O segundo exemplo é a abolição da escravatura. A escravidão (século XIX) passou a ser criticada em nome da moral, da religião (que até menos de um século antes era justificava como ação divina) e, principalmente, em nome da racionalidade da economia. Na Inglaterra, por exemplo, o trabalho escravo era bem menos produtivo que o assalariado, e para piorar, inibia o desenvolvimento das indústrias. No Brasil, um dos últimos países a abolir por completo a escravidão, a modificação do sistema foi encabeçada pelas elites políticas e intelectuais, chamados abolicionistas, movidos pelos ecos ingleses que diziam que ser a favor da abolição era ser a favor do progresso, mas também movido pelos embargos econômicos da Inglaterra ao Brasil caso não acatasse as exigências do novo modo de produção. E no final, a elite estava mais “preocupada em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros o direito da cidadania” (COSTA, 2008, p. 137). Por fim, nosso terceiro exemplo recai na era da industrialização, principalmente na década de 1970 com o “milagre econômico”. A população urbana salta de 32.004,817 milhões, em 1960, para 82.013,375 milhões em 1980. Um crescimento, em vinte anos, de mais de 50.000,00 milhões de pessoas conservando uma mentalidade distintiva entre regiões de concentração de indústrias, mais desenvolvidas economicamente, das produtoras agrícolas (ou improdutivas) atrasadas economicamente, assim, forma-se uma oposição entre “espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias.” (SANTOS, 2009, p. 51) Esses elementos fazem parte da nossa formação cultural: herdamos das práticas modernas de um *eu* que não corresponde ao sujeito tradicional modelado pela família que é a organizadora da estrutura social tradicional, como entre os curdos, por

⁴¹ “A substituição do homem como um ser social para o homem como indivíduo foi possível porque o cristianismo garantia o indivíduo como ser *moral*. Tornou-se, assim possível a transição de uma ordem social holística para um sistema político edificado pelo consentimento, como uma superestrutura sobre um fundamento econômico dado ontologicamente.” (DUMONT, 2000, p. 92)

exemplo; herdamos também o preconceito étnicos e suas variações estéticas; e, esse é o mais onipotente de todos, a ideia da distinção social advinda da acumulação de bens materiais.

Para concluir, voltemos à Vila.

Apresentava, no Congresso de Iniciação Científica da UFRN em 2006, os resultados das pesquisas realizadas na Vila para uma sala de pesquisadores de vários cursos. Entraram dois senhores na sala, sentaram e esperaram eu terminar a fala. Eles se apresentaram como moradores da Vila, não entraram na vida pessoal (talvez fosse pescadores), apenas se limitam a falar da situação do local. Dentre várias coisas ditas em pouco tempo, uma, a mais frisada, talvez o motivo para eles estarem ali, na UFRN, em uma sala com professores e alunos entre assuntos diversos, esperando falar do aumento da taxa do IPTU no local. Um deles falou do aumento de mais de mil por cento. Isso me levou a pensar que por mais que a categoria de tradição fosse acionada como argumento nas disputas por reconhecimento, ela não impediu que a especulação imobiliária chegasse a tal ponto de valorização do local que a taxa tivesse subido sem uma regularização prévia da prefeitura. De um ano para outro e o imposto sobre a propriedade dos habitantes “tradicionalistas” subiu para imposto cobrado a classe média, e alta.

Assim, nem sempre a mobilização do discurso de “tradição” tem efeitos argumentativos válidos na disputa por direitos sociais. Na verdade, a *tradição*, na perspectiva que analisamos até agora, trás um alto valor econômico embutido no local. A *tradição* é o novo produto⁴² do capital, mas não os sujeitos tradicionais. Estes, como o caso dos moradores na minha apresentação, são resultado da nossa herança cultural que *tradição* quer dizer atraso. E, contra essa herança, é preciso dizer que não somos *tradição*, ou somos apenas enquanto tradição da modernidade periférica.

⁴² Conf.: HARVEY, 2005. O uso dos artefatos culturais e ambientais como autenticidade e particularidade para a formação dos preços monopolistas.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**. São Paulo: Iluminuras, 2009. Tradução: Ana Goldberger.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução: Guilherme João de Freitas Texeira.
- ANDRADE, Abrahão Costa. **O Sujeito na história: ética e leitura em Paul Ricouer**. Vila Velha ES: Opção, 2012.
- ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A eletricidade chega à cidade: Inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)**. Natal, 2009, 174p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- BASTIDE, Roger. **Antropologia Aplicada**. São Paulo: Perspectiva, 2009. Tradução: Maria Lucia Pereira e J. Guinsburg.
- BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdade social numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Tradução: Carlos Alberto Medeiros.
- _____, **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Tradução: Marcus Penchel.
- BERMAN, Marchall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Tradução: Carlos Felipe Moisés.
- BERREMAN, Gerald D. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. In: ZALUAR, Alba (org). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- BHABHA, Homi, K. **O local da cultura**. Minas Gerais: Ed UFMG, 2013. Tradução: Myrian Ávila.
- BOAS, Frans. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis: Vozes, 2010. Tradução: Jose Carlos Pereira.
- BORNHEIM, Gerd. A concepção do tempo: os prenúncios. In: DOUTORS, Marcio (org.) **Tempo dos Tempos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Tradução: Fernando Tomaz.
- CALVINO, Ítalo. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979. Tradução: Margarida Salomão.

- CANO, Wilson. A necessidade de um novo modelo nacional de desenvolvimento. In: **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2011.
- CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica: pesquisa e teoria**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **A história da cidade do Natal**. Natal: IBGE, 1999.
- CASTORIANES, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. Tradução: Eliana Aguiar.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. FREIRE, Flávio Henrique M. de Araújo. O Rio Grande do Norte e sua região metropolitana no Censo de 2010. Observatório das Metrôpoles – Núcleo Natal. Natal, agosto de 2011.
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.
- COSTA, Graciete Guerra da. **Arquitetura da Base Aérea de Natal na Segunda Guerra Mundial e as mudanças trazidas pelas travessias do Atlântico**. 2006. ps. 83-95. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig13/art/N13_art3.html Acessado em: 10 de janeiro de 2014.
- COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Tradução: Cleonice P.B. Mourão.
- CORIOLOANO; SAMPAIO. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: **Turismo, Cultura e desenvolvimento**. BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César C. Medina; CORIOLOANO, Luiza Neide. Campina Grande (PB): Edupeb, 2012.
- DA MATA, Roberto. O ofício do etnógrafo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- DOWBOR, Ladislau. **O desenvolvimento local e a racionalização econômica**. Fevereiro, 2006. Site: <http://dowbor.org/2006/10/desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica-doc.html>. Acessado em: 10 de maio de 2012.
- DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ibpe, 2007.
- DUMONT, Louis. **Homo Aequalis**. São Paulo: EDUSC, 2000. Tradução: José Leonardo Nascimento.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

- _____, As comunidades rurais tradicionais. In: **A caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- DURKHEIM, E. **A divisão Social do Trabalho**. Martins Fontes: São Paulo, 1999. Tradução: Eduardo Brandão.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Tradução: Vera Ribeiro.
- ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**. São Paulo: perspectiva, 2002. Tradução: Ana M. Goldberger Coelho.
- _____, Apêndice V. In: **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Tradução: Eduardo Batalha Viveiro de Castro.
- FERNANDES, Florestan. O estudo sociológico do subdesenvolvimento econômico. In: **Sociedade de classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.
- FERREIRA, Pinto. **Sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2003.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes; FERREIRA, Angela Lúcia; PETIT, Aljacyra M. Correia M. Turismos, políticas públicas e produção imobiliária: novos caminhos da urbanização potiguar. In: SOUZA, Maria José. (org). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB/Departamento de Geografia/Ministério do Meio Ambiente, 2002. p.123-136
- FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento: cursos ministrados na PUC-SP em 1975**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____, **Formação da Econômica Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____, **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____, **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Nacional, 1981.
- GAPODAGLIO, Gigliola. **A mulher barraqueira de Ponta Negra: dona-de-casa e dona-de-barraca**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, UFRN, 1989.
- GENTIL, Rafaelli Freire Costa; BEZERRA, Isabela Xavier Barbalho; SALDANHA, Maria Christine Werba. **Repercussões da organização do trabalho artesanal cooperativo: caso do núcleo de produção artesanal da vila de ponta negra em Natal/RN**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 38., 2008, Rio de Janeiro. P. 1-13.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. Tradução: Raul Fiker.

- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Tradução: Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2009. Tradução: Álvaro Cabral.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.
- HARVEY, David. A destruição criativa da terra. In: **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução: João Alexandre Peschanski.
- _____, A experiência do espaço e do tempo. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- _____, A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em *commodities*. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (org). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. Celina Cardim Cavalcante.
- JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma**: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Tradução, Sérgio Lopes.
- KUPER, A. **A reinvenção da sociedade primitiva**. Transformações de um mito. Recife: EDUFPE, 2008.
- LAMAS, Jose M. Ressano Garcia. **Morfologia e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LAYTON, Robert. **Introdução à teoria em antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- LEFAIVRE, Liane; TZONIS, Alexander. Por que regionalismo crítico hoje? In: NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosacnaify, 2008.
- LEYS, Colin. **A política a serviço do mercado**: democracia neoliberal e interesse público. Rio de Janeiro: Record, 2004. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Enderle.
- LIMA, Aline Gisele Azevedo Lima; MARQUES JÚNIOR, Sérgio. **Avaliação sócio-ambiental em comunidades receptoras: uma contribuição ao estudo dos impactos da atividade turística na visão dos moradores da vila de Ponta Negra, Natal/RN**. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/138> Acessado em: 12 de janeiro de 2014.
- LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Sujeitos e Objetos do sucesso**: Antropologia do Brasil emergente. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

- MARCIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho; LIMA, Janny Suenia Dias de. **Paisagem Costeira**: As modificações na Praia de Ponta Negra na cidade de Natal/RN – 1970-2010. *Sociedade e Território*, Natal, v. 22, n° 2, p. 02-18, jul./dez. 2010.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Rubens
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Tradução: Marcelo Backes.
- MELLO, J. B. F. **Geografia Humanística**: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *R. Bras. Geog.*, 52 (4): 91-115. 1990.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosacnaify, 2008.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAIVA, Maria das Graças de M. V. **Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico**. *RAP (Revista de Administração Pública)/FGV* — Rio de Janeiro 44(2): 197-213, Mar./Abr. 2010.
- PEIXOTO, Carlos. **A história de Parnamirim**. Natal: Z Comunicação, 2003.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Confitos recentes, estruturas persistentes: notícias do Sudão. *Revista de Antropologia*. vol. 44 no. 2. São Paulo, 2001.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PREBISCH, Raúl. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSTHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Tores. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. In: POGGIESE, HÉCTOR. EGLER, Tamara Tania Cohen., (comp). **Otro Desarrollo Urbano**: Ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: Classo, 2009.
- RODRIGUES, Marcio Henrique Yacyszyn. **Zona Adensavel de Ponta Negra em Natal/RN**: As conseqüências decorrentes da lei complementar 27/2000 na visão dos moradores da área. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção), Natal, 2007. Centro Engeraria de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____, **Pobreza Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____, **A urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2009.

NATAL. SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo). Anuário de Natal. Natal/RN, 2013. Disponível em: www.natal.rn.gov.br/semurb/pagina/File/Anuario_2013.pdf
Acessado em: 10 de janeiro de 2014.

_____, **Conheça melhor o seu bairro**: Ponta Negra. Natal 2008. Disponível em: www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/documentos/.../Ponta_Negra Acessado em: 10 de janeiro de 2014.

_____, NATAL. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DAS DUNAS**. Natal, setembro de 2001. Disponível em: www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/pditrn1.pdf Acessado em: 10 de janeiro de 2014.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do Mundo**. São Paulo: UNESP, 2011. Tradução: Marisa Trench Fonterrada.

SCHRÖDER, Peter. **A Antropologia do desenvolvimento: É possível falar de uma subdisciplina verdadeira?** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1997, V. 40 no2.

SILVA, Ângelo Magalhães. **Objeto imobiliário e a produção do espaço na zona sul de Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Natal, 2003. Centro de Ciências Humanas Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SIMMEL Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito** (1903). MANA 11(2): 577-591, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **A cidade de Natal (RN - Brasil) como corpo planejado: o Plano Geral de Sistematização e o urbanismo natalense no final da década de 1920**. Rev. Hist. UEG - Goiânia, v.1, n.2, p.91-119, jul./dez. 2012

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Minas Gerais: Ed UFMG, 2012.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Planejamento regional e mudança: o projeto Furtado-JK para o Nordeste**. Rio de Janeiro: IPPUR/Ed Comunicação, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009. Tradução: Francisco Morás.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária Inglesa: vol. II a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Tradução: Renato Busatto Neto, Claudia rocha de Almeida.

VIANNA, Salvador Teixeira de Werneck. Considerações sobre o subdesenvolvimento brasileiro. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira de Werneck; MACAMBIRA, Júnior. **50 anos de *Formação Econômica do Brasil***. Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEIA, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução: Vera Joscelyne.

APÊNDECE A

Separamos, metodologicamente, o trabalho sobre dois eixos. O primeiro, o *eixo temático*, se dividem entre o *antes* e o *depois*; o segundo, chamado *eixos discursivos*, divididos em quatro tipos de caminhos de investigação: sentimento; contexto; estratégia; consequência.

O eixo temático, no caminho teórico, se desenrola na comparação entre os séculos XIX e fins do século XX começo do século XXI, descrevendo-os como repetição para uma modelação padrão da *tradição*.

Na etnografia, e o discurso local, o *antes* diz sobre a Vila e sua história; o *depois* sobre sua “nova história”.

O eixo discursivo, segue o percurso seguindo a linha da comparação sobre o que foi produzido pela ideia de *tradição* como discurso moderno (derivada dos sentimentos, do contexto, das estratégias e das consequências) acarretando o que chamamos de ideologia do *antes e depois*. Os eixos discursivos foram extraídos dentro do eixo temático.

Eles servem de modelo explicativo que demonstram como a Vila entra na engrenagem do modo de produção capitalista ao ser transformada em matéria-prima para expansão e reprodução sistêmica.

I TEMPO	I ESPAÇO
FIM DO SÉCULO XIX	VILA ANTES
Sentimento: tradição X industrialismo	Sentimento: de perda (terras)
Contexto: imperialismo	Contexto: contorno urbano
Estratégia: neotradições	Estratégia: identidade coletiva
Consequência: visão moderna de mundo	Consequência: aceleração do tempo, fragmentação do espaço
II TEMPO	II ESPAÇO
FIM DO SÉCULO XX INÍCIO DO XXI	VILA DEPOIS
Sentimento: tradição para preservação	Sentimento: medo
Contexto: pós-colonialismo	Contexto: cidade
Estratégia: turismo	Estratégia: desidentificação
Consequência: tradição como mercadoria	Consequência: periferização

TEMPO I

SÉCULO XIX

Sentimento: tradição X industrialismo

- tradição como crítica a atmosfera das cidades industriais
 - busca de modo de vida menos contaminado de “civilização”
 - conceito elaborado para contrapor ao mal estar provocado pelo progresso
- tradição como caráter contínuo/ passado real de práticas fixas/
processos sociais com durabilidade no tempo.

Contexto: imperialismo

- serviam para construir “situações novas tidas como antigas e engessadas pela ideia de repetição” [HOBSBAWM, 2010]
- publicação da origem das espécies/ darwinismo social/ eugenia

Estratégia: neotradições

- tradições inventadas sobre o modo de vida do ‘outro’ e a absorção desse modo de vida como realidade
- lembrar as raças atrasadas que elas faziam parte do império.
- usadas para construir uma sociedade hierárquica claramente definida. dentro, porém, de um contexto comum de orgulho e lealdade. [HOBSBAWM, p 283]
- fornecem modelos de comando para os colonizadores e modelos de comportamento para os colonizados
- substituição de ideias locais para as nacionalistas.

função: dar forma simbólica reconhecíveis e rápidas aos tipos de autoridades coloniais.

Consequência: visão moderna de mundo

- adequação acelerada dos novos padrões de realidade e valores sociais
- transformação de modos de sociais holistas para o modo de vida individualista baseada nos valores hierárquicos e econômicos
- processo de industrialização consolidado nas principais potências
- se torna realidade no mundo

TEMPO II

SÉCULO XXI

Sentimento: tradição para preservação

- vínculo com a natureza
- preservação como patrimônio

Contexto: globalização

- pluralismo cultural
- sociedade de ‘simulacro’: “réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida” [HARVEY, 2007]
- introdução de identidades culturais de passado reencenado [HOMI BHABHA, 2013]

Estratégia: turismo [como sistema e não como lazer]

- modo exógeno de organização do espaço
- turistificação do território: espaços caros que evitam a copresença da população local

Consequência: tradição como mercadoria

- estética do rústico
- regionalismo romântico: construção de contextos cenográficos para despertar a simpatia turística
- tradição como recurso turístico
- tradição e modernidade como face do mesmo processo
- ausência de identidade

ESPAÇO I

VILA ANTES (processo de modificação)

Sentimento: da perda (terras)

- antes e depois: bom e ruim
- perda do local como identificável
- ideias de bem-estar não passavam pela associação dos bens modernos [exemplo da luz elétrica]

Contexto: entorno urbano

- substituição do sistema produtivo: de trabalho para emprego
- agricultores: sistema em pequena escala não industrial; envolvidos em relações de intercâmbio com a cidade recebendo também influências econômicas, culturais e da ideologia geral da sociedade.

Estratégia: identidade coletiva

- uso da cultura popular como um dos argumentos de pertencimento ao local
- tradição como identidade
- uso da memória coletiva

Consequência: aceleração do tempo, fragmentação do espaço

- perda de laços de vizinhança e da unidade doméstica como organizador das relações sociais
- transformação do ser comunitário para o ser individual
- subordinação do membro à estrutura familiar para a subordinação do indivíduo à estrutura econômica
- perda das terras para o capital imobiliário
- inclusão de novos elementos: drogas, prostituição, falta de emprego, a chegada da classe média, escassez de peixe.

ESPAÇO II

VILA DEPOIS (modificada)

Sentimento: medo/violência

- rua como ambiente do medo
- medo abstrato gera um êxodo concreto

Contexto: cidade

- planejamento urbano submetido ao controle privado
- a implantação do PRODETUR [dec 1990] e a fragmentação espacial
- escala do local [escala do capitalismo atual CANO, 2011] mas com base para um desenvolvimento externo.
- local organizado por zonas

Estratégia: desidentificação

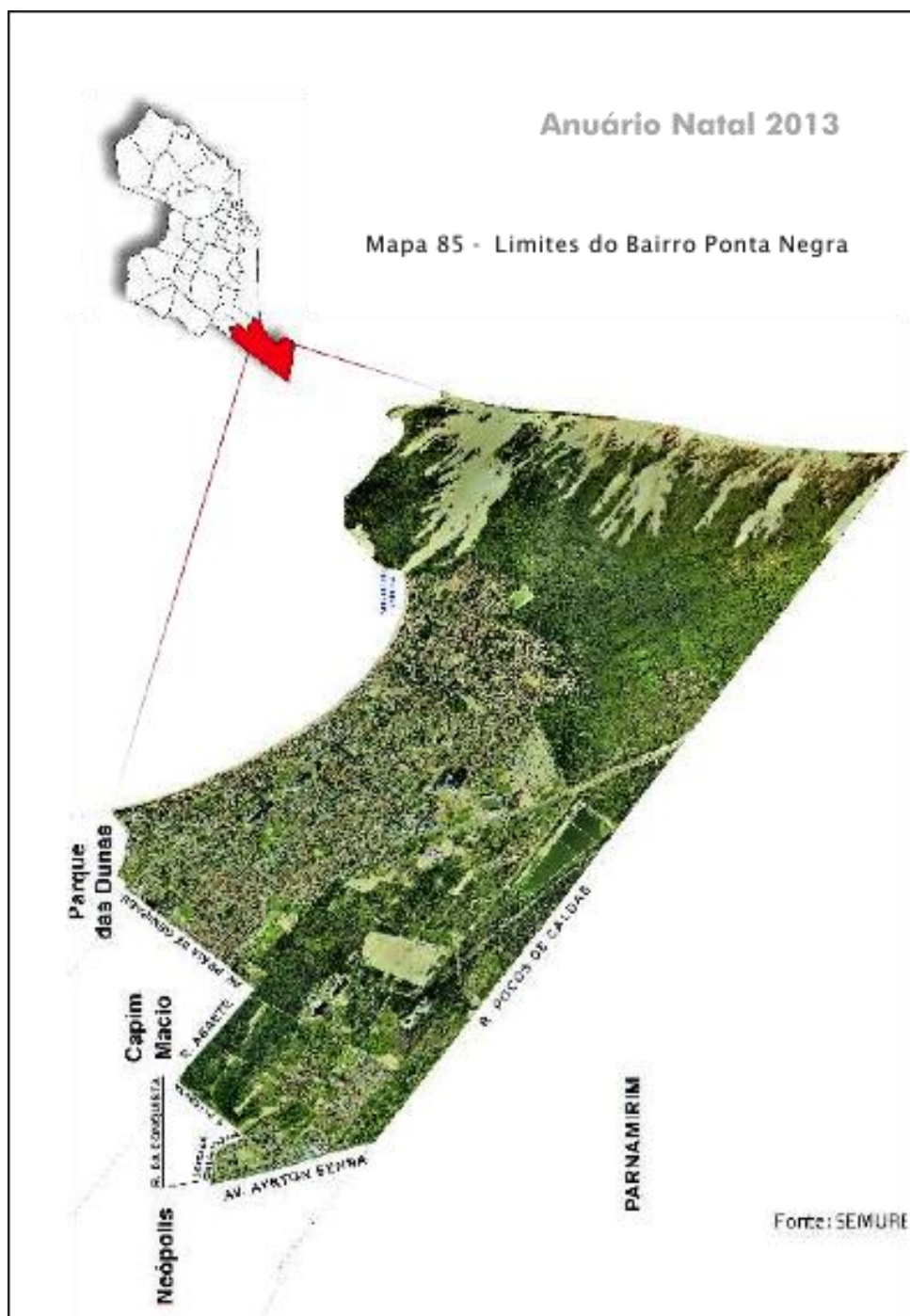
- distinção segregada [SANTOS, 2010]
- estrutura ideológica corresponde a forma do local
- lógica do econômico na sociabilidade e na urbanidade [RIBEIRO, 2009]
- valorização do local para a continuidade do processo de geração de excedente [CANO, 2011]

Consequência: periferação

- marginalização dos pobres: transferência para eles da responsabilidade da violência social
- baixas colaterais: sociedade do descarte [BAUMAN, 2013]
- esquizofrenia espacial: vetores da racionalidade dominante coabitam com outras formas de vida [SANTOS, 2010]
- modernidade periférica: cópia dos modelos institucionais e projeção de valores modernos. As práticas modernas

ANEXO A

MAPAS E LIMITES DE PONTA NEGRA





Fonte: Laudo UFRN, 2011.

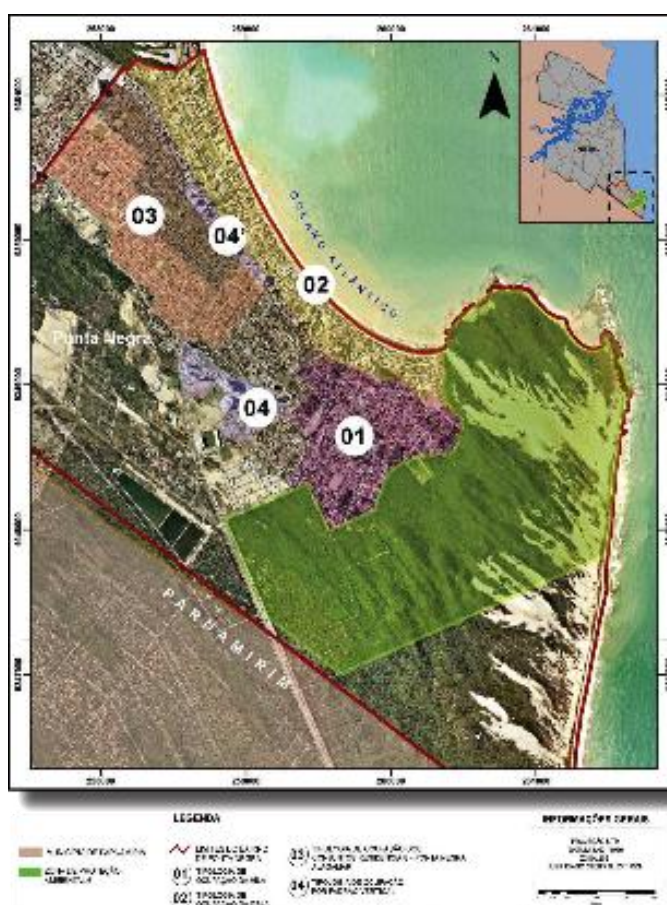
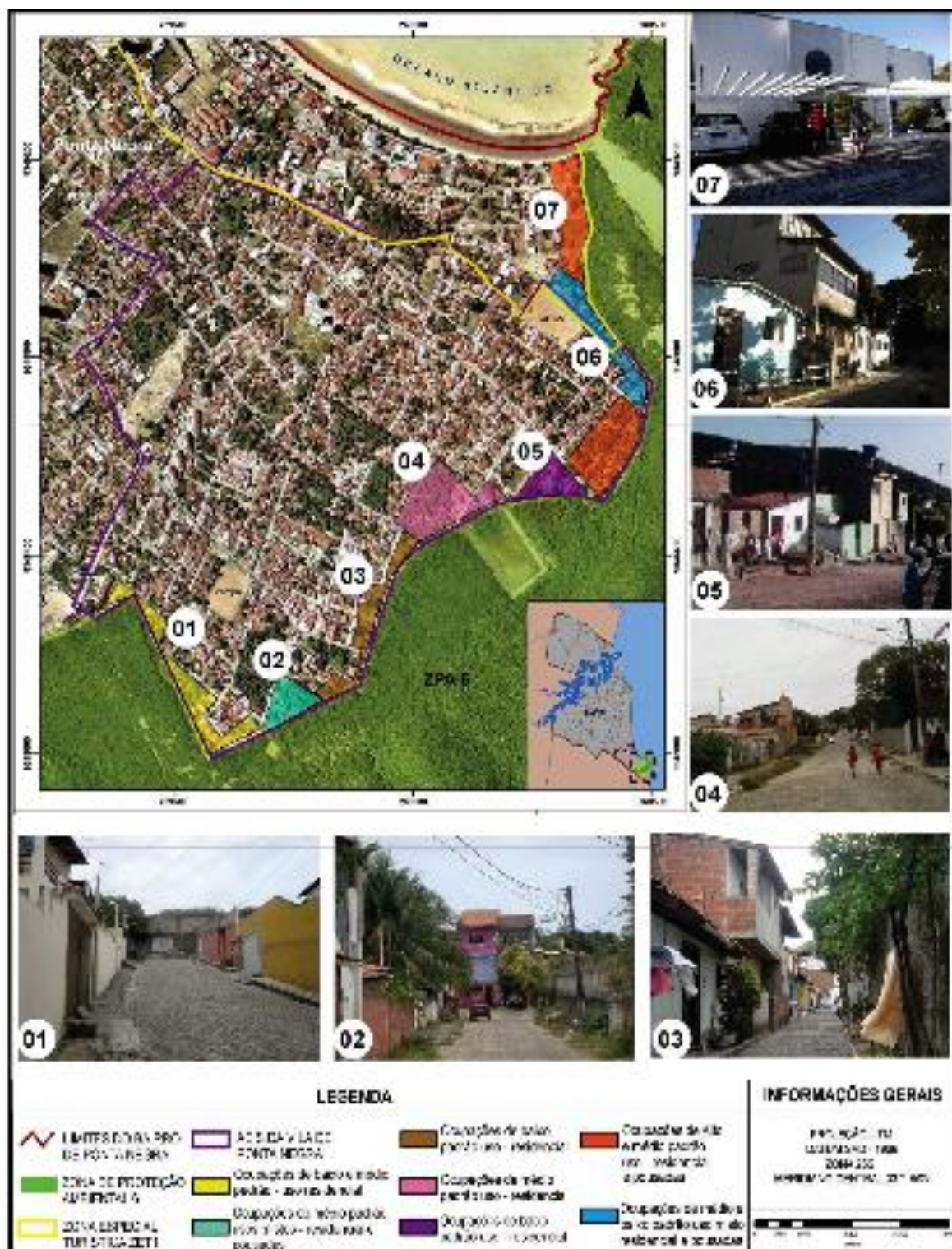


Figura 11: Setores das tipologias de ocupação urbana no Bairro de Ponta Negra.
 Fonte: Elaboração da equipe técnica a partir de IDEMA, 2006 (mapa); acervo da equipe técnica, 2011 (fotos).

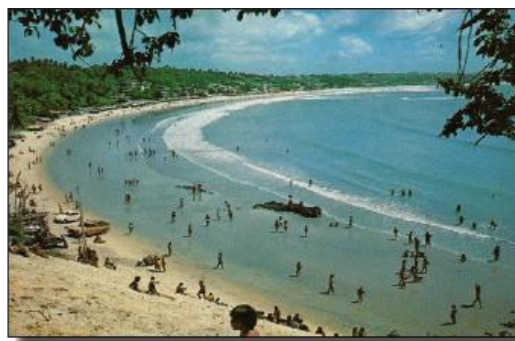


ANEXO B

PRAIA DE PONTA NEGRA



Fonte: internet, 2013.



Fonte: internet, 2013.



Fonte: internet, 2013.



Fonte: acervo pessoal, 2013

ANEXO C

URBANIZAÇÃO DE PONTA NEGRA

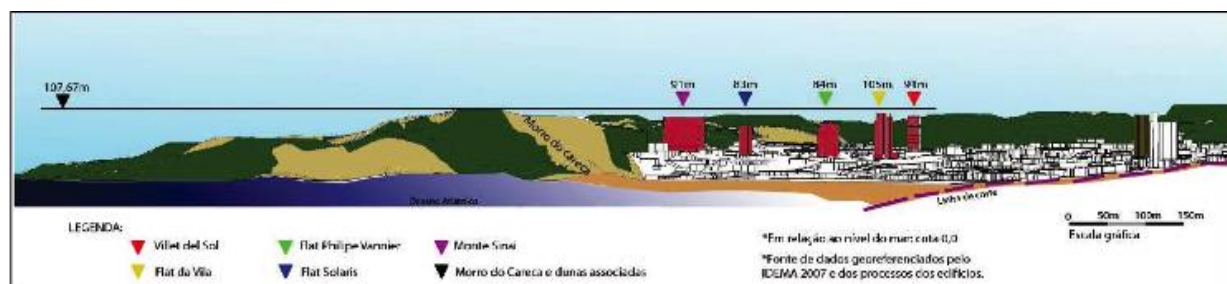


Figura 23: Alturas máximas das cotas do Morro do Careca e dunas associadas dos cinco empreendimentos.
Fonte: Ministério Público, 2010.



Figura 14: Imagem aérea do Conjunto Por Negra na década de 1970.
Fonte: <http://tokdehistoria.wordpress.com/>.



Figura 15: Vista do conjunto edificado vertical, na Vila e a partir dela: ocupação em setores da Vila e entorno dos conjuntos habitacionais.

ANEXO D

RUAS DA VILA



Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.

ANEXO E

FORMA URBANA DA VILA



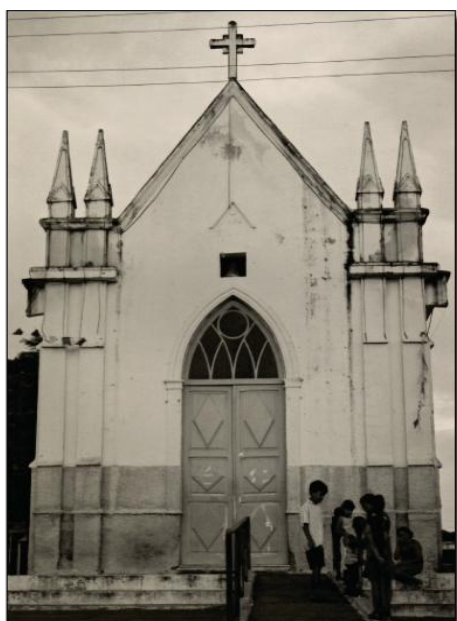
Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.

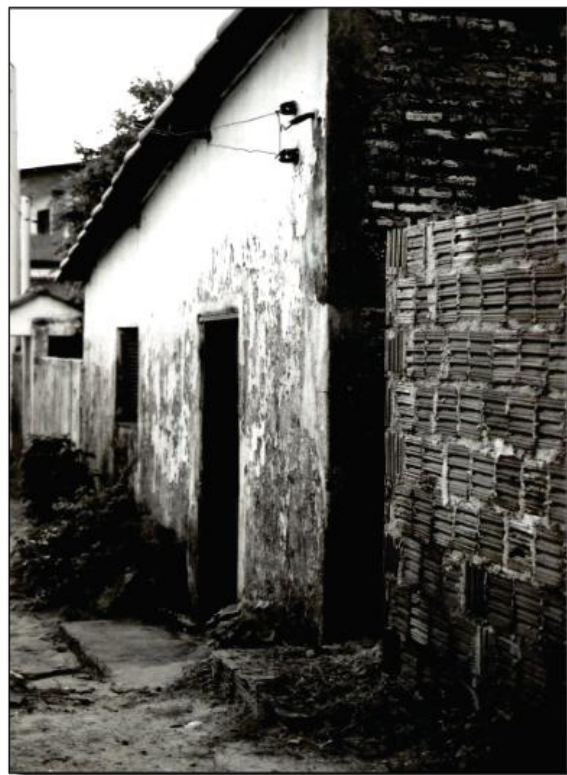
Igreja e o Cruzeiro: duas referências do local



Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.

Vista da igreja para a rua Manoel Coringa



Fonte: acervo pessoal 2005.

Atividades tradicionais



Fonte: acervo pessoal 2005.



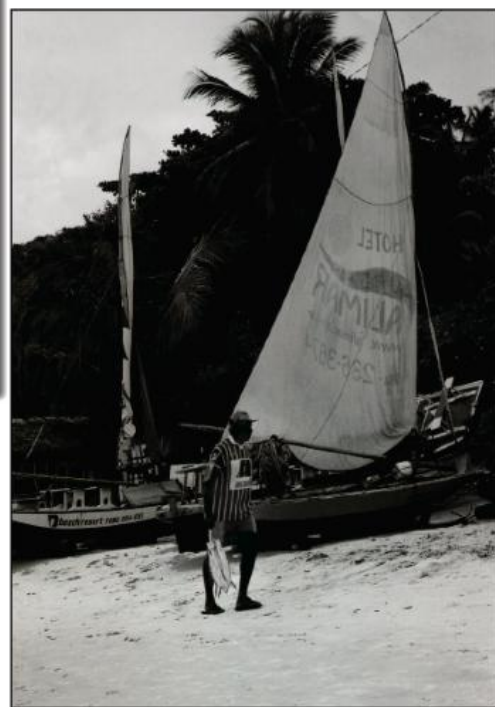
Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.



Fonte: acervo pessoal 2005.

ANEXO F

DEMANDAS DA VILA



Fonte: acervo pessoal 2013.

Demandas turísticas



Fonte: acervo pessoal 2013.

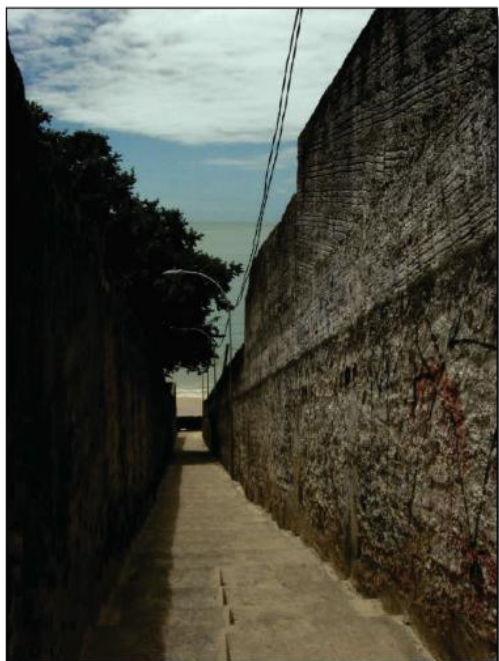


Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.

Problemas sócio-ambientais



Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.

Problemas e demandas sociais



Fonte: internet, 2004.
"Jovem envolvido com tráfico é executado na Vila de Ponta Negra"



Fonte: internet, 2013.



Fonte: internet, 2013.



Fonte: acervo pessoal 2013.